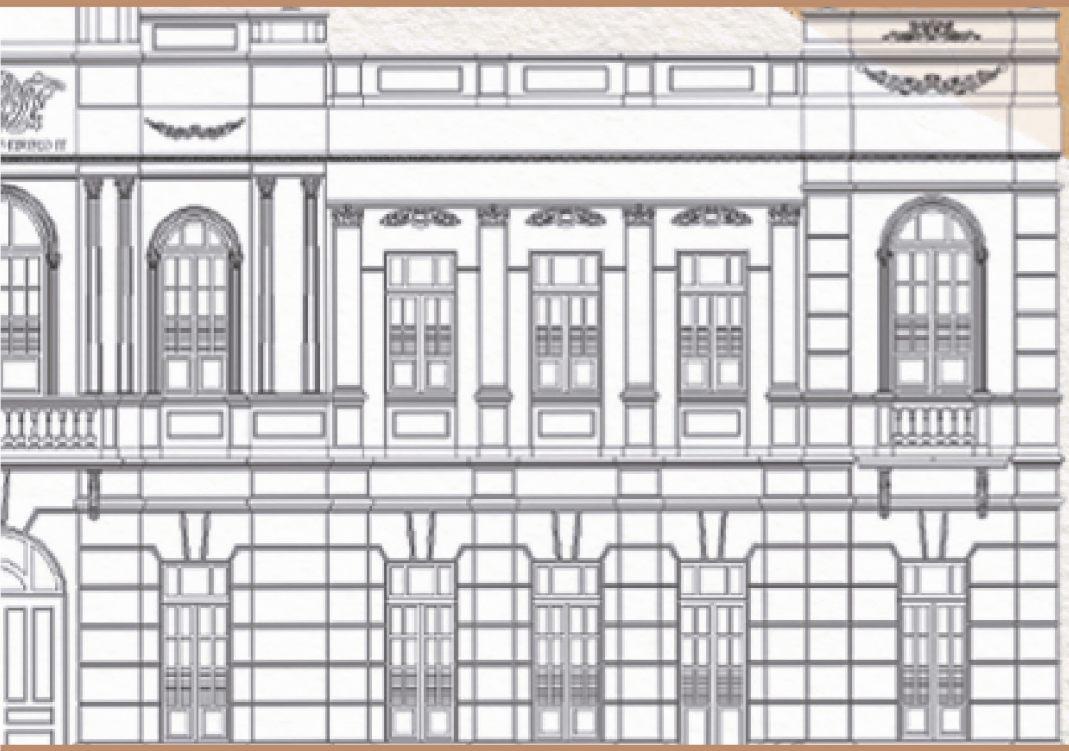
DAYSE ARAUJO LAPA



# CIDADE DE ARACAJU 1870 – 1926: O LUGAR DO ATHENEU SERGIPENSE

# CIDADE DE ARACAJU 1870 – 1926: O LUGAR DO ATHENEU SERGIPENSE

Editora SEDUC

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE**
Belivaldo Chagas Silva

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE**
Eliane Aquino Custódio

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA**
Josué Modesto dos Passos Subrinho

**SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO**
José Ricardo de Santana

**SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE**
Mariana Dantas Mendonça Gois

**Coordenador do Programa Editorial da SEDUC**
Sidiney Menezes Gerônimo

**Assessor Administrativo do Programa Editorial da SEDUC:** Jonas José de Matos Neto

**Membros do Conselho Editorial:**
Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

---

CIDADE DE ARACAJU 1870 – 1926: O LUGAR DO ATHENEU SERGIPENSE

**Capa:** Desirée Menezes de Jesus
**Diagramação:** Desirée Menezes de Jesus e Isabela de Abreu Hsu
**Editora SEDUC – 2021**

---

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Lapa, Dayse Araujo

L299c Cidade de Aracaju 1870-1926: o lugar do Atheneu Sergipense / Dayse Araujo Lapa. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021.
260 f. : il. color (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-5371-024-5

1. Aracaju, 1872 - 1926. 2. Atheneu Sergipense. 3. Educação. 4. Arquitetura. I. Lapa, Dayse Araujo. II. Título.

CDU: 727:373(813.7Aracaju)

**Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA
SERGIPE GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

## O Programa Editorial da SEDUC

O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

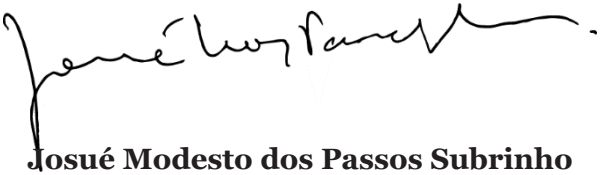
**A magia de escrever e desenhar** é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e Secretarias Municipais de Educação.

**Histórias de Sergipe** é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos

os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



**Josué Modesto dos Passos Subrinho**

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura




Palácio Museu Olímpio Campos

Agripino Neto

A meu pai, Alonso - in memoriam,
que me ensinou o respeito e a leveza da vida;
a meus professores, a disciplina;
aos mestres arquitetos e urbanistas, a emoção.

**PREFÁCIO** **11**

**APRESENTAÇÃO** **15**

## PARTE I ATHENEU SERGIPENSE

Educação Pública: Mosaico Normativo Nacional e Local 28

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ÂMBITO NACIONAL 37

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ÂMBITO LOCAL 50

Linguagem Arquitetônica dos Edifícios-Escola 69

1º EDIFÍCIO - PRAÇA DA CONCEIÇÃO 85

2º EDIFÍCIO - PRAÇA CAMERINO 113

3º EDIFÍCIO - AVENIDA IVO DO PRADO 125

## PARTE II CIDADE DE ARACAJU

Cidade Capital: Cidade Projetada 144

A Incipiente Infraestrutura Urbana 169

Embriões de Mobilidade Urbana 183

TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL 185

FEIRA E MERCADO 188

LINHAS DE BONDE 192

AUTOMÓVEIS 196

TRANSPORTE FERROVIÁRIO 198

ÁGUA POTÁVEL - FONTES 206

Uso e Ocupação do Solo 1855 - 1926 212
Demarcação do Lugar 225
Referências 242
Apêndice – A Bairros e Logradouros Públicos (2018) 257

# PREFÁCIO

**Trechos de um percurso: os prédios escolares, a cidade, a arquiteta e a história da educação**

Imaginar um cenário sem ter elementos básicos para construí-lo é tarefa para poucos, eu diria, praticamente impossível. Desafiada a revisitar a Aracaju do final do século XIX e início do XX, a autora deste livro se dedicou a buscar os elementos necessários para executar tal tarefa. Para isso, buscou os instrumentos normativos nacionais e locais a fim de identificar a representação do que se queria dar a ver, registrar e marcar à época.

Decifrar a linguagem arquitetônica dos prédios escolares, esclarecendo os meandros dela para seu leitor foi tarefa prazerosa, pois a Arquitetura é o seu ofício. Como traços que são marcados no papel a fim de que se possa dar forma, assim, não somente os edifícios escolares foram surgindo, mas o entorno de cada um deles foi também sendo desvelado.

A firmeza dos traços que foram desenhados de maneira delicada marca, também, a escrita de Dayse Araujo Lapa, pois a cidade projetada, com sua infraestrutura incipiente, vai sendo apresentada na medida em que o leitor, guiado pelas palavras escritas e imagens por ela apresentadas, "caminha" pela cidade com pretensão de ser moderna, pois que acompanha os estilos arquitetônicos pensados para o período.

Caminhar pelas ruas da cidade de Aracaju passa a ser um ato intencional, é perceber os detalhes que passam desapercebidos por um transeunte que não possui um guia cujo conhecimento e sensibilidade nos conduz a uma viagem no tempo. Assim, as praças, avenidas, fontes de água potável, o transporte ferroviário, marítimo e fluvial, feira, mercado, linhas de bonde, automóveis são elementos que nos ajudam a compreender como os espaços urbanos foram pensados para compor a estrutura que daria suporte à vida em sociedade e, consequentemente, à educação pensada para a juventude sergipana. Destaco, aqui, a importância das fontes no planejamento urbano da cidade como suporte, literalmente, para a vida.

Ao aceitar o desafio de descortinar as linhas dos elementos arquitetônicos de edificações construídas especificamente para fins educacionais, nomeadamente, os edifícios utilizados pelo colégio Atheneu Sergipense, entre 1872 e 1926, foi tarefa cumprida de maneira eficaz por Dayse. Leitora ávida e atenta, conseguiu compreender os meandros da História da Educação em suas especificidades e apresenta para nós, parte do resultado de suas pesquisas, materializada aqui no livro intitulado **Cidade de Aracaju (1870-1926): O Lugar do Atheneu Sergipense.**

A partir de suas próprias caminhadas, de mãos dadas com seu referencial teórico e suas fontes, teceu um diálogo profícuo e mostrou como esses espaços educacionais procuraram, a partir da estrutura física, atender às finalidades das práticas pedagógicas realizadas pelos professores das referidas instituições, oferecendo espaço que atendesse, inclusive, aos preceitos de higiene. Foi nessa perspectiva

que surgiram os primeiros edifícios-escola, idealizados para sediar o ensino público não somente em Aracaju, mas em todo o Brasil.

Assim, estar situado em local que se não sofresse as interferências externas como feiras, fábricas, aglomerações, de uma maneira geral, retirando a atenção necessária à prática dos estudos era exigência a ser seguida, de acordo com os dispositivos normativos da época. Além disso, deveria possuir área que permitisse o recreio ao ar livre, mas que também provesse proteção contra as intempéries. A mobília precisava dar comodidade aos alunos a fim de que houvesse o bom andamento das aulas, possuindo o prédio amplas aberturas em todos os seus lados, facilitando a circulação de ar.

Esses são alguns dos aspectos que permeiam a leitura de **Cidade de Aracaju (1870-1926): O Lugar do Atheneu Sergipense.** Este livro apresenta um entrelaçamento harmonioso entre arquitetura e educação na medida em que a autora apresenta a cidade de Aracaju e os espaços de educação, em especial, o Atheneu Sergipense, patrimônio de todos os sergipanos. Convido todos a percorrer com Dayse, como eu fiz, as ruas de Aracaju, caminhar pelas escolas e aprender que os horizontes da História da Educação são muito mais amplos do que se possa imaginar.

Simone Silveira Amorim

# APRESENTAÇÃO

Os estudos de Maria Thetis Nunes[1] foram pioneiros em desbravar a educação e os processos sociais envolvidos na institucionalização das escolas em Sergipe, dos primórdios da Colônia até 1930, relacionando-os com leis e regulamentos promulgados pelo Estado para introduzir e consolidar a Instrução Pública, referência que constitui porta de entrada para a compreensão desse espaço-tempo, dos sujeitos que idealizaram, moldaram e criaram as bases da escola com educação laica, obrigatória, gratuita e mantida pelo Estado como projeto civilizador.

Esta narrativa tem por objetivo identificar e valorizar o LUGAR do colégio Atheneu Sergipense na cidade de Aracaju, articulado com as estratégias de ocupação do espaço urbano, através dos três edifícios-escola que o colégio utilizou entre 1872 e 1926. A aproximação com o tema se fez através da pesquisa que desenvolvi no mestrado[2] e que aqui se amplia de maneira específica com o ensino secundário.

Com base nos pressupostos metodológicos, apropriar-se dessas informações de maneira consciente de suas limitações e imprimir olhar focado nos elementos físicos - a arquitetura e a cidade - e inter-

1 Sergipana (1925-2009) nascida na cidade de Itabaiana, aluna, professora e diretora do Atheneu Sergipense, formou-se em Geografia e História pela UFBA, ingressou no ISEB onde se pós-graduou em História da Educação no Brasil. Professora e vice-reitora na UFS, publicou vários livros e artigos e ocupou a cadeira nº 39 da Academia Sergipana de Letras.

2 LINHAS ENTRELAÇADAS: História da Educação, Arquitetura dos Grupos Escolares e a Cidade de Aracaju (1914 – 1925) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Tiradentes – 2019.

-relacioná-los com os fragmentos escritos, os mapas, as fotografias e os elementos sociais e culturais de forma a historicizá-los, construindo, assim, intelecção da instituição educativa secundária e sua institucionalização.

O primeiro edifício construído na cidade para sediar o ensino público foi para abrigar o ensino secundário com o colégio Atheneu Sergipense. Inaugurado em 1872, situado na antiga praça da Conceição, atual praça Almirante Barroso, era edifício de bloco único, com soluções arquitetônicas com vistas a atender função específica: ministração de educação pública baseada em modelos arquitetônicos desenvolvidos na Inglaterra e nos Estados Unidos e divulgados através de publicações[3] específicas. A arquitetura deste edifício e dos demais construídos nesse período teve como premissas projetuais proporção, simetria, variedade, harmonia e unidade, criando a identidade estética e funcional dessas escolas.

O valor da arquitetura está na análise e interpretação do espaço, o que está contido entre as "[...] quatro fachadas de uma casa, de uma igreja ou de um palácio, [...], constituem apenas a caixa dentro da qual está encerrada a joia arquitetônica" (ZEVI, 1996, p. 20). O autor coloca como protagonista da arquitetura o espaço, o vazio; considera o espaço e o vazio como sinônimos. Para ele, a arquitetura não pro-

3 Da Inglaterra, no manual de Henry Kendal, Design for Schools and School Houses, de 1847, são apresentados projetos de escolas londrinas, e, dos Estados Unidos, o manual de Henry Barnard, School Architecture, de 1854, alertava para o cuidado na escolha do local da escola e do mobiliário. Além do manual de J. Johonnot; S. E. Hewer, Scholl-Houses. Nova York, 1871. Publicação com 394 páginas apresenta desenhos variados e descrições de soluções construtivas e mobiliário para os edifícios escolares

vém de conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos que encerram o espaço, mais precisamente desse vazio, do espaço encerrado, do espaço interior que o homem ocupa.

Reis-Alves (2007) considera que o espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, como seu lar, seja para servir como palco para suas atividades. Tuan (1983) amplia essa percepção, quando complementa que o espaço se transforma em lugar quando nos é inteiramente familiar, torna-se lugar à medida que nos permite identificá-lo, nomeá-lo e distingui-lo de imediato de todo e qualquer outro lugar. Assim, surgem as escolas como esse lugar (grifo nosso) dotado de identidade e da exigência do edifício-escola projetado e construído como pré-requisito imprescindível para seu funcionamento.

A forma de expressão é o desenho, é nele que se dialoga e se esquematiza o pensamento, através da geração de novos registros. Mapas do núcleo urbano da cidade projetada pelos engenheiros militares major Sebastião José Basílio Pirro e capitão Francisco Pereira da Silva, consistindo de malha regular, simétrica e ortogonal, conhecida como quadrado ou quadro de Pirro, tabuleiro de xadrez ou plano de Pirro, que configurou o núcleo inicial, o centro político, administrativo, comercial, educacional e cultural da nova capital. Entre as diversas nomenclaturas, escolhi o Quadro de Pirro por reforçar a regularidade de seu traçado, seu formato quadrado e ortogonal, com quadras e vias de dimensões idênticas.

Vivia-se no Brasil do século XIX momento de transformações: as forças políticas e as oligarquias pressionadas pela burguesia, que

almejava o fim da escravidão; a dinamização da produção industrial; o aperfeiçoamento das instituições públicas; a ampliação do ensino; a adequação das disciplinas e dos métodos pedagógicos; a institucionalização da instrução pública gratuita e laica, como estratégia de formação de uma sociedade civilizada. Grande quantidade de leis, decretos e regulamentos sancionados nesse marco temporal, quadro regulatório legal, que, depois de algum tempo, ante a dificuldade de se fazerem efetivas as decisões, retrocedeu, como se os problemas pudessem ser resolvidos por meio de apenas representação política.

O objetivo geral desta micronarrativa é articular, através do encontro da localização dos três edifícios que sediaram o ensino secundário do Atheneu Sergipense, de 1872 até 1926, com a estruturação e consolidação da malha urbana da cidade de Aracaju, e desvelar como estes edifícios-escola foram constituídos e se incorporaram nas estratégias de representação dos sujeitos e do lugar, mediados pela legislação, que construiu e institucionalizou a identidade social e cultural da escola secundária. Também analiso e apresento as linguagens arquitetônicas utilizadas em dois dos edifícios ocupados pelo colégio, o edifício inaugurado em 1872 e o de 1926, cada um marcando seu tempo-espaço com seu estilo e partido.

Assim, entendida a escola como espaço de práticas culturais, de construção de identidades e de formação de representações, portador de discursos que "[...] em uma sociedade visam enquadrar o tempo e os lugares, a disciplinar os corpos e as práticas, a modelar, pela ordenação regrada dos espaços, as condutas e os pensamentos" (CHARTIER, 2002, p. 53), para, através das matrizes dessas práticas, cons-

truir a própria representação coletiva, na medida em que comandam atos e definem identidades, pode-se reinterpretar essa historicidade e essa significação através dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e legislativos dos edifícios-escola.

Chartier (2002) dialoga com Bourdieu e Durkheim, no sentido de que as representações coletivas sejam entendidas como verdadeiras instituições sociais, nas experiências coletivas da comunidade para além das sensações e imagens individuais. Bourdieu (1979) apresenta as lutas de representações nas quais existem imposições e as lutas pelo monopólio da visão legítima do mundo social; a violência simbólica que depende do consentimento (arbitrário) de quem a sofre; o ser-percebido dos indivíduos e grupos sociais, firmemente arraigados nas determinações sociais de produção e de classe. Durkheim (1983) apud Chartier (2002, p.72) apresenta o conceito de indivíduo que se esforça para assimilar as representações coletivas e que o faz de forma imperfeita "[...] cada um de nós as vê a sua maneira, palavras sem lhes dar o mesmo sentido".

A história cultural, segundo Chartier (2002), trabalha sobre,

> [...] as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social [...] e dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um 'ser percebido' constituído de sua identidade (CHARTIER, 2002, p. 73).

Daí, a abertura de dois caminhos possíveis para essa escrita,

segundo Chartier (2002), a primeira, em que a relação de força se constrói a partir do confronto entre as representações; outra, em que se reconhece sua existência a partir da exibição de unidade instrumentalizada pela representação. O autor se apoia em Carlo Ginzburg (1966) e Luc Boltanski (1982), respectivamente, para explicar a primeira e a segunda possibilidades das lutas de representações coletivas. A primeira

> [...] que pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que tem poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. A segunda [...] que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir da exibição de uma unidade (CHARTIER, 2002, p. 73).

Dessa forma, Chartier (2002), propõe construir projeto intelectual que comporte as tensões do mundo social e que abra a oportunidade de diálogo com as ciências sociais, que não podem ser esquecidas pelos historiadores em suas narrativas, pois "[...] as rupturas orgulhosamente reivindicadas mascaram com frequência continuidades ignoradas" (CHARTIER, 2002, p. 14).

A partir dessas falas, assumo que essa escrita que se espelha no segundo caminho, que reconhece a existência dessa representação através do espaço-lugar do edifício-escola a partir da exibição de unidade instrumentalizada por sua localização na cidade de Aracaju; e

sua aceitação pelos sujeitos, criando o ser percebido - o lugar.

Necessário se fez retroceder, para compreender que a educação pública no século XIX era oferecida aos nascidos no Brasil, ingênuos[4] ou libertos e aos cidadãos brasileiros livres brancos ou mestiços. Para os filhos das famílias mais abastadas, os pais optavam pela educação doméstica, por professores particulares - preceptores ou por colégios particulares. A escola deveria formar e educar nova nação, pautada pelos ideais de liberdade, deflagrando transformações interiores e incutindo posturas e valores, para poder adaptar a população ao modelo de sociedade pretendido pelos pensadores do século XVIII e necessário à formação da identidade desta nação (AMORIM, 2013).

Percebe-se que ao negro escravizado não era permitido aprender a ler, escrever e contar; a escola pública, gratuita, laica e obrigatória passou a representar elemento de distinção entre brancos e negros, entre letrados e incultos. A partir da ascensão dos profissionais liberais nas camadas mais abastadas da sociedade brasileira, a educação começou a ser percebida como ponte para aumento de renda e migração para distinção social, configurando, assim, no início do século XX, a burguesia industrial e comercial.

Em 1827, em lei de 15 de outubro, D. Pedro I configurou o ensino primário no Brasil, a ser oferecido, através da criação das Cadeiras de Primeiras Letras ou escola isolada, em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos onde esse tipo de ensino fosse necessário, dispondo sobre salários dos professores, método a ser utilizado - o

4 *Ingênuo*, consoante denominação dada pelos romanos, é o filho de pais livres e honrados.

mútuo -, assunção dos custos relacionados aos utensílios necessários às aulas; obrigatoriedade de o professor que não conhecesse o método deveria se instruir nas escolas das capitais a sua própria custa.

A partir da Reforma Pombalina (1759), a responsabilidade assumida pelo Império Português em instrumentalizar e oferecer escola laica levou à instituição do concurso público para a seleção dos professores, independentemente da oferta no ensino público ou no particular. Essa mesma sistemática foi introduzida no Brasil, tendo o primeiro concurso para professores de Primeiras Letras em Sergipe acontecido em janeiro de 1829. "Nesse sentido, as peças normativas foram produzidas para cumprir a função de disciplinar e homogeneizar atitudes e comportamentos no fazer pedagógico" (AMORIM, 2013, p.57). Para os conteúdos obrigatórios, os professores deveriam comprovar conhecimento nas seguintes áreas:

> [...] ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos. Preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL - Art. 6º - Lei de 15 de outubro de 1827).

A escassez de recursos financeiros para ampliar e valorizar a carreira de professores e a necessidade de formação compatível para exercer esse ofício são apresentados como problemas de base para a ampliação da oferta, segundo Amorim (2013), fatores a que se po-

dem adicionar a inadequada infraestrutura dos edifícios e casas onde as aulas eram ministradas, a escassez de mobiliário, de material de apoio e didático e o funcionamento intermitente do órgão responsável pelo planejamento e pela fiscalização. Esse quadro de deficiências, reforçado por relações de apadrinhamento, de discriminação por cor da pele e de distinção econômica, constitui esboço desse período.

A monarquia vivia seus últimos anos. A política conservadora e moderada praticada pelo Imperador, promovendo reformas lentas e atendendo aos interesses econômicos da oligarquia para se manter no poder, e a introdução do trabalho livre prenunciam o fim do Império e da escravidão. Com o fim da monarquia, em 1889, e a ascensão de nova força política, o exército vai desempenhar papel de destaque na primeira fase da República sob regime de governo presidencialista.

A Constituição de 1891 derruba o voto censitário - extinção do critério de renda e adoção do voto para homens alfabetizados e maiores de 21 anos. Perpetuam-se, no entanto, as mesmas práticas de discriminação social vividas no Império, "[...] o saber ler e escrever se convertia em instrumento de identificação dos que dominavam política e ou economicamente; e o analfabetismo passava a ser associado à incompetência e à marginalidade" (CARTOLANO, 1994, p. 62).

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública em Sergipe, elaborado por Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, Inspetor Geral da Instrução, e assinado em 24 de outubro de 1870, pelo presidente da província, Francisco José Cardoso Junior, reorganizou o ensino público, e, entre outras questões, "[...] duas que vinham desafiando os governantes desde 1834 são resolvidas: a centralização das aulas de

humanidades e a criação do curso normal oferecidos pelo Atheneu Sergipense" (ALVES, 2005, p. 134).

O colégio Atheneu Sergipense, primeira instituição de ensino público de formação de alunos no ensino secundário na cidade de Aracaju, comemora 150 anos de fundação em 24 de outubro de 2020. Lugar de instrução de tantos rapazes e moças, sergipanos ou não, com a congregação dos professores[5], corpo diretivo e administrativo. Marco importante na história da educação local onde seus prédios se destacam na composição do conjunto arquitetônico de edifícios produzidos em nossa cidade nesse marco temporal. O primeiro edifício construído para este fim, localizado na praça da Conceição, tornou-se na época "[...] o melhor da capital pela sua elegância e solidez" (NUNES, 1984, p. 118).

A arquitetura e o urbanismo, como campo de conhecimento e de formação desta pesquisadora na graduação[6], permite inseri-lo nesse conjunto de conceitos e saberes, para, através desse entretecer, dar visibilidade a elementos técnicos e estéticos do repertório manipulado pelo arquiteto na criação dos signos e dos significados de que o edifício escolar necessitava para as escolas de formação secundária. Muitas pessoas participaram desse processo, mas, em especial, des-

5 Compunham a primeira congregação os professores Antônio Diniz Barreto - Latim; Geminiano Pais de Azevedo - Francês; Justiniano de Melo e Silva - Inglês; Rafael Araújo de Moura Matos - Geografia e História; Sancho de Barros Pimentel - Filosofia; Dr. Tomás Diogo Leopoldo - Gramática Filosófica e Retórica e Poética; Tito Augusto Souto de Andrade - Geometria e Filosofia; Inácio de Souza Valadão - Pedagogia. Escolhidos em virtude de sua notoriedade. (NUNES, 1984)

6 Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, em 1990, pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (atualmente Centro Universitário Belas Artes).

taco as pesquisas já produzidas e os memorialistas, aqui citados de maneira direta e que contribuíram com o legado que amplio.

A professora e pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves defendeu em 2005 em sua tese de doutorado intitulada O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária Examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908), lidera um Grupo de Pesquisa que tem estudado a instituição educacional sobre diferentes óticas e com produção de relevo nos principais periódicos e eventos da área no Brasil e no exterior. Além disso, o Grupo de Pesquisa criou e organiza o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), com um rico acervo de pesquisa que é disponibilizado para todo e qualquer interessado.

Também gostaria de citar o pesquisador Magno Francisco de Jesus Santos defendeu em 2009 sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Sergipe – UFS, intitulada Ecos da Modernidade: A Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926) e seus artigos (2009 e 2011) que iniciam a aproximação com o tema do discurso arquitetônico destes edifícios-escola. Acredito que esta publicação possa estender e trazer novas contribuições para os que se interessam pelos temas aqui abordados.

Na escritura deste texto, optei por manter a grafia original, como estratégia de aproximar o leitor da atmosfera vivida na época, para as citações diretas de documentos, recortes de jornal e nomes das instituições e dos sujeitos mencionados. Nas citações indiretas ou nas referências que fiz a respeito das citações diretas, atualizei a grafia para dar mais fluidez à leitura, bem como na denominação das ruas,

avenidas e bairros.

Esta publicação divide-se em duas partes. Na primeira, apresentam-se os aspectos da institucionalização do colégio Atheneu Sergipense e da análise do lugar e da linguagem arquitetônica de cada um dos três edifícios que o sediaram no período de 1872-1926; na segunda, expõem-se os condicionantes da cidade de Aracaju, desde seu ato de fundação, em 1855, até o final da gestão do presidente Maurício Gracho Cardoso (1922-1926). Busca-se situar e interpretar os acontecimentos de forma diacrônica, conduzindo o texto de maneira cronológica e apresentando os acontecimentos significativos que marcaram a urbanização da cidade e sua relação com os edifícios públicos e o colégio Atheneu Sergipense. Pretende-se demonstrar como o ensino secundário se moldou e foi moldado pela cidade e formou representação coletiva desse lugar juntamente com os outros edifícios-escola públicos construídos no mesmo período.



Atheneu Sergipense 1926, atual Museu da Gente Sergipana
Governador Marcelo Déda
Agripino Neto

# PARTE I
# ATHENEU SERGIPENSE

## Educação Pública: Mosaico Normativo Nacional e Local

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe del-Rey, promulgado em 24 de outubro de 1870, instituiu, na cidade de Aracaju, estabelecimento de ensino com denominação de Atheneu Sergipense[7], primeira escola pública a ter espaço físico construído para sediar aulas do ensino secundário em estabelecimento de línguas e ciências preparatórias e ministrar formação de magistério, com dois cursos diferentes: Humanidades, com duração de quatro anos, e Normal, com dois anos de duração.

Os cursos eram ofertados de forma seriada e livre do pagamento de quaisquer taxas, segundo Alves (2005),

> [...] todos os ouvintes de qualquer cathegoria que sejam, observadas devidamente as 'Leis da Docência' (Art. 72º, Cap. 12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871). Os diplomados gozavam dos favores e prerrogativas consagrados na Lei, habilitando-os a empregos públicos provinciais, independentes de novos exames, salvo quando não concorressem com outros colegas (ALVES, 2005, p. 135).

7 Ao longo dos anos, o colégio sofreu diversas denominações: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970 a nossos dias). As datas foram identificadas nas documentações primárias e algumas vezes divergem das datas das fontes secundárias. (ALVES, 2003 - 2005)

Esse modelo de instituição pública, implantado no Brasil no século XIX, será o fio condutor do signo de civilização e progresso que foi proposto a partir da Independência do Brasil (1822), com desdobramentos da Constituição de 1824, que estabeleceu a instrução primária gratuita, laica e oferecida a todos os cidadãos; os colégios e universidades[8] como responsáveis por ensinar os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes; e a autonomia da Província para legislar e definir a forma de implantar e viabilizar a escola pública primária e secundária, obedecendo aos instrumentos legais promulgados pelo Imperador, que determinavam as linhas gerais dessa oferta.

O Ato Adicional de 1834, instituído por D. Pedro I, determinou sistema descentralizado para a educação no Brasil, que, "[...] transferia às Assembleias Legislativas Provinciais, então criadas, o direito de legislarem em matéria de ensino primário e secundário" (NUNES, 1984, p. 53). Cada província era responsável pelas ações e investimentos educacionais, que, em razão dos recursos financeiros disponíveis, estavam, no entanto, sempre sujeitos à conformação entre as necessidades locais e os interesses políticos e econômicos da oligarquia, constituída, em Sergipe, majoritariamente, por donos de engenho de açúcar. Na República essa relação também se manteve, mas dominada pela burguesia.

O ensino secundário, assim denominado, teve aplicação pela

8 O ensino superior no Brasil deu seus primeiros passos com a Escola de Medicina e Cirurgia (Bahia) e a Real Academia dos Guardas-Marinha, em 1808; Academia Real Militar, em 1810, além da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, todas no Rio de Janeiro. Amplia-se com as faculdades de Direito do Recife e São Paulo, Medicina no Rio de Janeiro, Escola de Minas de Ouro Preto (NUNES, 1984, p. 33 e 173).

primeira vez em 1837, quando o seminário de São Joaquim foi convertido em colégio de instrução secundária-imperial colégio D. Pedro II[9], na capital do Império, com programa de ensino de base clássica e tradição humanística. A instituição conferia a seus formandos o diploma de Bacharel em Letras, o que os habilitava a ingressar no ensino superior sem prestar exames. Até o final da Primeira República (1930), o programa estabelecido por ele foi referência nacional para os estabelecimentos de ensino secundário. Em Sergipe, não foi diferente.

No caso do ensino secundário, sua finalidade social esteve diretamente ligada à formação educativa das minorias, ou seja, um ensino voltado à classe economicamente dominante. Seu objetivo pedagógico era o de proporcionar uma 'cultura geral', que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta às novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior (ZOTTI, 2005).

9 Origem do Colégio Pedro II remonta ao ano de 1739, quando por inspiração de Dom Antônio de Guadalupe, 4º Bispo do Rio de Janeiro, foi fundado o Colégio dos Órfãos de São Pedro. Em 1766, dando cumprimento à atividade moral, religiosa e intelectual da época, o Colégio dos Órfãos transformou-se em Seminário de São Joaquim. Em 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro do Império, apresentou à assinatura do Regente Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, o decreto que reorganizava completamente o Seminário de São Joaquim e lhe mudava o nome para Imperial Collegio de Pedro Segundo, em homenagem ao Imperador menino, no dia de seu aniversário de 12 anos, em 2 de dezembro de 1837.

A província de Sergipe del-Rey, entre 5 de fevereiro de 1824 e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, contou com 115 presidentes, 54 dos quais foram nomeados pelo governo Imperial, tendo os demais exercido o cargo na condição de vice-presidente (NUNES, 2000). Foi época de muita instabilidade política e de constantes mudanças nas leis e regimentos que deveriam consolidar e homogeneizar o ensino público na Província, mas que, por sua intermitência, acomodaram algumas práticas e prolongaram e dificultaram o amadurecimento das instituições educacionais primárias, secundárias e normal.

A primeira oferta do ensino secundário em Sergipe ocorreu, entre 1833-1835, na cidade de São Cristóvão, então capital da província, quando o presidente da província, José Germiniano de Morais determinou

> [...] a reunião das cadeiras ofertadas para a formação de um Liceu. De breve existência, a unidade educacional não conseguiu ser sustentada economicamente pelo poder provincial, o que acarretou a determinação do encerramento de suas atividades – fato registrado em definitivo em 1835, por ato da Assembleia Legislativa Provincial (FRANCO, 2015, p. 39).

A segunda oferta teve lugar no Liceu de São Cristóvão, criado pela Lei Federal nº 200, de 31 de julho de 1847, assinada pelo vice-presidente, em exercício, cônego José Francisco Menezes Sobral, e "[...] funcionava em um conjunto de salas do Convento do Carmo" (FRANCO, 2015, p. 41). Teve durante sua breve existência frequên-

cia irregular e muito baixa, segundo dados apresentados por Nunes (1984). Em 1855, foi extinto pela Resolução nº 422, de 28 de abril, na gestão do presidente Inácio Joaquim Barbosa (11 de novembro de 1853 a 10 de setembro de 1855), que transferiu para a cidade de Aracaju a cadeira de Filosofia. Segundo Lima (2016), a contribuição do Liceu para o processo de centralização e normatização do ensino secundário na Província acontece com esta instituição e neste período.

A terceira oferta, que funcionou de maneira modesta entre 6 de outubro de 1862 e 20 de julho de 1864, dirigido pelo inspetor de ensino Guilherme Pereira Rabelo. Dificuldades orçamentárias e de professores foram as causas apontadas no relatório apresentado ao presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Caldas (3 de julho de 1863 a 24 de fevereiro de 1864), para o fechamento do Liceu (NUNES, 1984).

Essa oferta somente será retomada em 1870, com a criação do Atheneu Sergipense, que oferece de maneira ininterrupta a formação no ensino secundário até os dias atuais. Ao longo desses 150 anos, essa instituição passou por processo de amadurecimento, por meio de avanços e retrocessos; mudanças de nome; introdução e supressão de cadeiras; defesa do método de ensino seriado; transição do modelo humanista para o enciclopédico; articulação entre teoria e prática; mudança e ampliação da abordagem dos conhecimentos científicos, visando a formação de sociedade letrada e civilizada; criação de espaços específicos, como biblioteca e laboratórios; modificação da estrutura dos cursos, não só quanto à duração, mas também quanto aos compêndios, conteúdos e carga horária a eles destinados.

Em 1870, no Brasil,

> [...] a classe dirigente deseja uma diversificação dos estudos secundários, as humanidades continuariam reservadas à elite que buscava uma formação letrada com o objetivo de chegar ao topo da formação, o ensino superior; aos dirigidos cabia uma educação que os habilitasse a produzir com competência para o 'progresso' da sociedade capitalista, por isso voltada ao preparo prático (ZOTTI, 2005, p. 39).

A historização da educação é condição da racionalidade educativa e pedagógica, e, segundo Magalhães (2004), essa narrativa genealógica corresponde à mais adequada representação dos processos educativos.

Em 1871, as aulas se iniciam no paço da Câmara Municipal[10], segundo Nunes (1984, p. 117), 'arruinada e suja'. O colégio Atheneu Sergipense inaugura sua unidade de ensino com pompa e missa votiva[11], realizada na capela de São Salvador, com discurso proferido pelo professor Geminiano Paes de Azevedo,

10 Era o dia 3 de fevereiro de 1871 [...] Às 12 horas do indicado dia teve lugar o acto de inauguração solemne do Atheneu Sergipense. Depois da missa votiva ao Espírito Santo, celebrada na capella de S. Salvador, pelo reverendo vigário da freguezia, José Luiz d'Azevedo e a que assistiram o s.exc. Snr. Presidente da Instrucção Pública, membros do conselho litterário, lentes e muitas pessoas gradas da capital, encaminha-ram-se todos para o paço da câmara municipal, onde provisoriamente funccionarão as differentes aulas (Jornal de Aracaju, 5 de fevereiro de 1871. Ano II nº. 130. p.1; apud (ALVES e SANTOS, 2017).

11 Missa comemorativa fora de época, para quando não houver nenhuma missa programada para aquele dia.

> [...] o paracho benzeu os diversos compartimentos do edifício [...] o illustre e disctinto presidente da provincia pronunciou um eloquente e bem elaborado discurso. [...] Terminou a festa com a leitura da acta da installação na qual assignaram as pessoas presentes (Jornal de Aracaju, 5 de fevereiro de 1871. Ano II nº 130).

Em 3 de março do mesmo ano, o presidente, tenente-coronel Francisco José Cardoso Júnior, abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, informando que "[...] resolvi emprehender a edificação de uma casa em condições de prestar-se ao fim indicado" de reunir as aulas do Atheneu e a Diretoria de Instrução. A inauguração desse edifício, situado na atual praça Almirante Barroso, antiga praça da Conceição, ocorreu em 1872, pelo presidente Joaquim Bento de Oliveira Júnior, que permaneceu no cargo por pouco mais de cinco meses (NUNES, 1984, p. 117).

Segundo Franco (2015), esse foi um tempo difícil. Passada a euforia do início das aulas, perceberam-se as dificuldades que deveriam ser superadas. Os primeiros alunos a frequentar o Atheneu Sergipense eram filhos da aristocracia rural, cujo interesse estava centrado na inscrição somente nas aulas das disciplinas exigidas nos exames preparatórios[12] ao acesso às academias de ensino superior, compro-

12 Exames Gerais de Preparatórios - exame para avaliar e garantir o ingresso dos jovens nos cursos superiores oferecidos no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Os exames foram criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo então Ministro Couto Ferraz, por meio do Decreto nº 1.331-A. O Decreto Imperial nº 5.529, de 2 de novembro de 1873, " instituiu, nas Capitais, mesas examinadoras de Preparatórios para as Academias", que, segundo Nunes (1984), fiscalizavam e atestavam o ingresso dos jovens aprovados nesses exames aos cursos superiores.

metendo a oferta do ensino serial do curso de humanidades. Dos 143 alunos matriculados em 1872, somente 117 frequentavam as aulas isoladas, e apenas 4, o curso normal, concluído por somente 2, habilitados para exercer o magistério público primário (NUNES, 1984).

Em 1871, o Ato de 10 de junho, publicado pelo presidente da província, Antônio Candido da Cunha Leitão (11 de maio a 11 agosto de 1871), criou anexo ao Atheneu cursos noturnos, "[...] destinados aos trabalhadores em geral e, mais especificamente, aos funcionários públicos e aos professores do curso primário" (FRANCO, 2015, p. 65), "[...] com uma matrícula inicial de 157 estudantes, compreendiam o ensino de Gramática Nacional, Língua Francesa, Comércio e Escrituração Mercantil, Desenho Linear e Primeiras Letras" (NUNES, 1984, p. 118).

Em 12 de janeiro de 1872, a comissão de notáveis intelectuais e educadores sergipanos conclui a redação do estatuto do Atheneu Sergipense, que referendava as disposições do Regulamento de 1870, além de introduzir os dispositivos da organização curricular, pedagógica, disciplinar e administrativa da instituição.

O estatuto aprovado definia, no segundo e terceiro capítulos, a estrutura administrativa, constituída pelo diretor, cargo ocupado inicialmente pelo inspetor geral de instrução pública, Manuel Luiz Azevedo d'Araujo, e a congregação dos professores, que reunia catedráticos e substitutos em exercício da regência de sala de aula. Definia também os compêndios adotados para o ensino de línguas e de ciências integrantes dos cursos e seus currículos, assim como sua distribuição e a duração no curso.

> À Diretoria competiam o ordenamento das rotinas administrativas, a orientação aos professores e os alunos, e o encaminhamento à Congregação dos casos de interesse do colegiado - entre elas, a definição de realização dos exames de ingresso ou avaliação do desempenho de professores, medidas disciplinares a serem aplicadas a alunos e professores e à relatoria de encerramento das atividades letivas. [...] O Estatuto determinava uma carga horária diária de, das sete às quinze horas, exceto aos domingos, em dias santificados e feriados; e anual, do dia 3 de fevereiro ao dia 15 de novembro, quando eram iniciados os exames finais dos alunos. Para tanto, uma comissão composta por três professores, nomeados pela Congregação, realizaria as avaliações escrita e oral, graduando-os com a aprovação qualificada com distinção, plenamente, simplesmente, ou com a reprovação (FRANCO, 2015, p. 63 e 64).

A seguir, apresenta-se breve linha do tempo das alterações realizadas nas modalidades do ensino normal e secundário, que reforçam o caráter reformista de nossa elite política e intelectual, para quem os movimentos pendulares identificados estabeleceram disputa de poder na esfera política e legislativa, para tencionar o poder nas outras esferas. São os poderes religioso, militar, econômico, social e cultural que, de muitas formas, se enfrentam e se coadunam em prol de objetivos comuns, reconfigurando essas representações. As estratégias de pensar a realidade e construí-la são utilizadas como práticas culturais na representação desse projeto reformador (CHARTIER, 2002).

As informações extraídas das pesquisas elaboradas por Crislane Azevedo (2009 e 2010), Dilma Maria Oliveira (2004), Eva Maria Alves (2005), Eva Maria Alves e Waldinei Santos (2017), Josevanda Franco (2017), Magno Santos (2009), Maria Edna Santos (2016), Si-

mone Amorim (2013) e Thetis Nunes (1984), são subdivididas aqui na esfera nacional e local e ampliadas com outros pesquisadores.

## INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ÂMBITO NACIONAL

A legislação ficou cada vez mais normativa e, assim, as práticas e representações vão sendo incorporadas pela sociedade e se inicia processo lento de institucionalização da escola no Brasil, com sucessos e fracassos, mas com a certeza de conquistas até hoje percebidas em nossa escola. A seguir, apresenta-se panorama dos instrumentos normativos idealizados em prol da educação, mas que são influenciados por questões políticas, econômicas, religiosas, sociais e culturais, sobre as quais exercem também influência. O processo aqui apresentado tem início com as 'falas' da monarquia, em 1867, e se encerra em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova[13].

13 O *Manifesto*, liderado por Fernando de Azevedo, com o apoio de Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles e vários outros, defendia um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e do país. O maior problema nacional era a educação, pois ela era meio de segregação social. A educação nova deveria deixar de ser privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir 'caráter biológico'. A educação deveria então reconhecer que todo o indivíduo teria o direito de ser educado até onde permitiam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Pregavam ainda que a educação era função essencialmente pública, gratuita e necessitava da coeducação para tornar mais econômica a organização da obra escolar. (SAVIANI, 2013)

Em 1867, Liberato Barroso escreveu o livro A Instrução Pública no Brasil, em que defendia a obrigatoriedade escolar, a educação como elemento de conservação do statu quo e fator da integridade nacional (SAVIANI, 2013); em 1870, Tavares Bastos, o admirável pioneiro dos estudos da realidade nacional, traçava o quadro da educação no Brasil; em 1871, Paulino José de Souza, ministro do Império do gabinete Visconde de Itaboraí, e João Alfredo, ministro do Império do gabinete Marquês de São Vicente, identificaram que a educação brasileira não alcançara ainda resultados satisfatórios por estar a cargo das províncias a oferta do ensino primário e secundário desde 1834 e que o Império deveria assumir a responsabilidade por unificar e criar sistema próprio para a oferta e controle da instrução pública.

Esses fatos, que demonstram os questionamentos que vinham sendo expostos no parlamento, nos relatórios dos ministros e presidentes de províncias, nas 'falas do trono', na imprensa e na sociedade em geral, deflagram processo de debate dos resultados até então obtidos na área educacional, em consequência da política de descentralização imperial, que fazia a legislação ser aplicada de maneira diferente em cada província. As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vividas nesse momento são fundamentais para a compreensão destas falas,

> [...] marcada por profundas contradições entre uma aristocracia latifundiária tradicional, de base agrícola e feudal, e uma recente burguesia mercantil urbana, formada do desenvolvimento de bancos, companhias de navegação, ferrovias e indústrias têxteis (NUNES, 1984, p. 109).

Esse discurso ideológico muito pouco contribuiu para as reais necessidades da instrução pública, gratuita e laica em nosso país durante o Império e a primeira fase da República. Muitas leis e decretos foram criados e sancionados, mas, depois de algum tempo, quando se percebia a dificuldade de se levar adiante tais decisões de gabinete, volta-se atrás, como se os problemas pudessem ser resolvidos sem as condições básicas necessárias.

A falta de recursos financeiros para ampliar e tornar a carreira de professores com formação compatível para assumir a tarefa de educar a jovem nação, além da falta de infraestrutura de edifícios, mobiliário, material de apoio e a inexistência de órgão responsável pelo planejamento e fiscalização são apontados como reflexo da sociedade acomodada e cordial, onde a permanência do statu quo e a apatia são marcas do período conhecido como Segundo Império. As mudanças ocorridas após abolição da escravidão e a proclamação da República são indícios da vontade de mudar de alguns intelectuais e políticos, cuja efetividade só começou a ocorrer nas primeiras décadas do século XX.

Para obter sucesso no propósito da educação popular[14], buscou-se ampliar a representação da identidade da escola pública, dissociada dos referenciais da família, onde o professor e o espaço escolar conquistariam papel de destaque na primeira fase da República, com a política de institucionalização do Estado federativo para a organização e formalização da instrução pública. A atenção dada à educação permite compreender que a ampliação do número de crianças e

14 Termo usado por Souza (1998) para expressar os ideais republicanos em relação à instrução pública.

adultos escolarizados fez presente a polidez e o sentido de nação para as transformações que foram postas pelos instrumentos normativos. Essas transformações, segundo Magalhães (2004),

> [...] buscam um significado e um sentido histórico para o processo de institucionalização da educação escolar, eles surgem sumariamente na resposta à complexificação estrutural e organizativa [...] um processo dialético, marcado por frequentes tensões, quer pela integração e inclusão de novos públicos, quer por desafios de modernização, quer ainda pela conflitualidade com outras instâncias de (in)formação (MAGALHÃES, 2004, p. 46).

Compreender essas transformações implica considerar as reformas promulgadas pelo Estado. A reforma Leôncio de Carvalho, apresentada à Assembléia Geral Legislativa em 23 de dezembro de 1878, como relatório do Ministro dos Negócios do Império, e regulamentada através do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, do Ministério do Império, apresentou a reforma do ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo o Império. No art. 7º, previa-se a criação de bibliotecas e museus escolares; nos artigos 11 e 12, a abertura de mesas de exames preparatórios nas províncias; no art. 15, a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária, além de outras disposições que regulavam a relação das escolas particulares, a oferta de cursos profissionalizantes, a alfabetização de adultos e a criação de jardim de infância para crianças de 3 a 7 anos, além da criação da caixa escolar (para auxiliar alunos carentes) e a fundação e funcionamento de cursos livres, faculdades de direito e medicina (SAVIANI, 2013).

Essa reforma também instituiu a liberdade de ensino; restabeleceu o concurso para as cátedras dos cursos superiores; tornou obrigatório o ensino primário; introduziu a coeducação no ensino primário até os 10 anos de idade; criou as escolas primárias de 1º e 2º graus; a livre frequência no ensino secundário e superior - onde o aluno não era obrigado a frequentar as aulas e sim ser aprovado no exame final de cada disciplina -; e a não obrigatoriedade do exame de religião para os alunos não católicos. Segundo Nunes (1984, p. 140), "[...] decretava-se a morte do magister dixit, desaparecendo o reinado do professor e seus postulados".

No desdobramento dessa reforma, constitui-se, na Câmara dos Deputados da Corte, comissão, integrada por Rui Barbosa (relator), Thomaz do Bomfim Spindola e Ulysses Machado Pereira Vianna, que analisou decretos que versavam sobre o ensino primário, secundário, superior e sobre as várias instituições complementares da escola. Rui Barbosa se posicionou a favor do decreto de Leôncio de Carvalho, que propunha a adoção das Lições de Coisas nas escolas primárias, divergindo, no entanto, quanto à ideia de sua implantação como disciplina e não como método de ensino.

Outro tema muito discutido entre 1881 e 1888 foi a extinção dos exames preparatórios, criados em 1854, com predominância de conteúdos literários e humanistas, e a ocorrência de fraudes e datas diversas, que permitiam que os alunos procurassem aqueles com provas e conteúdo mais fraco, o que levou Rui Barbosa a propor, em 1888, a criação do exame de madureza[15], regulamentado pelo Decre-

15 Exame de Madureza, realizado anualmente, com provas escritas e orais, por alunos matriculados no Ginásio Nacional (nome dado ao Colégio D. Pedro

to nº 981, em 1890.

A década de 1890 foi marcada por busca de novos modelos, que pudessem expurgar os padrões enraizados em nossa sociedade, pautados pelas descobertas científicas e as novas ideias defendidas por alguns nomes de destaque em nossa sociedade, aqui representados por Tobias Barreto (1839-1889), com seus Estudos Alemães (1882), e Silvio Romero (1851-1914), com a Introdução à História da Literatura Brasileira (1982), ambos sergipanos e bacharéis em Direito, que, na Escola de Direito de Recife, defenderam e propagaram novas ideias e posturas para enfrentamento de velhos problemas.

De 1884 em diante, o Império teve assuntos mais urgentes a serem negociados com a sociedade, entre eles, a abolição, a separação da Igreja do Estado, a Federação e a República dominaram o ambiente político.

O Governo Provisório do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) iniciou suas ações em relação à Instrução Pública com o Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, em que se estabeleceu ser de competência das unidades federativas a instrução pública em todos os seus graus, e com a criação, em 19 de abril de 1890, do Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (OLIVEIRA, 2004).

II, após 1889) ou por alunos estranhos a esse estabelecimento de ensino, desde que organizado pelos Estados, da mesma forma que no Ginásio, era destinado a verificar se o aluno tinha a cultura intelectual necessária para ingressar no ensino superior. A aprovação no exame de madureza do Ginásio Nacional dava direito a matrícula em qualquer dos cursos superiores de caráter federal na República; ao candidato, que nele obtivesse pelo menos dois terços de notas - plenamente -, era conferido o título de Bacharel em Ciências e Letras.

> A República representou o coroamento dos ideais liberais na filosofia, na pedagogia, na literatura e na política. Herdeiras do iluminismo, as ideias circulavam guardando a crença no poder da ciência, da cultura e da certeza de que a educação intelectual e a escola seriam os únicos caminhos para melhorar os homens, salvar a nação do atraso intelectual e cultural do país (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A reforma Benjamin Constant, em 1890, na gestão do presidente do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, composta pelos Decretos n.º 407, 667, 981 e 1.075, iniciou processo de mudança do modelo acadêmico, com introdução, de maneira específica, das ideias do positivismo do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e alteração do modelo vigente do ensino secundário humanista para o enciclopédico; instituição dos exames de madureza para emissão do certificado de conclusão do ensino secundário; extinção dos exames preparatórios para acesso ao ensino superior e definição, mais uma vez, da liberdade de religião, com o Estado laico e ensino gratuito e livre (NUNES, 1984). No Título V, que trata do ensino secundário, lê-se:

> Art. 26 O curso integral de estudos do Gymnasio Nacional será de sete annos, constando das seguintes disciplinas: Portuguez; Latim; Grego; Francez; Inglez; Allemão; Mathematica; Astronomia; Physica; Chimica; Historia natural; Biologia; Sociologia e moral; Geographia; Historia universal; Historia do Brazil; Litteratura nacional; Desenho; Gymnastica, evoluções militares e esgrima; Musica.
> Art. 29. As disciplinas, a que se refere o art. 26, são todas obrigatorias, excepto: uma das duas linguas ingleza ou allemã, que o alumno escolherá á vontade para cursar e

> fazer exame.
> Art. 38. A approvação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de caracter federal na Republica; ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas - plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em Sciencias e Lettras.
> Art. 81. O certificado de estudos secundarios ou o titulo de Bacharel, de accordo com o art. 39 desta lei, só será exigido para a matricula nos cursos superiores no anno de 1896. (BRASIL - Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890).

Analisando o conjunto da reforma de Benjamin Constant, segundo Cartolano (1994),

> [...] sua elaboração foi fruto, em nível do pensamento, de uma complexidade de influências, de um amálgama de ideias que fervilhavam, entre nossos intelectuais: não só o positivismo difuso, reinterpretado por Benjamin Constant a partir das ciências matemáticas, mas também certo liberalismo herdado de Rousseau, de Pestalozzi, este traduzido por Rui Barbosa, via Calkins, e adaptado às condições de nosso meio e de nossa cultura (CARTOLANO, 1994, p. 73).

Em 17 de maio de 1890, o Decreto nº 407 aprovou o Regulamento para a Escola Normal da Capital Federal, determinando, no art. 2º, que "[...] o ensino é gratuito, integral e destinado a ambos os sexos", e dispondo, no art. 92, que "[...] receberão o título de habilitação ao magistério primário as pessoas que forem aprovadas em todas as matérias das séries desta escola" (BRASIL. Decreto nº 407, 1890).

Em 16 de agosto do mesmo ano, através do Decreto nº 667,

criou-se estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de Pedagogium[16]. Em 8 de novembro de 1890, pelo Decreto nº 981, aprovou-se o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Destaque para o quadro com os vencimentos dos professores e demais funcionários que compunham essas instituições, situação que se apresentava também no Decreto da Escola Normal e do Pedagogium.

Em 21 de janeiro de 1891, o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos foi extinto e a instrução pública foi encampada pelo Ministério da Justiça e Negócios do Interior, com o Ministro Gonçalves Ferreira. O exame de madureza, segundo Nunes (1984), foi o mais visado e combatido das reformas de Benjamin Constant, por várias vezes ele foi protelado em favor da continuidade dos exames preparatórios.

A economia estava ainda alicerçada pelo setor agrário-exportador, com as monoculturas de café, cacau, borracha e açúcar, mas se percebe a ampliação e diversificação da atividade econômica com a implantação de fábricas; empresas de transportes e comunicações; as primeiras estradas de ferro e linhas de bonde; oferta de serviços básicos de infraestrutura (água, energia elétrica, telégrafo e esgoto) e aporte de capital estrangeiro, fatores importantes para formação e consolidação da vida urbana no início do século XX.

16 Art. 1º O Pedagogium tem por fim: Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrucção nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrucção profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado (BRASIL - Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890).

A República acabou com o voto censitário e proclamou a coletividade quando instituiu o presidencialismo, que se firmaria nas sucessões presidenciais e no contingente eleitoral – extinguia-se o critério de renda, mas permaneciam inelegíveis analfabetos, mendigos, mulheres e praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, sendo o voto somente permitido aos homens maiores de 21 anos. Como meio de manter a 'ordem e o progresso', frase incluída, como símbolo da nova identidade nacional, na bandeira dos Estados Unidos do Brasil, que adotou o modelo político americano de federalismo, perpetuavam-se as mesmas práticas de distinção social vividas no Império.

As eleições no Brasil, iniciadas no Império, para os cargos legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado, sempre estiveram sob suspeita de fraude. Na República, em 8 de fevereiro de 1890, o Decreto nº 200-A, organizado por Aristides Lobo e promulgado pelo chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, é considerado a primeira lei eleitoral, embora tenha tratado unicamente da qualificação dos eleitores. Essa regulamentação visou à ampliação do número de eleitores e, consequentemente, a representatividade e legitimação dos eleitos, mas o voto permaneceu, ainda, de cabresto[17].

Na gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), as diatribes

17 O voto não era secreto, assim identifica-se o chamado voto de cabresto - a manipulação eleitoral por parte dos coronéis em favor de trocas ou ameaças. O coronelismo deve ser entendido como forma de poder entre o coronel (dono da terra) e seus apadrinhados, que dependiam da troca de favores, que podiam ser econômicos ou políticos (voto e indicação de cargos importantes no setor público. Pode-se destacar a grande influência na indicação das professoras para as escolas isoladas como uma dessas práticas).

entre os poderes Executivo e Legislativo, que se vinham exacerbando desde o final do período conhecido como República da Espada, foram minimizadas com o 'pacto oligárquico', que colocou no poder, de forma sequencial na Presidência da República, os partidos republicanos paulista e mineiro, configurando, assim, a chamada 'política café com leite'. Para garantir esse pacto, instituiu-se a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso, que consistia na negação da verdade eleitoral, pois representava a etapa final do processo de aniquilamento da oposição, chamado 'degola'. Seu objetivo era reconhecer a legitimidade dos deputados eleitos em cada Estado com o apoio do executivo e excluir os de oposição. O chefe dessa comissão era, normalmente, pessoa de confiança do presidente da República, garantindo-se, assim, apoio para as eleições presidenciais e as medidas de não intervenção nas políticas que cada Estado poderia vir a promulgar.

> O Congresso teria se tornado um espaço que não contava substantivamente no processo decisório: um espaço apático e submisso às preferências do Executivo. A 'Política dos Governadores': arranjos firmados, eleições marcadas e a garantia para os estados – que pactuavam desse acordo – da não intervenção nos assuntos políticos estaduais. Esta abordagem consolida a ideia de um 'arranjo político' traduzido em uma relação direta entre o poder Executivo e as lideranças locais, anulando o papel do Legislativo Federal no 'jogo político' (ALVES BADARÓ, 2016, p. 101).

Em 1º de março de 1894, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República, essa eleição marcou o fim da República da

Espada (1889-1894), período conhecido por ter tido militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no cargo de Presidente da República. Até 1930, as eleições legislativas e presidenciais ocorreram sem interrupção, sem haver deposição de presidentes.

Em 2 de agosto de 1916, o Presidente da República Wenceslau Brás sancionou-se a Lei nº 3.139, que, com vista a garantir seriedade do processo eleitoral, alterou o modo como era feito o alistamento eleitoral, entregando-o ao Poder Judiciário e outorgando-lhe o papel de principal executor das leis eleitorais, fato considerado ponto de partida para a criação da justiça eleitoral, que veio a ser concretizada somente em 1932. Esses desgastes nos processos de eleição e a necessidade de derrubar a oligarquia uniram políticos oposicionistas e os tenentes, e desencadearam a série de eventos ocorridos sob a denominação de 'tenentismo', na década de 1920.

As quatro reformas realizadas pelo governo federal, no início do século XX, legislaram sobre o ensino secundário e superior e reforçaram o caráter reformista de nossa elite política e intelectual. Apresentadas a seguir, elas compõem a fase final deste mosaico.

A primeira reforma federal, proposta em 1901 - reforma Epitácio Pessoa - instituída pelo Decreto nº 3.890, na gestão de Campos Sales, aprovou o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário; a segunda, em 1910 - reforma Rivadávia Corrêa, em 5 de abril de 1911, pelo Decreto nº 8.659, na gestão de Hermes da Fonseca, aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, e o Decreto nº 8.663, na mesma data, aprovou o Regulamento da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; a terceira, reforma

Carlos Maximiliano, em 18 de março de 1915, na gestão de Venceslau Brás, pelo Decreto nº 11.530, reorganizou o ensino secundário, reduzindo-o para cinco anos, e restringiu o acesso ao ensino superior facilitado pela reforma anterior; e a quarta e última, a reforma Rocha Vaz, em 13 de janeiro de 1925, através do Decreto nº 16.782-A, na gestão de Arthur Bernardes, aprovou o estabelecimento do concurso da União para a difusão do ensino primário; organizou o Departamento Nacional do Ensino; reformou o ensino secundário, dando-lhe duração de seis anos, e o ensino superior; tornou obrigatória a seriação dos estudos secundários; e manteve a equiparação dos colégios estaduais de ensino secundário ao Colégio Pedro II.

Todas essas reformas tiveram impacto nos Estados da Federação. Em Sergipe, as escolas que ofereciam o ensino primário, secundário e normal precisaram se adequar.

Este breve relato dos fenômenos políticos compõe o pano de fundo para o entrelaçamento das linhas com o ensino secundário e normal em Sergipe. Quem esteve por trás dos ideais de mudança propostos pelos republicanos para a escola primária e secundária também defendeu o fortalecimento das escolas normais, responsáveis pela formação do professor, para que, a partir dele, o ensino primário pudesse de fato trazer a muito desejada civilidade e modernidade ao povo. A escola primária exerceu papel fundamental na elaboração do imaginário republicano, promovendo a "[...] construção da identidade e da unidade da nação, não só pela transmissão de uma cultura comum e pela difusão de valores morais e cívicos, mas atuando no nível do imaginário, dos sonhos, das aspirações, das esperanças e do

inconsciente" (SOUZA, 1998, p. 266).

A educação no Brasil não deve ser compreendida de maneira isolada, dividida pelos rótulos de cada tipo, primária, secundária, profissionalizante, normal e superior, mas, sim, pelo conjunto de ações que reverberam por todos os níveis e são tensionados nesta micronarrativa.

## INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ÂMBITO LOCAL

Neste segmento, apresentam-se os instrumentos promulgados localmente e sua projeção no ensino secundário e normal, quando eles se tornarem necessários à compreensão da realidade e da representação coletiva que se forma a partir das disputas provocadas pela promulgação dessa legislação no colégio Atheneu Sergipense.

De modo geral, a legislação é considerada apenas como projeto de determinados segmentos sociais que, uma vez no poder, controlam o Estado em prol de seus objetivos. Essa compreensão da legislação, indubitavelmente, possui seu espaço e validade. Entretanto, a legislação pode proporcionar outros encaminhamentos, pois sendo ela fruto de discussões e negociações públicas e mesmo privadas, permite o vislumbrar das forças presentes em determinada realidade política, econômica e social (AZEVEDO, 2009).

Retome-se, inicialmente, a promulgação do Regulamento de 24 de outubro de 1870, pelo presidente Francisco José Cardoso Junior,

que, em caráter provisório, submetido à aprovação pela Assembleia Legislativa Provincial, imprimiu mudanças significativas na Instrução Pública em Sergipe, com destaque para o estímulo à coeducação; a fixação da idade mínima para o ingresso em 7 e 8 anos e a máxima em 12 a 14 anos; a exigência de frequência obrigatória; e a criação do colégio Atheneu Sergipense.

E, assim, imbricam-se os atos legislativos com as pequenas mudanças, que, ao longo do tempo, modificaram a sociedade brasileira. Segundo Amorim (2013, p. 100), o papel da legislação "[...] é entendido como ferramenta imprescindível nesse processo de organização da nação".

Em 23 de setembro de 1873, o presidente Manuel do Nascimento Pereira Galvão propõe a municipalização do ensino primário, transferindo a direção das aulas para as câmaras municipais - prática importada dos Estados Unidos; extinguindo a vitaliciedade do professor, com a demissão ad nutum a ameaçá-lo; e extinguindo os conselhos literários, que passam para a competência, quanto às letras, à instrução e ao ensino, da congregação do Atheneu, sendo as demais exercidas pelo diretor da instrução e pelas câmaras municipais. Quanto ao ensino secundário, reduziu-se às disciplinas exigidas pelos preparatórios, cursadas isoladamente no Atheneu, reforçando a dificuldade de formação no curso de humanidades.

Em 21 de abril de 1874, através da Resolução, nº 969, o Presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda (15 de janeiro de 1874 a 30 de abril de 1875), reformulou a instrução pública, promulgando novo Regulamento Orgânico que tinha como base o Regula-

mento de 1870 no 'sistema e ideias capitais'. Em 23 de novembro desse mesmo ano, Passos Miranda criou a Escola Normal destinada ao sexo masculino[18], independente do Atheneu Sergipense. Após a saída de Passos Miranda, em 20 de abril de 1875, a Assembleia Legislativa revogou as alterações anteriores.

Nesse mesmo ano também ocorreram os primeiros exames preparatórios, atendendo ao Decreto Imperial nº 5.529, em 2 de novembro de 1873, que instituiu, nas capitais, mesas examinadoras para os preparatórios para as academias. Esse fato gerou aumento das matrículas no Atheneu Sergipense, de 165, em 1873, para 334, em 1874. Destes, 72 prestaram os exames e 67 foram aprovados (NUNES, 1984).

Em 5 de maio de 1877, através da Resolução nº 1079, o Presidente da Província, João Pereira de Araujo Pinho (24 de fevereiro de 1876 a 9 de novembro de 1877), criou a Escola Normal destinada ao sexo feminino, sediada no Asilo Nossa Senhora da Pureza; reformou o ensino primário e secundário; e definiu o sistema de coeducação.

> Resolução 1.079, em 5 maio 1877, art. 1º definiu: As escolas públicas só serão frequentadas por indivíduos do mesmo sexo; nas localidades onde não houver tal afluência de alunos que exija o estabelecimento da cadeira para ambos os sexos, será dotado o ensino misto, ministrado por professoras, não podendo ser administrados nas respectivas escolas meninos de mais de 9 anos de idade. (AMORIM, 2013, p. 84)

18 Essa escola não atinge a clientela esperada, pois a falta de frequência dos alunos e os baixos salários oferecidos aos professores não eram suficientes para ampliar a procura da classe média por essa formação, assim os resultados esperados não consolidam essa independência e o curso volta a ser oferecido no Atheneu em 1876 (NUNES, 1984, p. 128 e 129).

> No art. 85, previa um curso de Humanidades integrado pelas seguintes aulas: Gramática filosófica da língua nacional e análise dos clássicos; Gramática, tradução e versão da língua francesa; Gramática, tradução e versão da língua inglesa; Gramática, tradução e versão da linha latina; Aritmética e Álgebra; Geometria e Trigonometria; Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil; História antiga, média e moderna, e do Brasil; Retórica e Poética e Literatura Nacional; Filosofia. Nos artigos 124 e 125, estabelecia-se que ao aluno aprovado em todas as matérias do curso de Humanidades, seria conferido o grau de Humanista (NUNES, 2000, p. 129 e 130).

Segundo Nunes (1984, p. 131), a coeducação foi discretamente aprovada "[...] para não chocar os preconceitos da sociedade patriarcal, que, hipocritamente, defendia a segregação dos sexos". Amorim (2013, p. 81 e 82) complementa, afirmando que essa mudança ampliou o contato das meninas com o conteúdo exclusivo ensinado aos meninos e aumentou a quantidade de escolas mistas e a "[...] existência delas no interior da província fez aumentar o número de professoras no ensino primário, pois havia a determinação legal de que essas escolas fossem regidas por elas". Aqui, percebe-se mudança significativa e gradativa, mas que oportunizou a inserção da mulher no mundo do trabalho de forma decisiva com respeito e credibilidade como professora primária anos mais tarde.

As autoridades imperiais suspenderam, em 1877, os exames preparatórios em Sergipe em razão de denúncias de escândalos ocorridos. Os exames voltaram a ser realizados, em atendimento a pedido da Assembleia Legislativa Provincial, em 9 de outubro de 1878. Em 1882, foram novamente suspensos e no ano seguinte vol-

taram a ser ofertados. Essa era a realidade não só de Sergipe, mas também de outras províncias. A falta de política nacional, as fraudes e favorecimentos das aulas avulsas e o próprio sistema de avaliação colaboram para a manutenção dessas práticas.

> Em 1888, o Conselheiro Costa Pereira assim diagnostica o problema: 'Desde que os candidatos à matricula nos cursos superiores não encontrem nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário facilidades para abreviar os seus estudos e vencer os exames sem maior esforço; e, por outro lado, continuem a lograr acesso àquelas escolas por meio da exibição de certificados de exames avulsos, prestados à sua escolha, onde mais fácil e provável lhe pareça o êxito (NUNES, 1984, p. 163).

Em 15 de outubro de 1889, o presidente da província, Jerônimo Sodré Pereira, afirma na Assembleia Legislativa Provincial que "[...] dois são os problemas capitais na organização do ensino público - 1º pessoal habilitado; - 2º escolha das disciplinas que melhor se adaptem às forças intelectuais dos alunos" (NUNES, 1984, p. 301 - Anexo nº 11). Assim, podem-se identificar os principais desafios herdados do Império e como os republicanos renovaram os ideais da escola pública, laica e obrigatória.

Segundo Oliveira (2004), em 1888, Sergipe tinha 180 escolas isoladas, em sua maioria compostas apenas de uma sala de aula de instrução pública primária, distribuídas 54 para o sexo masculino, 56 para o sexo feminino e 70 mistas, com matricula de 3.427 alunos, de ambos os sexos, e frequência de 2.285 alunos. Na instrução secundá-

ria, a matrícula foi de 87 alunos e a frequência de 43. Inscreveram-se para os exames gerais preparatórios para o ensino superior 127 alunos dos quais 90 foram aprovados. A Escola Normal masculina não funcionava por falta de candidatos, e na Escola Normal feminina a matrícula era de 51 alunas.

A década de 1880 foi marcada em Sergipe "[...] pela passagem de 20 governantes, dos quais sete ocuparam os dois últimos anos do Império" (NUNES, 1984, p. 164). O primeiro presidente do Estado, Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, nomeado por decreto do governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, tomou posse em 13 de dezembro de 1889, em substituição à junta provisória[19], e exerceu o cargo durante oito meses, até 17 de agosto de 1890.

Em 14 de março de 1890, pelo Decreto nº 30, promulgou-se o primeiro Regulamento Estadual da Instrução Pública primária, secundária e normal, em que se defendia que a educação deveria ser

reformulada drasticamente, em vista de seus resultados sofríveis e de sua desorganização. Felisbelo Freire defendia que ela deveria promover a inclusão das classes populares, pois o ensino direcionado para atendê-la era visto como a principal base do bem-estar das nações. Entre outros aspectos, propunha a instalação de biblioteca em cada

cidade, vila ou povoado, para propiciar aos professores leitura instru-

19 Duas juntas provisórias ocuparam o governo até 13 de dezembro de 1889, a primeira formada pelo Senhor de Engenho Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, Professor Baltasar de Araujo Góis e Capitão do Exército Antônio José de Siqueira Meneses; a segunda formada somente pelos dois últimos integrantes, pois o primeiro logo renunciou ao cargo.

tiva sobre sua profissão e, aos alunos, leitura aprazível que auxiliasse em sua educação.

Mais uma vez não foram aplicados os atos baixados, por falta de recursos ou em razão das diversas mudanças de comando na esfera estadual na primeira fase do governo do marechal Deodoro da Fonseca, o que frustrou os anseios de transformação e avanço gestados no curso das mudanças do regime político em 1889.

> Em 3 de dezembro de 1889, o Governo Provisório nomeou uma comissão para elaborar o projeto de Constituição Nacional. Os trabalhos tiveram início em 15 de novembro de 1890, e a primeira carta constitucional do país foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. [...] Os Estados regidos por Constituição própria passaram a ter autonomia para eleger os seus governantes, realizar transações financeiras externas, organizar suas próprias forças policiais e legislar sobre questões fundamentais como a educação (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Entre 18 de agosto de 1890 e 18 de maio de 1892, Sergipe passou por período de grande instabilidade política, com seis presidentes e uma junta governativa[20], até que foi empossado o primeiro presidente eleito pela Constituinte Estadual de 1892. Durante esse período, os vários decretos promulgados sobre a instrução pública descaracterizaram a reforma de 1890 (OLIVEIRA, 2004).

Em 8 de junho de 1891, a primeira Constituição do Estado de Sergipe foi promulgada pelo presidente Antônio Alves de G. Lima.

20 Composta por Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Marcelino José Jorge e Olyntho Rodrigues Dantas.

Em 18 de maio de 1892, nova Constituição Estadual revogou a anterior, em virtude da renúncia do presidente Manuel Deodoro da Fonseca.

A Constituinte Estadual, presidida por Olímpio de Souza Campos[21], promulgou a Carta Estadual de 1892, que elegeu o primeiro presidente de Estado, José Calasans (18 de maio de 1892 a 24 de outubro de 1894), que fora senador na Constituinte Federal de 1891. Essa Carta "[...] tratou da educação apenas quando, ao se referir às atribuições do Poder Legislativo, determinava que lhe competia legislar 'sobre a instrução pública em todos os graus'(6, XV - Art. 16)" (NUNES, 1984, p. 184). Calasans conseguiu equilibrar as contas do Estado e criou condições para regulamentar e reorganizar o ensino público, nos moldes da regulamentação de Freire e Benjamin Constant.

Em 19 de janeiro de 1893, na gestão de José Calasans, promulgou-se o Decreto nº 45, que regulamentou, em seus 365 artigos, o ensino público com base na Lei nº 35, de 18 de agosto de 1892 (NUNES, 1984), abrangendo a Diretoria Geral e normatizando o serviço de expediente, arquivo e estatística da instrução primária e secundária (OLIVEIRA, 2004).

Em 5 de dezembro de 1895, a Lei nº 107, promulgada pelo presi-

21 Monsenhor Olímpio de Sousa Campos (1899-1902), líder político, Deputado Geral SE 1886-1889; Deputado Federal SE 1894-1899; Senador SE 1902-1906; Presidente Sergipe 1899 a 1902.Fundador e líder do Partido Republicano Sergipense (PRS), apoiado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), Olímpio Campos consolidou o modelo de dominação oligárquica que iria perdurar mesmo após sua morte, encerrando-se apenas depois do governo de José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911).

dente de Estado Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão (24 de outubro de 1894 a 27 de junho de 1896), reorganizou a instrução pública primária e secundária. Reorganizou o curso do Atheneu, "[...] equiparando-o ao Ginásio Nacional, segundo as prescrições do Decreto de 30/02/1892 e mais disposições referentes à matéria" (NUNES, 1984, p. 189).

Em 9 de julho de 1897, através do Decreto nº 231, promulgado pelo presidente de Estado Martinho César da Silveira Garcez (24 de outubro de 1896 a 13 de agosto de 1899), reorganizou-se a instrução primária e secundária.

Neste período, no Atheneu Sergipense, apesar de o número de matrículas ser alto, a frequência continuava quase nula, a procura continuava pelas aulas avulsas, onde os filhos dos pais mais abastados frequentavam as aulas somente interessados nos exames preparatórios que asseguravam o rápido ingresso nos cursos superiores. Assim, o curso de humanidades, seriado, era frequentado por alunos com menor poder aquisitivo, que não tinham recursos para transpor as fronteiras do Estado e concluíam o curso em busca das facilidades de contratação pelo poder público (NUNES, 1984).

Em 1899, retornou ao governo do Estado monsenhor Olímpio Campos (24 de outubro de 1899 a 24 de outubro de 1902). Ele organizou a Diretoria de Instrução Pública e promulgou a Lei nº 366, de 6 de novembro de 1899, com alterações na escola normal; a Lei nº 398, de 31 de outubro de 1900, que consolidou aspectos da legislação vigente para o ensino primário, secundário e normal, e baixou o Decreto nº 501, de 5 de agosto de 1900, com novo Regulamento para

a instrução pública.

Era preciso disciplinar e hierarquizar os papéis sociais. Nessa acepção, as medidas legislativas tomadas visavam atenuar os conflitos de classe e aumentar a produtividade. Em Sergipe "[...] começaram a surgir as primeiras usinas modernas" (NUNES, 1984, p. 190), a partir de intervenções nos campos da ciência, da saúde e da educação. Nesse panorama, as escolas normais assumiram papel relevante, pois era nessas instituições que se difundiam os novos preceitos pedagógicos[22], com a formação das professoras que atuariam nos grupos escolares. Segundo Valença (2005), nesse período, iniciou-se o processo de feminização do magistério, que representou para a mulher sergipana oportunidade de ascensão do ambiente doméstico para a independência econômica e social.

Alguns jornais também podem ser destacados na última década do XIX. Segundo Nunes (1984) os primeiros de posições políticas partidárias, como o Estado de Sergipe, que se tornou o órgão oficial de publicação do governo de 1893 a 1919, quando saiu de circulação; a Folha de Sergipe (1891-1896); o Correio de Sergipe (1891-1896); a União Republicana (1891-1894), e outros, de vida efêmera, como O Operário, de caráter popular, que circulou em 1891 e ressurgiu em 1896, e Sociedade Operária Sergipana, em 1895, os dois, ativos

22 Entre os pensadores que se destacaram nesse campo e contribuíram para os debates sempre presentes nas abordagens dos métodos de ensino, podem-se citar Comenius (1592-1670); Rousseau (1712-1778); Pestalozzi (1746-1827); Froebel (1782-1852); Dewey (1859-1952); Piaget (1896-1980); Rudolf Steiner (1861-1925) – conhecido como Waldorf; Maria Montessori (1870-1952); Wallon (1879-1962) e Vygotsky (1896-1934), reconhecidos pelo modo como se posicionaram perante os desafios da escola e seus métodos.

durante breve tempo, configuraram-se como as primeiras expressões dessa nova população em nosso Estado.

O final do século XIX em Sergipe confirmava ainda a hegemonia do açúcar, mas percebe-se o avanço do algodão e das indústrias que aqui se estabeleceram, a primeira em Aracaju (1884) e a segunda em Estância (1896), que contribuíram para transformação da vida urbana dessas cidades. Segundo Lefebvre (2001, p. 58), o processo de industrialização provoca "[...] as transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações complexas".

Em 5 de novembro de 1903, a Lei nº 452, promulgada pelo presidente de Estado Josino Odorico de Meneses (24 de outubro de 1902 a 23 de outubro de 1905), alterou o programa de estudos da escola normal, e a Lei nº 477, de 9 de novembro de 1904, dispensou as normalistas da apresentação da tese para receberem seus diplomas.

Em 1907, 15 de abril, pelo Decreto nº 547, promulgado pelo presidente de Estado Guilherme de Souza Campos (24 de outubro de 1905 a 23 de outubro de 1908), expediu-se novo regulamento para a escola normal.

Em 12 de agosto de 1911, através do Decreto nº 563, promulgado pelo presidente de Estado José Rodrigues da Costa Dória (24 de outubro de 1908 a 23 de outubro de 1911), reformou-se a instrução pública primária, secundária e normal, instituindo o Regulamento da Instrução Pública de 1911 e o Regulamento da Escola Normal, que

instrumentalizou a nova Escola Normal[23]. Inaugurou-se o prédio localizado na antiga praça da Catedral, atual praça Olímpio Campos, em 15 de agosto de 1911. O curso normal, com duração de 4 anos, passou a ser ofertado para ambos os sexos, e o grupo modelo oferecia o ensino primário para seção feminina.

> Entre finais do século XIX e meados do século XX, a visão organizacional da estrutura educativa, quer a partir de estratégias legislativas e de controle, quer a partir de uma preocupação de racionalidade e de planejamento, consolidava-se numa integração de natureza sistêmica, por um lado, e no quadro da complexidade e da multifuncionalidade da instituição educativa, por outro (MAGALHÃES, 2004, p. 48).

O professor Carlos da Silveira, diretor do grupo escolar da avenida Paulista/São Paulo, que esteve em Aracaju contratado para contribuir na elaboração dessa regulamentação, era, segundo Azevedo (2010), detentor de experiência com a direção do ensino graduado em São Paulo, que coube canalizar as possibilidades administrativas para a concretização da reforma da Escola Normal e do ensino primário. São Paulo, por ter iniciado o processo de regulamentação da modalidade grupo escolar, em 7 de agosto de 1893, através da Lei nº 169, tornou-se pólo de difusão desse modelo e o empréstimo de técnicos desse estado passaram a ser rotina administrativa em diversas localidades.

23 Em 1923, passou a denominar-se Escola Rui Barbosa. Atualmente a escola tem a denominação de Instituto de Educação Rui Barbosa e funciona, desde a década de 1950, na Rua Laranjeiras s/n. O antigo edifício está ocupado pelo Centro de Turismo e Artesanato.

Em 19 de outubro de 1912, pelo Decreto nº 571, promulgado pelo presidente de Estado Antônio José de Siqueira Menezes (24 de outubro 1911 a 23 de outubro de 1914), reformou-se a instrução pública primária, secundária e normal e se criaram as "[...] escolas noturnas[24] para adultos de ambos os sexos, que lhes permitissem ler, escrever e contar" (NUNES, 1984, p. 217), para atender a demanda das indústrias que aqui se instalaram desde 1894.

Essa legislação sistematizou a nomenclatura das escolas primárias, que passaram a ser classificadas como escolas singulares[25] e grupos escolares divididos em duas categorias - cidade e capital -, destinados aos dois sexos separados em duas sessões: a masculina e a feminina, à exceção do grupo modelo, que atendia somente meninas, em curso com quatro anos de duração. Dividiu-se o Estado em cinco distritos para melhor organização administrativa desse nível. O ensino Normal masculino, retornou ao Atheneu, com três anos de duração, permanecendo o feminino na recém-inaugurada Escola Normal.

O Professor Baltazar Góis, que ocupou interinamente o cargo de Diretor da Instrução Pública de Sergipe em 1905, foi o responsável pela redação do programa para o ensino primário, especialmente voltado para os grupos escolares, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução em 1912 (ABREU e BELOCH, 2015).

Em 15 de março de 1914, foi inaugurado o grupo escolar Central[26], que, depois de três anos, homenageou o presidente que o inau-

24 Não se encontrou informação sobre a localização dessa escola.
25 Sinônimo de escolas isoladas.
26 Alguns estudiosos apontam que o Grupo Central era o Grupo Modelo, que funcionou anexo à Escola Normal (1911) e atendia somente a seção feminina,

gurou e recebeu a denominação de grupo escolar General Siqueira, localizado na rua Itabaiana. Em 28 de julho de 1914, a Lei nº 663 realizou novas alterações, no ensino primário, secundário e normal, que não saíram do papel.

Em 1915, 9 de janeiro, pelo Decreto nº 587, promulgado pelo presidente de Estado Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão (24 de outubro de 1914 a 23 de outubro de 1918), expediu-se o Regulamen

to Geral da Instrução Pública de Sergipe para a instrução primária, secundária e normal. Segundo Oliveira (2004, p. 58), "[...] este regulamento tinha como justificativa as contradições e omissões da Lei nº 663, que não chegou a entrar em vigor, tendo sido suspensa sua publicação".

Recontar esse percurso, em muitos momentos, pode desestimular a continuação desta leitura, porém, esse movimento pendular da legislação permite perceber as atualizações e projeções que se operaram na institucionalização da educação e na tensão/compromisso entre o todo e as partes (MAGALHÃES, 2004).

Em 27 de outubro de 1915, a Lei nº 686, e, em 24 de abril de 1916, e o Decreto nº 630 introduziram pequenos ajustes no regulamento no ensino primário e normal. Instituiu-se a escola complementar que funcionaria anexa à Escola Normal com a finalidade de completar o curso primário, em um ano, servindo de intermediário entre este e a Escola Normal. (Art. 127 e 128 do Decreto nº630).

Em 8 de julho de 1917, foi inaugurado o grupo escolar Barão de

que se desvincula em 1914 para ampliar a oferta para o público masculino e criar identidade própria.

Maruim, localizado sobre os alicerces do antigo Asilo Nossa Senhora da Pureza, na atual av. Ivo do Prado, e, em 1º de novembro de 1918, inaugurou-se o grupo escolar General Valladão, na antiga praça Pinheiro Machado, atual praça Tobias Barreto.

Em 1921, 31 de março, o Decreto nº 721, promulgado pelo presidente de Estado José Joaquim Pereira Lobo (24 de outubro 1918 a 23 de outubro de 1922), "[...] extinguiu o curso normal[27], o comercial e o integral que continuavam apresentando baixa assiduidade" (NUNES, 1984, p. 233). Em 29 de outubro de 1921, o Decreto nº 724 regulamentou o ensino primário, secundário e normal.

Em 30 de outubro de 1923, a Lei nº 852, promulgada pelo presidente de Estado Mauricio Graccho Cardoso (24 de outubro de 1922 a 23 de outubro de 1926), estabeleceu as bases para a reforma do ensino primário e normal. Em 11 de março de 1924, pelo Decreto nº 867, regulamentou-se o ensino primário e normal. O ensino primário foi dividido em elementar e superior, com seis anos no total, três para cada grau, e a idade dos alunos ficou definida entre 7 e 14 anos para ambos os sexos.

Em 1923, o grupo escolar General Valladão foi transferido para outro edifício, localizado na antiga rua da Vitória, atual avenida Carlos Burlamarqui, onde funciona até os dias atuais.

Em 20 de dezembro de 1924, através do Decreto nº 892, aprovaram-se os programas para os cursos primário, elementar e superior. O Regulamento da Instrução Pública de 1924, com 471 artigos, estruturou globalmente a educação sergipana, definindo-a desde as

27 Ofertado no Atheneu Sergipense para o público masculino.

escolas maternais e os jardins de infância até o ensino profissional e secundário[28], inclusive as instituições particulares.

> [...] O ensino primário, dividido em elementar e superior, de três anos cada um, apresentava programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais. [...] faltava, porém, ao professor a formação adequada para executar tão avançado programa de uma escola voltado para a realidade e, como tal pragmática. O ensino vai conservar-se tradicional, rotineiro, apenas com pinceladas modernas que não alterarão sua essência (NUNES, 1984, p. 246-247).

Em 1924, inaugurou-se o grupo escolar Dr. Manoel Luís, na Av. Pedro Calazans, e, em 1925, o grupo escolar José Augusto Ferraz, na Av. João Rodrigues, antiga rua Cruz & Cia, ambos em funcionamento até os dias atuais.

O professor Abdias Bezerra também esteve em São Paulo, para conhecer a realidade e estudar os processos de ensino vigentes na

quele Estado com o intuito de introduzi-los na instrução pública sergipana. Colaborou na elaboração do Regulamento da Instrução de março de 1924 e do programa para o curso primário elementar e superior decretado em dezembro de 1924 (AZEVEDO, 2015).

Em 13 de agosto de 1926, inaugurou-se o terceiro edifício para sediar o colégio Atheneu Sergipense, localizado na Av. Ivo do Prado, atual Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda.

28 Em 1924, a matrícula da primeira série do Atheneu Sergipense registrou a presença de 15 mulheres, ao lado de 18 homens, demonstrando a evolução da presença feminina na busca de ampliar o ler, escrever, contar e cozer do século XVIII (NUNES, 1984).

Após o término do Governo Graccho Cardoso, vários de seus atos foram revogados, principalmente aqueles que propuseram a Escola Profissionalizante, o Liceu Profissional Coelho e Campos, o Instituto de Química Industrial, a Faculdade de Farmácia e Odontologia "Anibal Freire" e a Faculdade de Direito "Tobias Barreto", justificados pelas dificuldades econômico-financeiras.

O movimento tenentista se fez presente em Aracaju, em 13 de julho de 1924, com a participação do capitão Eurípedes Esteves de Lima, os primeiros tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Mello e o segundo tenente Manoel Messias de Mendonça. Em Sergipe o movimento, que durou apenas até 2 de agosto, apoiou o movimento paulista e não se restringiu aos militares, as ruas de Aracaju foram tomadas e o movimento só foi debelado quando os legalistas, liderados pelo general Marçal Nonato de Faria, assumiram o controle da situação. Nem todos os oficiais se envolveram no movimento, a maior parte permaneceu ao lado dos legalistas (MAYNARD, 2008).

Todos os movimentos ocorridos nesse período fracassaram. O levante chefiado por Luís Carlos Prestes, conhecido como Coluna Prestes, percorreu diversas localidades entre 1925 e 1927 e denunciou a pobreza da população e a exploração das camadas mais pobres pelos líderes políticos. A passagem desse grupo pelo Nordeste reacendeu a chama libertária, em 19 de janeiro de 1926 passou por Aracaju, e como em outras localidades foi reprimido.

Eram idealistas, politicamente inquietos, que gozavam da admiração da tropa e de simpatia entre os setores médios da população e a massa de trabalhadores urbanos, em face das desigualdades sociais e

das fraudes nos processos de eleição, que mantinham no poder os que apoiavam a política dos governadores. Em 3 de outubro de 1930, os militares depuseram Washington Luís, após a eleição de Júlio Prestes (PR Paulista) e Vital Soares (PR Baiano), que não tomaram posse em virtude desse movimento.

Em 16 de novembro de 1930, Augusto Maynard Gomes, líder do movimento tenentista de 1924 e de 1926 foi designado Interventor Federal em Sergipe e seus companheiros de revolta, João Soarino de Melo e Eurípedes Esteves de Lima, foram designados, respectivamente, Comandante do 28º Batalhão de Caçadores (BC) e Chefe de Polícia. O tenentismo esteve finalmente no poder em Sergipe, assim como em todo território nacional, com o golpe de 1930.

> Os movimentos políticos, sociais e culturais do período, o socialismo, o anarquismo, o nacionalismo, o tenentismo, o modernismo e o integralismo. Estes movimentos, uns mais vigorosos que outros, propõem alternativas teóricas e práticas para a manutenção ou reformulação da ordem social mais ampla. Trazem à tona a discussão sobre as imensas desigualdades sociais no Brasil, insistindo na ideia de que a ampliação das oportunidades escolares e a melhoria qualitativa do ensino determinariam a solução dos graves problemas sociais brasileiros e colocariam o Brasil entre as grandes nações do mundo. É a crença na reforma da sociedade pela reforma da educação (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

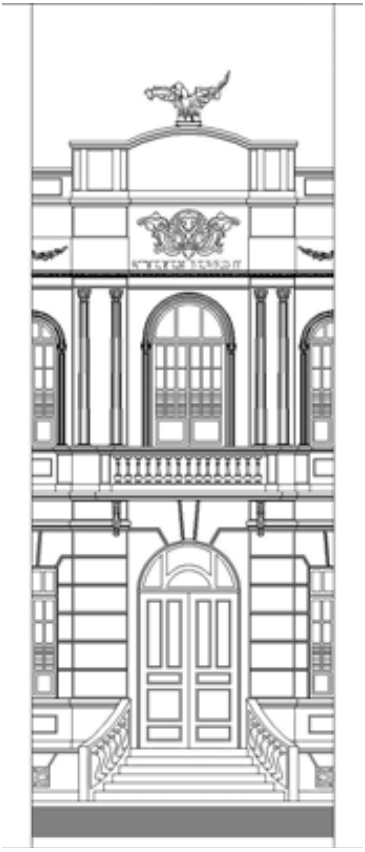
Segundo dados apresentados por Oliveira (2004), em 1930, somente 3,2% da população de Sergipe (527.130 habitantes) foram atendidos pelo setor público e privado em todos os níveis de educa-

ção (16.834 alunos matriculados no primário, secundário, normal e profissionalizante), e a frequência continuava baixa (13.299 alunos), girando em torno de 79%.

> A descontinuidade política e administrativa era visível. Nos quarenta anos da Primeira República as mudanças se sucediam em todos os ramos da instrução pública alterando, no todo ou em parte, a organização da escola. No ensino primário foram 27 (vinte e sete) os atos dos Poderes Executivos e Legislativos, no ensino secundário 36 (trinta e seis), e no ensino normal, 35 (trinta e cinco), no ensino profissional 12 (doze) e no superior 3 (três) (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

O período aqui analisado de 1870 até 1930 não representa rupturas precisas e definitivas, a história deve ser vista como um continuum em que o passado, o presente e o futuro se entrelaçam, as marcas deixadas pelo Império, não se apagaram com a República, bem como as marcas da primeira fase persistiram após a ascensão de Vargas e gradativamente também vão sendo modificadas pelo próprio redesenho dos instrumentos normativos.

A percepção da possibilidade de ampliar a escrita da história da educação aracajuana, com a inclusão da arquitetura dos edifícios construídos para criar uma nova identidade, me faz estender convite para o próximo segmento, para descortinar o conjunto desse espaço-lugar.



Detalhe Entrada Principal – Atheneu Pedro II 1926
Dayse Araujo Lapa

## Linguagem Arquitetônica dos Edifícios-Escola

### 1º EDIFÍCIO – PRAÇA DA CONCEIÇÃO

### 2º EDIFÍCIO – PRAÇA CAMERINO

### 3º EDIFÍCIO – AVENIDA IVO DO PRADO

## Linguagem Arquitetônica dos Edifícios-Escola

Descortinar as linhas dos elementos arquitetônicos que caracterizaram os três edifícios utilizados pelo colégio Atheneu Sergipense, entre 1872 e 1926, todos imbuídos da ideia de atender as práticas pedagógicas e oferecer espaço adequado aos preceitos de higiene, que preconizava, observados os materiais e técnicas construtivas disponíveis, devendo os edifícios serem construídos de acordo com a finalidade do uso e do público destinatário. Assim, surgem os primeiros edifícios-escola idealizados para sediar o ensino público no Brasil.

Eles deveriam estar situados em locais que mais bem acomodassem a frequência, evitando os inconvenientes que pudessem perturbar seus fins, afastados de aglomerações, como feiras, casernas e fábricas. Deveriam ter pátio em condições higiênicas para o recreio ao ar livre, com abrigo contra intempéries e mobília apropriada à comodidade dos alunos e ao bom andamento do ensino; aberturas amplas e em todas as faces, e estar situados em locais com baixo ruído e poeira. Essas exigências estão presentes nos instrumentos normativos analisados deste marco temporal.

Segundo Magalhães (2004), as instituições educativas se configuram como complexo organizado e todo interativo e comunicacional que influencia de maneira determinante a realidade. O desafio proposto é desvelar as linhas que entrelaçam o edifício-escola e os condicionantes dos diversos elementos urbanísticos e arquitetônicos utilizados para sua configuração espacial, de forma a apoiar e dar

condições de operacionalização dos métodos de ensino, tempo e ordenamento das práticas educativas para a repetição e aperfeiçoamento desse modelo, concebido e utilizado como "[...] uma matriz concreta – materialização de preceitos, padrão a ser copiado e repetido" (WOLFF, 2010, p. 26).

No início do século XX, teve início a ampliação na oferta de espaços educativos construídos para sediarem escolas. Neste segmento, o olhar será focado sobre esse modelo de instituição educativa pública secundária e a forma como ela foi posicionada para ser o signo de civilização e progresso. Assim

> [...] a leitura dessas diferentes dimensões torna o estudo da arquitetura e do espaço escolar eixos potenciais de pesquisa e de compreensão das instituições educativas, uma vez que a análise sendo intrinsecamente relacional põe em destaque a internalidade da gramática escolar articulada com a construção da escola como processo histórico, cultural e social (BENCOSTTA, 2005, p. 8).

Buscava-se homogeneizar culturalmente o povo brasileiro, rompendo com a ideia de descentralização do ensino que permeava a educação do período imperial e a relação entre a cidade e a escola, dimensões sociais nas quais "[...] projetar a educação e o urbano é arquitetar a modernidade e o progresso, é racionalizar as condutas" (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, p. 33) em ambiente educativo, ou seja, aprazível e funcional, situado em paisagem envolvente, capaz de criar - e de fato criou - identidade entre o edifício-escolar e a cidade.

A forma como essa escola foi implantada se caracterizou pela construção de edifícios próprios, em que "[...] os majestosos 'templos do saber' exalavam sua função educativa tanto dentro quanto fora dos seus muros. Demonstravam modernidade e zelo com o processo de formação de uma sociedade na qual deveria encontrar lugar um homem novo, o cidadão republicano" (AZEVEDO, 2010, p. 121 e 122).

Elegeram-se dois autores que, por sua notoriedade na análise destes elementos, ajustaram o foco para conduzir essa crítica do espaço arquitetônico e urbanístico do edifício-escola. Zevi (1996) permitiu entender que a arquitetura não se deve ater somente à superficialidade da face externa e estética da fachada do edifício que a define e protege, mas, sim, submergir e entender as relações entre o interno e externo, entre o homem e suas necessidades, pois são elas que, em conjunto com as características técnicas e funcionais, fundamentam o universo de composição desse espaço, que, nas mãos de profissional sensível, com a concretude de seus traços, define esse espaço e suas relações com o entorno e com o homem.

Viñao (2005, p.44) apresentou a possibilidade da análise do espaço escolar "[...] que possui sua própria lógica, uma 'lógica social', derivada de sua condição de lugar e território ocupado, demarcado, desenhado, construído e utilizado" para abrigar essas instituições educativas e que constitui objeto social. A partir desses autores, pretende-se demonstrar como o modelo foi idealizado, organizado, e como se firmou e se difundiu.

Elegeram-se as linhas visíveis dos elementos urbanísticos e ar-

quitetônicos que, através de suas características estéticas monumentais e rebuscadas, criaram o símbolo dos "templos de civilização"[29], analisados através do uso de fotografias e mapas, pois, segundo Burke (2017), a imagem se configura como testemunha ocular do passado e se torna evidência de forma a tencioná-la com outras fontes.

Zevi (1996) considera os pressupostos sociais, intelectuais, técnicos e figurativos como uma forma de análise desses espaços; em Aracaju, os pressupostos sociais e intelectuais se apoiaram em sociedade oligárquica e escravocrata em transformação, centrada na produção de monocultura do açúcar voltada para o mercado externo. Identificou-se que após a promulgação da República essa sociedade se transformou em burguesia urbana e pré-industrial, onde a elite letrada, influenciada pelos ideais de civilização e modernidade dos pensadores do século XIX, formaram a base dos aspectos intelectuais e onde o Estado ora se aproximava da igreja católica, ora dela se afastava. No que tange aos pressupostos técnicos e figurativos, a indústria da construção civil, em fase inicial de configuração, contou com mão de obra artística oriunda das missões europeias, que aqui aportavam. Em Aracaju, recebeu-se missão vinda da Itália, em 1918, para as obras de embelezamento de nossa capital para as comemorações do centenário de emancipação política em 1920.

Registram-se no início do século XX, em Aracaju, edifícios no estilo eclético, identificado como a arquitetura da expansão industrial, "[...] quando surge o contraste entre a utilidade e a vida, entre o mito e a arte, evidencia os dois aspectos da civilização industrial: o

29 Utilizou-se o título do livro de SOUZA (1998) para classificar os edifícios construídos nesse período para sediar as escolas.

romantismo dirigido ao passado e o mecanicismo dirigido ao futuro" (ZEVI, 1996, p. 145), para expressar sua monumentalidade. Assim, a estética marcada pela mistura de elementos clássicos, sobreposição de formas de diferentes períodos e imitação é utilizada para criar identidade do edifício que se distancia das edificações góticas e barrocas que o antecederam, com desejo de se "[...] impor, através da fantasia, uma representação da afirmação social da burguesia industrial" (SÁ, 2005, p. 67). A organização espacial exigiu a construção de novos edifícios, influenciados pelas relações sociais e culturais, e a arquitetura ganhou discurso simbólico, "[...] a arquitetura é uma representação física do pensamento e das aspirações humanas, um registro das crenças e valores da cultura que a produz" (ROTHE, 2017, p. 143).

O valor da arquitetura está na análise e interpretação do espaço, o que está contido no interior da edificação e, também, o que se encontra em seu entorno - "[...] nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado vazios, isto é, tenha criado espaços fechados" (ZEVI, 1996, p. 25), porquanto é com o espaço arquitetônico que o homem se relaciona.

> A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos (ESCOLANO e FRAGO, 2001, p. 26).

A ideia de ordem, baseada nas categorias de Vitrúvio[30], deveria garantir beleza e decoro, alçando os edifícios-escola a uma qualidade estética acurada, através dos traços e da distribuição manipulados pelas mentes de seus idealizadores - arquitetos[31], que também deveriam considerar os condicionantes do sítio, para garantir a adequada utilização e perpetuação desse edifício, segundo Pedro (2014),

> [...] a symmetria consiste no justo equilíbrio proporcional de todo o edifício, obtido através de correspondências de medidas (commodulatio) baseadas em uma parte fixa, assim como se verifica entre os membros de um homem de bela figura e todo o seu corpo, de modo a assegurar a coesão harmônica da obra. Decor consta da conveniente symmetria, do adequado arranjo de cada elemento da obra a dotar o edifício de perfeito acordo com as imposições da utilidade e do costume, manifestando honestamente o êthos do edifício (PEDRO, 2014, p. 27).

A localização do edifício-escola também será analisada sob a ótica da relação com o espaço da cidade, projetando seu significado de símbolo cultural e social quando localizado em pontos estratégi

cos que afirme essa "inteligência invisível" (ESCOLANO e FRAGO, 2001, p. 33), contribuindo, assim, para a identificação e consolidação

30 De Architectura Libri Decem (Dez livros sobre a Arquitetura), escritos por Vitrúvio, são o único escrito de maior relevância sobre a arquitetura dos antigos que chegou até os dias de hoje. Todos os tratados sobre arquitetura após o Renascimento remontam a Vitrúvio ou pelo menos se confrontam com ele fundamentalmente. (KRUFT, 2016)

31 Segundo Alberti, os arquitetos são responsáveis por configurar o ambiente humano. Em Aracaju, os três edifícios aqui apresentados foram projetados por engenheiros.

desse modelo - lugar especializado em ministrar ensino.

> O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho do docente (SOUZA, 1998, p. 123).

A análise do espaço escolar, segundo Viñao (2005), deve estar pautada em três aspectos: 1) sua forma ou estrutura morfológica; 2) sua função e as atividades que nele se realizam; 3) sua organização ou relações existentes entre seus diferentes espaços e funções, a partir dos quais será possível visualizar como esse modelo se organizou, se firmou, convenceu e foi percebido enquanto representação coletiva.

Com isso, os engenheiros, ao construírem os prédios que seriam ocupados para essa atividade, passaram a se preocupar em atender as premissas construtivas, pedagógicas e higienistas. Identificou-se que o formato do lote e a sua relação com o edifício, além da quantidade e dimensão das esquadrias, foram algumas das preocupações higienistas presentes em todos os seus compartimentos, em que renovação de ar deveria ser constante, promovida pelas correntes de ar que arejavam o ambiente, pondo-o, assim, a salvo dos inconvenientes do ambiente viciado, que poderia ajudar a propagar as doenças infecto-contagiosas do período

A estratégia, segundo Certeau (1994, p. 99), "[...] postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de

onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças". De posse deste conceito, percebe-se que a estética desses edifícios foi utilizada como base para gerar a identidade dos edifícios-escola nesse período.

> Os edifícios escolares representavam o modelo de escola urbana moderna de melhor qualidade em prédios especialmente construídos para propagar o ideário republicano bem como divulgar a ação do governo. Os prédios eram construídos em locais privilegiados e com projeto arquitetônico que se integrava às construções modernas que iam aparecendo nos centros urbanos (OLIVEIRA, 2004, p. 151).

O espaço protagonista desse segmento encontrou sua lógica social, representada na localização dos edifícios e sua relação com a cidade, através das linhas urbanísticas representadas no Mapa 1 - Quadro de Pirro e o Atheneu Sergipense (1855 - 1926), onde o Quadro de Pirro foi demarcado num recorte do Mapa Urbano Base (MUB)[32], escolha que se deu ao fato de o traçado urbano do centro manter-se, de modo geral, fiel ao plano urbanístico original. Atualmente essa área está sob proteção municipal, como Área de Interesse Urbanístico[33] (AIU) nº 1 - Anexo X, definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju - 2010 (PDDU).

32 MUB - base cartográfica digital (arquivo extensão dwg) - disponibilizado pela PMA em março de 2018, com os limites territoriais, lotes, bairros, meio ambiente natural e construído.

33 Área da cidade que, por suas características, tem legislação especifica para promover e/ou resgatar a paisagem natural e/ou edificada.

> No projeto de Basílio Pirro, a cidade foi traçada em estrutura urbana ortogonal bem simplificada: 32 quadras simétricas de 110mx110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13,20m (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188m (540 braças) iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso (SANTOS, 2014, p. 64).

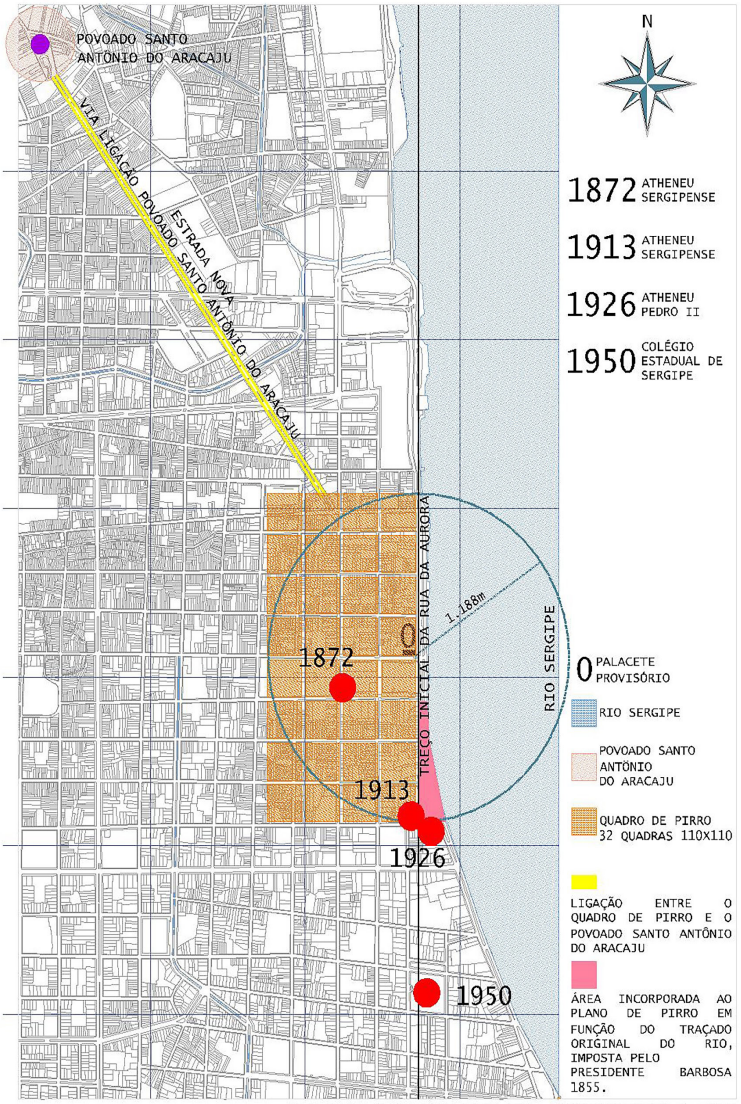
Esse espaço-território é a ligação com a cidade, maneira inédita de entrelaçar Aracaju e seus doze[34] edifícios escolares inaugurados nesse período. Antecipa-se a compreensão do núcleo inicial da cidade de Aracaju, com a inserção do Mapa 1, neste segmento, por entender que a posição geográfica ocupada pelos quatro edifícios-escola do Atheneu Sergipense – 1872 – 1913 – 1926 - 1950, é de fato fruto dessa visibilidade e monumentalidade desejada por seus idealizadores e protagonistas desta narrativa. Esse território foi alvo de controle e regulamentação através das posturas e códigos de postura[35], que são

34 Doze edifícios escolares: (A1) Atheneu Sergipense, na praça Almirante Barroso (1872 a 1913), (B) Escola Normal (1911 a 1950), na praça Olímpio Campos, (A2) Atheneu Sergipense, na praça Camerino (1913 a 1926), (C) Grupo Escolar General Siqueira (1914 a 1925), (D) Grupo Escolar Barão de Maruim (1917 a 1950), (E1) Grupo Escolar General Valladão, na rua Itabaiana (1918 a 1923), (E2) Grupo Escolar General Valladão, na avenida Carlos Burlamarqui (1923 até dias atuais), (F) Liceu Profissionalizante Coelho e Campos (1923 até dias atuais), (G) Grupo Escolar Dr. Manoel Luís (1924 até dias atuais), (H) Instituto de Química Industrial (1924 a 19?), (I) Grupo Escolar José Augusto Ferraz (1925 até dias atuais), (A3) Atheneu Sergipense, na avenida Ivo do Prado (1926 a 1969).

35 Decretos e leis que regulamentavam diversos aspectos da vida urbana, além da higiene e cuidados médicos. Em Aracaju, houve posturas sancionadas em 1856, 1858, 1871 e 1872 e códigos de posturas de 1912, 1926 e 1938. A diferença entre eles, os códigos são leis mais complexas e abrangentes pelo volume dos temas que regulamentam e a quantidade de artigos que os compõem (SANTOS, 2014).

percebidos quando da sobreposição desses instrumentos aos elementos aqui apresentados.

Mapa 1 - Quadro de Pirro & Atheneu Sergipense (1855 - 1950)
32 QUADRAS SEPARADAS POR VIAS DE MEDIDAS IGUAIS DE 13,20m - PREVENDO UMA EXTENSÃO DO PROJETO PARA 1.188m NAS DIREÇÕES NORTE, OESTE e SUL - LANÇADO A PARTIR DA ESQUINA DO PALACETE PROVISÓRIO




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2020

Perguntas para as quais não tenho respostas, mas que devem ser colocadas como pontos de reflexão no encontro entre a arquitetura e os edifícios-escolares. A especialização desses espaços internos e externos, iniciado com a construção dos primeiros edifícios, e que nunca parou, não será ainda aqui revelada, pois não se localizaram os projetos arquitetônicos desses edifícios quando da inauguração. A descrição está focada nos elementos ornamentais externos, na posição do edifício no lote e sua relação com a cidade. Percebe-se cortina de fumaça em relação ao posicionamento desses espaços internos e como eles foram sendo modificados ao longo da ampliação destes edifícios-escolas. A arquitetura de dois desses edifícios apresenta elementos idênticos, determinados pela tecnologia construtiva, matéria-prima disponível e atendimento aos requisitos urbanísticos determinados pelas posturas e códigos de postura, além dos Regulamentos da Instrução Pública. Essas são as linhas visíveis, seis pontos que, em nossa visão, são comuns ou sofrem poucas alterações. Essa organização permitiu compreender o que é padrão e o que dele difere. Quando isso ocorrer, ele será apresentado no segmento específico de cada edifício.

**TECNOLOGIA CONSTRUTIVA**. O sistema de construção dos edifícios seguiu o padrão da época: grossas paredes de tijolos de barro; sistema de cobertura composto de estrutura de madeira, telha de barro, normalmente com quatro ou duas águas, calha de zinco, popularmente conhecida por bica, para recolher as águas pluviais; além da platibanda[36]. Para o posicionamento das esquadrias, percebe-se o recorte diagonal na parte interna das paredes no encontro entre as

36 Platibanda ou Ático - meia parede para esconder o telhado.

ombreiras, peitoril e verga, em virtude da grande espessura da parede, recebe o nome de capialçado[37] e promove maior entrada de luz no interior dos edifícios, além de marcação externa do quadro[38].

**MODENATURA**. Conjunto de elementos ornamentais e estéticos, que compõem o edifício, seu entablamento[39], formado pelas cornijas, frisos, arquitrave, molduras, pináculos[40] e estátuas. O ornamento é um elemento estético utilizado desde os primórdios da arquitetura para promover puro deleite visual, segundo Vitrúvio. Outras funções do ornamento são: articulação das partes de um edifício, do uso estético para expressar fim utilitário, além do uso como narrativa, utilizando estátuas de homens ou animais (ROTHE, 2017, p. 79).

Esta análise feita de maneira individual, separada para cada edifício, permite perceber como os ornamentos foram utilizados e responsáveis em criar o valor de deleite (grifo nosso), percebido, na fala da imprensa e de seus idealizadores, como monumental, suntuoso, nobre e moderno.

37 Capialçado - atribuição dada principalmente a sobrearcos e contrapadieiras inclinados. A inclinação dos elementos capialçados é chamado de voo, voamento ou capialço. Em geral sobrearcos ou contrapadieiras capialçados eram utilizados também por uma preocupação estética. Acompanhavam as inclinações laterais dos rasgos que inversamente tinham um aspecto funcional, permitir maior entrada de luz no interior dos edifícios (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

38 Quadro - moldura em alvenaria que circunda as esquadrias no lado externo com pequena saliência em relação a parede (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

39 Entablamento - na arquitetura clássica, conjunto de molduras que coroam uma parede ou uma colunata na fachada do edifício. Quando completo, é composto de arquitrave, friso e cornija. Retábulos, portadas, colunas e pilares podem ser encimados por entablamentos (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

40 Pináculo - arremate ornamentado no coroamento do edifício, usualmente com forma cônica, piramidal ou octogonal. Também conhecido por coruchéu ou grimpa. (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

> A depender do edifício estes adornos decorativos foram mais utilizados e imponentes. Estes elementos conferem efeitos estéticos específicos na edificação, por criar pontos, linhas, planos e volumes diferenciados, por gerar uma relação entre cheios e vazios, claros e escuros diversificada (ALBERNAZ e LIMA, 1998, p. 12).

**ESQUADRIA**. A composição das janelas e portas de abrir, de madeira, com a bandeira[41] fixa, numa distribuição proporcional, rítmica e simétrica considerando o eixo central da porta principal. A porta principal sempre se destaca no conjunto, por suas dimensões ou por escadaria que conduz o usuário para o nível que sempre está acima daquele da calçada. As esquadrias são elementos imprescindíveis para a entrada de iluminação e ventilação natural, necessários para garantir local adequado ao ofício de ensinar, conforme os preceitos regulamentados no Código de Posturas de 1912. As janelas são compostas por quatro elementos, a verga (elemento horizontal superior), duas ombreiras (elemento vertical) e peitoril (elemento horizontal inferior); e nas portas retira-se o peitoril e se mantêm os demais; a esse conjunto várias molduras[42]e ornatos foram utilizados para destacá-lo.

41 Bandeira - caixilho situado na parte superior de portas e janelas destinado a melhorar a ventilação no interior da edificação. Pode ser fixa ou móvel. Pode ter subdivisões para efeito decorativo, de madeira ou ferro forjado, rendilhado ou torneado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

42 Moldura - superfície saliente ou reentrante, estreita e alongada, que serve de remate e ornamento a muitos elementos da construção. É quase sempre utilizada em série possibilitando criar efeito de sombra e luz. É comum seu emprego ao redor de portas e janelas, no alto de paredes, na fachada dividindo pavimentos, e em beirais. Um elemento com molduras é chamado de moldurado ou emoldurado e mais raramente estermado. Guarnecer um elemento com moldura é chamado moldurar ou emoldurar. O conjunto de molduras que guarnecem um

**MEIO-PORÃO**. Atrelado também às questões de higiene e salubridade, em relação à umidade do solo, a solução utilizada foi o meio-porão[43] ou o porão habitável. Ele confere ao primeiro piso da edificação distância adequada para afastá-lo do solo do terreno natural, e, assim, o piso da construção, que, nesse caso, era constituído de tábuas de soalho de madeira, com união mecha e encaixe[44]. Completa esse conjunto o óculo, abertura para entrada de iluminação e ventilação natural, para promover a circulação do ar nesse ambiente.

**FORRO**. Utilizou-se a mesma matéria-prima, madeira de lei em tábuas, com união mecha e encaixe. Nessa época a laje de concreto ainda não era tecnologia disponível.

**GRADIL**[45]. O edifício que têm essa solução o fez para afastar o edifício do alinhamento com a calçada utilizando mureta de alvenaria baixa, com grade de ferro batido ou forjado, com ornamentos diferenciados e pilastras de alvenaria marcadas com cornija, pináculos ou pinhas. Essa solução permite que a visualização do edifício não seja comprometida; além de permitir o controle de acesso e saída - via

elemento ou uma edificação é chamado emolduramento, molduramento ou molduragem (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

43 Meio-Porão - assim designado por que não possuir altura de pé-direito que acomode a presença de um adulto em pé, se assim permitisse teria a nomenclatura de porão habitável, com uso frequente de depósito ou adega (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

44 Mecha e encaixe - sambladura formada pela junção de uma peça de madeira que possui saliência com outra peça que possui reentrância. Também conhecido como macho e fêmea (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

45 Gradil - qualquer tipo de grade, feita de madeira ou ferro, que circunde ou vede parcialmente um ou mais de um dos lados de um terreno, ambiente ou elemento da construção. Em geral é composto por peças paralelas unidas entre si por corrimão. Também conhecido por gradeado ou gradeamento (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

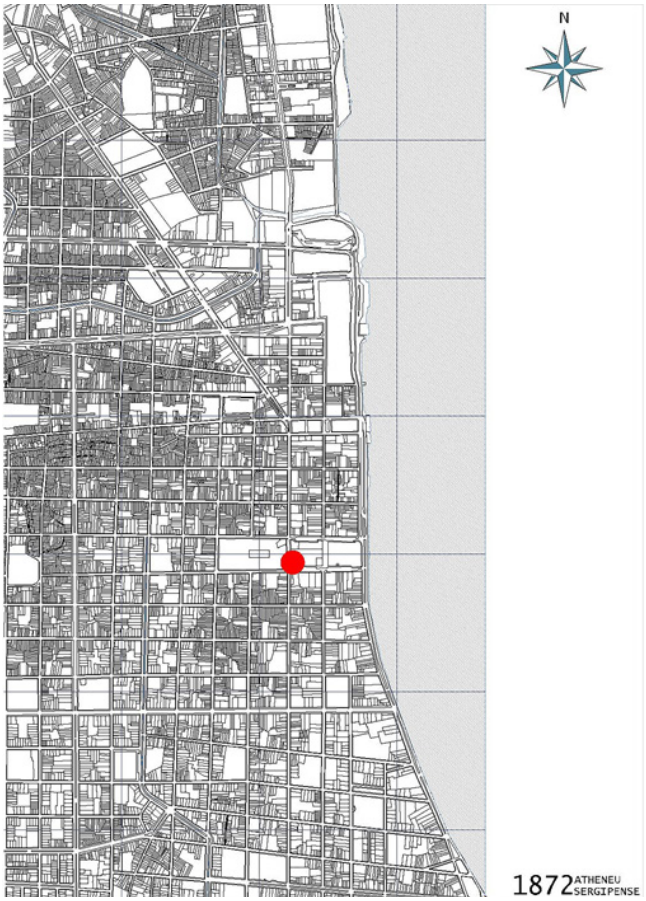
portão, vigiado pelo funcionário ali posto para não permitir nenhum acesso a estranhos ou a saída antecipada ou entrada tardia após o toque da sirene, que demarcava o horário das aulas.

A forma do lote e do edifício, sua posição e a articulação entre eles com os acessos permitem a identificação do pátio, que pode ser percebido pelo formato do prédio. Se em forma de 'U', ele se constitui no centro desse espaço; os jardins podem ser observados e identificados nos vazios da implantação, as portas de acesso e posição das janelas também contribuem para identificar as repetições ou descontinuidades, o ritmo e a escala do edifício.

Nos segmentos seguintes, apresenta-se cada edifício-escola, suas linhas, visíveis ou não, sem esgotar os assuntos nesta pesquisa pois ela apresenta lacunas que não nos permitem avançar, de forma precisa, na identificação do uso dos espaços internos.

As linhas arquitetônicas se entrelaçam com as linhas urbanas, através da elaboração dos novos registros, a fachada dos edifícios, desenhadas a partir das fotografias e cartões postais[46], e o mapa do entorno de cada edifício-escola, para, a partir da compreensão do lote e do edifício, perceber a relação entre eles.

46 Utilizaram-se os registros fotográficos e cartões postais existentes, em número reduzido, mas de fundamental apoio para a elaboração dos desenhos das fachadas dos edifícios aqui apresentados. Os cartões-postais confeccionados nos primeiros anos do século XX e que tinham como objeto a cidade de Aracaju, seus monumentos, jardins e principais edifícios, que também ampliaram a circulação dessas imagens, criando representatividade da cidade.




Recorte MUB - Aracaju
Dayse Araujo Lapa

# 1º EDIFÍCIO - PRAÇA DA CONCEIÇÃO

## 1º EDIFÍCIO - PRAÇA DA CONCEIÇÃO

No dia 3 de dezembro de 1872, na gestão do presidente provincial Joaquim Bento de Oliveira Júnior (16 de junho a 5 novembro de 1872), foi inaugurado o primeiro prédio construído do Atheneu Sergipense, situado na antiga praça da Conceição, vizinho ao jardim do Palácio, atual praça Almirante Barroso, cuja construção teve início na gestão do presidente anterior, Francisco José Cardoso Júnior.

Para mudar o colégio de lugar, o presidente da província solicitou recursos financeiros ao Imperador D. Pedro II, que, após ter recusado a construção de monumento em sua homenagem, repassou esses valores para Sergipe, conforme relatório com que o Presidente Francisco José Cardoso Júnior abriu a 2ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Legislatura Provincial de Sergipe, no dia 3 de março de 1871, informando também o nome do construtor, o orçamento inicial e a data de início das obras.

> Reconhecendo a grande utilidade de possuirmos um centro de instrucção, onde se reúnam todas as aulas do Atheneu e funccione a Directoria da Instrucção, resolvi, acompanhando a idéa fecunda que se vislumbra no procedimento magnânimo de S.M.I o Sr. D. Pedro II, ao recusar o monumento que se lhe pretendeu erigir na Côrte e ao fazer convergir as quantias subs-critas para a edificação de prédios adaptados a instrucção, - resolvi emprhender a edificicação de uma casa em condições de prestar-se ao fim indicado, recorrendo para isso a generosidade de cidadãos prestimosos. Fui bem succedido no meu empenho. As assignaturas já montam a quantia de 732$000. A obra está orçada em 28:000$000, tendo sido contractada a 1ª secção da mesma com o cidadão José Agostinho do Nascimento.

> No dia 13 de novembro de 1870 lançou-se a primeira pedra do edifício (SERGIPE, 1871, p.56 e 57).

A sociedade sergipana atendeu ao pedido do presidente da província e contribuiu com recursos financeiros para a construção de edifício próprio para sediar o novo colégio, "[...] as aulas eram ministradas em uma casa[47]da Câmara Municipal, inadequada para a ministração destas aulas" (AMORIM, 2013, p. 80).

Projetado pelo engenheiro João Gomes Vieira Dantas, responsável técnico, e José Agostinho do Nascimento, construtor, o prédio, orçado em 28:000$000rs, com dotação complementada pelas doações de patrióticos sergipanos, teve suas obras iniciadas em 13 de novembro de 1870 (FRANCO, 2015).

O prédio, localizado na confluência da rua da Conciliação, atual Itabaianinha (face oeste) e a praça da Matriz, atual praça Olímpio Campos, tinha um único pavimento com meio-porão. A quadra ocupada pelo Atheneu Sergipense, atual praça Almirante Barroso, tinha como vizinhos dois importantes edifícios públicos, o Palácio do Governo[48]e a Assembleia Legislativa - figura 1 (nessa fotografia, ob

serva-se no primeiro plano o Palácio, com sua estética original, e ao fundo lado esquerdo o edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense)

47 Ocupou o edifício Mesa de Rendas Provinciais, atual palácio Serigy - praça General Valladão.

48 No mapa de 1868 - Província de Sergipe – Mapa da cidade de Aracaju que compõem o Atlas do Império do Brasil. Destaque para o recorte do mapa da cidade de Aracaju com as praças do Mercado, da Matriz e do Quartel, igrejas da Matriz e S. Salvador, além dos edifícios públicos e a Lagoa atrás da praça do Quartel.

**Figura 1** - Palácio do Governo (1905)



Fonte: IHGSE - II - 0091 (frente)

A construção do edifício do Palácio ocorreu entre 1859 e 1863. Percebe-se no registro fotográfico que a palavra "palacete[49] da Assembleia Legislativa" está riscada, e que, segundo Porto (2011, p. 27), "[...] este prédio se localizava no lado sul do Palácio, com uma disposição aberrante, pesado, enfim um desastre e que futuras reformas o tornaram mais contemplável"; e que o diminutivo talvez fosse para não fazer sombra ao próprio Palácio. Essa fotografia apresenta o projeto original da sede do governo provincial, em estilo neoclássico, projeto do engenheiro Francisco Pereira da Silva. Em 1918, o Palácio

49 Palacete - palácio pequeno e imponente que pode abrigar edifício público ou residência particular, sinônimo de mansão quando de uso residencial.

passou por reformas de embelezamento a cargo da missão italiana[50], que desenvolveu esse e outros projetos em nossa cidade, alterando o estilo neoclássico para o eclético. Atualmente abriga o 'palácio--museu Olímpio Campos' e seu prédio foi tombado pelo Decreto nº 6.818, de 28 de janeiro de 1985.

Assembleia Legislativa ou Provincial, figura 2, atual palácio Fausto Cardoso, teve sua construção iniciada em 1868, na administração do presidente da província Coronel José da Trindade Prado, Barão de Propriá. O Palácio abrigou a Assembleia Provincial, com algumas interrupções, até 1874. No início do século XX, o Palácio, que ainda apresentava os traços arquitetônicos característicos do neoclássico, passou a sediar a Assembleia Legislativa e outras repartições, o que se estendeu até 1987. Atualmente, no Palácio estão localizados a Escola do Legislativo, Deputado João de Seixas Dória, e o Memorial do Legislativo, Deputada Quintina Diniz. Foi tombado pelo Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987.

50 Em Aracaju, recebeu-se a missão italiana em 1918, composta por Bellando Bellandi, arquiteto; Oreste Cercelli, escultor e pintor; Oreste Gatti, pintor e Antônio Frederico Gentil, mestre de obras; foram responsáveis pela reforma de embelezamento do Palácio do Governo e outras obras na cidade.

**Figura 2** – Assembleia Legislativa (1931)




Fonte: BDN - Album fotográfico de Aracaju, pg. 8

A Figura 3 apresenta cartão postal colorido da década de 1900, logo após a inauguração do jardim Olympio Campos. No primeiro plano, os caminhos sinuosos ocupados pela população, onde se percebe a atenção para o grupo de pessoas posicionadas no coreto metálico para a solenidade de inauguração; no segundo plano, o edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense, desde 1872, e no terceiro plano, mais ao fundo, a igreja matriz e algumas casas, compondo cena urbana do início do século XX.

**Figura 3** – Jardim Olímpio Campos (década de 1900)




Fonte: BDN - Livraria Brasileira - Cartão-postal

Os cartões postais, segundo Barreira (2008, p. 107), relatam "[...] história dos modos de exposição de cidades. Situações, personagens e lugares delimitam representações a serem divulgadas a um público amplo, revelando singularidades históricas e padronizações estéticas".

O jardim do palácio Olímpio Campos, atual praça Almirante Barroso, inaugurado em 24 de outubro 1907 - o evento foi realizado no dia do aniversário de 87 anos da emancipação política de Sergipe, como registrado pelo jornal Correio de Aracaju: A 1 hora da tarde, inaugurou-se, perante compacta multidão, o "Jardim Olympio Campos", com o orador oficial pronunciando longo discurso adequado

ao ato. Em seguida foi aberto à frequência do público. Na ocasião tocaram duas charangas militares.

Dia festivo marcado pela inauguração do espaço que fazia os aracajuanos lembrarem monsenhor Olímpio de Sousa Campos (1899-1902), líder político, presidente do Estado entre 1899 e 1902, senador da República e deputado federal e Provincial durante o Império. Esse político sergipano foi assassinado no Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1906, pelos filhos do deputado Fausto Cardoso, que o acusavam de matar seu pai no episódio conhecido por "Revolta de Fausto Cardoso". O nome dado não partiu da população, pois o governante da época era justamente o irmão do homenageado, Guilherme de Campos.

Em 1875, inaugurou-se a igreja matriz Nossa Senhora da Conceição, figura 4, atual catedral metropolitana Nossa Senhora da Conceição, antiga catedral arquidiocesana Nossa Senhora da Conceição, que teve sua construção iniciada em 1862 pelo cônego Eliziário Vieira Moniz Teles, sendo concluída no ano de 1875, pelo cônego José Luiz Azevedo, 3º vigário da paróquia. Construída em arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, a igreja foi elevada a catedral metropolitana de Aracaju em 1910, com a criação da diocese. Neste mesmo século, o edifício passou por grande reforma, coordenada pelo padre Carlos Camélio Costa.

O prédio atual da catedral possui estilo arquitetônico eclético, apresentando características neoclássicas e neogóticas, como ilustra a pintura decorativa no interior da Igreja, executada por Oreste Gatti e Rodolfo Tavares, artistas da missão italiana. As torres foram modi-

ficadas durante as várias reformas de embelezamento realizadas durante a primeira metade do século XX. Foi tombado pelo Decreto nº 6.819, de 28 de janeiro de 1985 (IBGE).

**Figura 4** - Praça da Matriz (década de 1900)



Fonte: Acervo Rogério Freire Graça.

Nessa mesma praça, encontra-se também o Tribunal da Relação, figura 5, atual memorial do Poder Judiciário, palácio Silvio Romero. Edifício em estilo neoclássico que adota a repetição regular de janelas e pilastras, uma janela sempre entre duas pilastras.

Fachada composta de pedestal, coluna e entablamento, pilastras salientes, platibanda cheia, com figuras de louça nos cantos, janelas

de madeira com arco pleno; grades de ferro importadas da Inglaterra, de desenho art-nouveau, compõem a balaustrada das portas janelas à francesa (porta de abrir com duas folhas, cujo sentido de rotação é para o interior do edifício), possibilitando o acesso ao pequeno avanço da soleira que forma o balcão.

Teve suas obras iniciadas em 1892, na gestão do presidente do Estado José Calazans, e foi inaugurado em 1895 pelo presidente do Estado Oliveira Valadão, para servir de sede do Tribunal de Relação até 1930, quando chegou a abrigar a Chefatura de Polícia, o Serviço de Água e Esgotos de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Academia Sergipana de Letras, o Instituto de Música de Sergipe, o Juizado de Menores, o Fórum Desembargador Vasconcelos e o Arquivo do Poder Judiciário.

**Figura 5** – Tribunal da Relação (1920)




Fonte: Cartão Postal Comemorativo ao Centenário Independência de Sergipe Aracaju - Photo Guilherme Rogato Typographia Venus

O Atheneu Sergipense, escola de ensino secundário, ofereceu de forma descontinuada o ensino normal para alunos do sexo masculino. Para atender ao público feminino, foi criada a escola que funcionou em conjunto com o asilo Nossa Senhora da Pureza[51], localizado na antiga rua Aurora, hoje avenida Ivo do Prado, ministrando curso implantado pela primeira vez em 1877 e extinto em 1879. Mais uma vez, ele seria ofertado no mesmo local e para o mesmo público alvo, as asiladas e as alunas externas, entre 1882 e 1891. A Escola Normal feminina atraiu "[...] a classe média, que em 1883 contava com 55 alunas, sendo 20 matriculadas no 1º ano, 11 no 2º e 4 no 3º ano [...]; em 1885, 34 moças portavam o diploma do curso normal, sendo uma do antigo curso extinto em 1879, enquanto 23 concluíram em 1884 e 10 em 1885" (NUNES, 1984, p. 157).

O asilo foi extinto e seu prédio abandonado em 13 de julho de 1891, em cumprimento do Decreto n° 02[52]. Naquela ocasião, nele só existiam três asiladas e todas com mais de treze anos. Com a extinção, a construção ficou abandonada durante três décadas, até a edificação

51 No início da década de 1870, um grupo de homens liderados por João Gomes de Mello, o Barão de Maroim, fundou um orfanato destinado a meninas órfãs desvalidas. O Barão de Maroim doou ao patrimônio do asilo o terreno da Marinha do qual era foreiro. Somente em 1874 foi aprovada a fundação do asilo, pela Resolução n° 979, em 2 de maio. Assim, o presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda, criou o Asilo Nossa Senhora da Pureza e aprovou o regulamento, no dia 8 de julho. O asilo deveria atender a meninas órfãs desvalidas, menores de treze anos, como determinava o regulamento da instituição. Segundo o mesmo regulamento, ele deveria ser mantido com verbas do governo provincial. No entanto, apesar do empenho dos fundadores, o asilo não obteve muito sucesso, devido aos recursos escassos a ele destinados. Com isso, a sua cessação foi decretada pela Resolução nº 1.341, de 31 de agosto de 1888. Três anos depois, pelo decreto n° 2, de 13 de julho de 1891, o asilo foi definitivamente extinto.

52

do grupo escolar Barão de Maruim. A nova edificação foi construída sobre o que durante anos resistiu ao tempo. Na fala de inauguração do grupo escolar, o Presidente Valladão mencionou esse fato. "[...] é sobre esses alicerces que assenta o Grupo Escolar Barão de Maruim, em que ora nós achamos e é também esse arcaboiço de parede a quem me referi que, convenientemente modificado, constitui a sua graciosa fachada" (SANTOS, 2009, p. 44).

O curso normal deve ser entendido como esforço do poder público em promover a formação do professor, na ampliação de seus conhecimentos e métodos. O curso foi idealizado, segundo modelo prussiano[53] como o verdadeiro centro de preparação técnica e profissional. Mas durante alguns períodos, em Aracaju, ele foi suspenso por falta de alunos matriculados e/ou por dificuldades da província em mantê-lo em seu orçamento.

Essa situação foi resolvida em 1911 com a construção de edifício próprio, figura 6, que abrigou a Escola Normal até 1954, localizado na praça da Matriz, atual Olímpio Campos nº 769, onde hoje funciona o museu do artesanato de Sergipe. A Escola Normal e o grupo modelo foram de fato implantados e estruturados segundo o modelo da Escola Normal de São Paulo (1890) no Governo do presidente Rodrigues Dória,

53 Modelo que enaltecia a criação das escolas normais como essencial à formação do magistério primário. Até então dominara o sistema austríaco no recrutamento do professorado no Brasil, baseado na formação através da prática: passando de inspetores a monitores e finalmente a mestres adjuntos, quando então recebiam lições de pedagogia. Esse modelo começou a ser alterado a partir da década de 1860, após diversas críticas quanto aos resultados alcançados (NUNES, 1984).

> [...] que construiu o novo edifício para a Escola Normal; amplo, bem localizado, obedecendo à planta do Major de Engenharia José Calasans e executado pelo Engenheiro Tenente Firmo Freire do Nascimento. Para a época era monumental, um dos mais importantes da Capital sergipana, tendo sido os móveis e o material didático importados dos Estados Unidos (NUNES, 1984, p. 214).

**Figura 6** – Escola Normal (1931)




Fonte: BDN – Casa Amador, 1931 - Album Fotográfico de Aracaju, pg. 15

A Escola Normal e o grupo modelo foram instalados em prédio eclético, que apresenta torreões cobertos por cúpulas metálicas, inaugurado pelo presidente Rodrigues Dória, construída pelos engenheiros José Calazans e Tenente Firmo Freire do Nascimento. Porto (2011) classificou esse edifício como neoclássico tardio, mas ele também se aproxima do eclético, pela profusão de diferentes ornamentos

e formas. Foi tombado pelo Decreto nº 6.129, de 06/01/1984; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls.7 e 8.

O edifício construído para abrigar o Atheneu Sergipense, com 600,00m2, figura 7; é constituído por um único pavimento de formato retangular em estilo neoclássico, que, segundo Rothe (2017, p. 405), foi "[...] influenciado por Alberti[54] que baseou seu sistema arquitetônico renascentista na parede, adornada com colunas ou pilastras". Sua teoria considerava as fileiras de colunas nada mais do que uma parede interrompida ou aberta em diversos pontos, assim ele declarava "[...] a parede, e não as pilastras, como um elemento fundamental da arquitetura" (KRUFT, 2016, p. 65).

54 Leon Battista Alberti (1404-1472) redigiu os primeiros escritos tanto sobre pintura e escultura como também sobre arquitetura da primeira metade do século XV. Alberti toma os conceitos categoriais fundamentais de Vitrúvio – firmitas (material e construção), utilitas (função e tipologia do edifício) e venustas (ornamentação e construção sacra), sua teoria da arquitetura escrita e publicada em 1452. Alberti criou fundamento teórico que, em sua totalidade, não pode ser superado por nenhum de seus contemporâneos (KRUFT, 2016).

**Figura 7** – Edifício Atheneu Sergipense - 1872



Primeira sede do Atheneu Sergipense (1870)

Fonte: Porto (2011, p. 29)

Pode-se perceber a composição das janelas com a bandeira fixa em arco pleno[55], numa distribuição proporcional, rítmica e simétrica considerando o eixo central da porta principal - quatro de cada lado. E o alpendre[56] ou pórtico[57] com telhado independente e platibanda[58] com frontão triangular, consistia em avanço com escadaria e telhado

55 Arco Pleno - arco em forma de semicircunferência, tendo, portanto, sua flecha igual ao raio que serviu para traçá-lo. Também conhecido como arco de plena volta, arco de meio ponto, arco semicircular, arco de volta inteira, arco de volta redonda, arco de pleno cimbre e arco círculo (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

56 Alpendre - genericamente, espaço coberto e aberto incorporado à construção. Pode ser totalmente ou parcialmente fechado por guarda-corpos, rótulas ou até mesmo vidraças. Atualmente recebe o nome de varanda (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

57 Pórtico - adro com teto sustentado por colunas e que frequentemente conduz à entrada de um edifício (CHING, 2003).

58 Platibanda - elemento vazado ou cheio disposto no alto das fachadas, coroando a parede externa do prédio, formando espécie de mureta que esconde as águas dos telhados e eventualmente serve de proteção em terraços (ALBERNAZ

para demarcar a porta de entrada, que se situava em plano elevado em relação à calçada. Esse pórtico foi alvo de mudanças no final do século XIX, descrito assim por Porto (2011),

> Edifício térreo, de porão alto, tinha em sua entrada, voltado para a Praça da Matriz, um pórtico de quatro colunas e frontão, [...]. O acesso ao edifício fazia-se por duas escadas paralelas e coladas à fachada, que terminava num patamar diante da porta de entrada. Escadas e patamares eram limitados por um parapeito de alvenaria, cheio, e sobre eles levantavam-se quatro colunas que sustentavam o frontão triangular baixas e grossas, as colunas davam ao pórtico um aspecto atarracado, além do conjunto parecer uma excrescência na fachada. [...] No fim do século, ele já fora demolido, o parapeito substituído por uma grade de ferro e o pórtico por uma pequena cobertura, sustentada por colunas mais finas, correspondendo à porta principal. O gradil deu mais leveza, mas o alpendre era ridículo (PORTO, 2011, p. 30 - 31).

O edifício se localizava no alinhamento da quadra, na face sul, com a travessa José de Faro; na face oeste, com a rua Itabaiana, e, nas faces norte e leste, com a atual praça Almirante Barroso. Essa imagem destaca a entrada principal, voltada para a praça da Conceição, atual Olímpio Campos.

A tecnologia construtiva desse edifício seguiu o padrão da época: grossas paredes de tijolo, sistema de cobertura com telha cerâmica, calha de zinco para recolher as águas pluviais e platibanda. Para o posicionamento das esquadrias (portas e janelas), percebe-se o recorte em diagonal na parte interna das paredes no encontro entre as om-

| e LIMA, 1998).

breiras, peitoril e verga, em virtude da grande espessura da parede. O meio-porão, assim designado por não possuir altura que acomode a presença de um adulto em pé, confere ao primeiro piso da edificação distância adequada para afastá-lo do solo. O piso da construção constituído de tábuas de assoalho de madeira e as esquadrias, também de madeira, são elementos imprescindíveis para garantir local adequado e que atenda aos preceitos médico-higienistas.

Infere-se que a proximidade das janelas com a calçada deve ter gerado incômodo, trazendo para o interior o barulho e a poeira; portas e janelas com bandeira deveriam inibir a incidência de calor e, assim promover adequada iluminação e ventilação natural.

Essa foi uma das preocupações dos preceitos médico-higienistas impostos aos prédios construídos para abrigar os edifícios-escola. As esquadrias são elementos imprescindíveis para a entrada de iluminação e ventilação natural, necessárias para garantir local adequado ao ofício de ensinar, conforme os padrões determinados pelas leis locais – as posturas e os códigos de postura. A posição do pavimento das salas, mais elevado em relação ao nível da calçada, também proporcionava maior distanciamento entre os alunos e o movimento das ruas, em função da altura do peitoril das janelas, evitando o contato visual destes com os transeuntes.

Identificou-se que, nos prédios construídos em Aracaju, nesse período, as fachadas trazem as colunas ou pilares sacados poucos centímetros do plano da parede, fazendo com que a linha e o contorno tenham papel de destaque na composição, características do estilo inicial do Renascimento italiano, que preferia a coluna endossada,

mais plástica, que permitia expressar claramente o espaço e a massa.

Em Aracaju, com a falta de mão de obra especializada, o primeiro edifício construído para abrigar o Atheneu Sergipense apresenta em suas extremidades a marcação das pilastras (seção retangular) e as colunas (seção circular) apenas no pórtico, com forte indício de simplificação em virtude de ausência de mão de obra especializada, identificada por Porto (2011, p. 27), "[...] essa simplificação; os recursos não permitiam larguezas e fachadas mais rebuscadas, exigiam mão de obra capacitada, de cuja falta sempre se queixou Francisco Pereira da Silva."

O edifício inaugurado em 1872 apresentava simetria na fachada oeste e norte, conforme identificado nas fotografias da época. Infere-se, pela classificação do edifício neoclássico, que essas fachadas deveriam ser idênticas também nas demais fachadas, tendo a seguinte configuração – norte/sul com seis janelas e leste/oeste com oito janelas, com dois pórticos de acesso que marcavam a fachada leste e oeste.

A composição do edifício é modesta, sem ostentação ou luxo, as fachadas têm modenaturas iguais e o entablamento composto de arquitrave, friso e cornija. O insoleiramento[59] da edificação está demarcado por moldura estreita e lisa. O embasamento[60] não possui mar-

59 Insoleiramento - em antigas construções, base da edificação que em geral se constitui no coroamento dos alicerces. Sobre o insoleiramento são assentados soco, embasamento ou a própria parede (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

60 Embasamento - em construções antigas correspondia muitas vezes à altura do primeiro pavimento, em geral assoalho. Podia ou não formar pavimento, usualmente meio enterrado. Quando o pé direito é menor de 2.50 m, chama-se porão (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

cação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, por isso não se destaca o meio-porão, que também não apresenta óculo. A moldura que divide o pedestal em duas partes, tem em sua primeira marcação a altura do piso do pavimento interno.

Todas as esquadrias em madeira, com duas folhas de abrir, cada folha dividida pelo mainel[61], bandeira em arco pleno. Em todas as fachadas as janelas e portas são idênticas, distribuídas de maneira simétrica, As molduras, quadros e cimalhas[62] compõem o emolduramento das esquadrias e ajudam a reforçar esse conjunto, compondo a fenestração[63] do edifício. A marcação dos pilares semi-embutidos no paramento da parede que compõem as fachadas também apresenta a mesma regularidade das esquadrias, capitel toscano e marcação do pedestal através da cornija, posicionados nas quinas do edifício, têm molduras internas que contornam o fuste e molduras horizontais que formam marcação distinta antes do capitel, ver figura 8 - Fachada Principal 1872.

Essa descrição, que se fez também para terceiro edifício-escola ocupado pelo Atheneu Sergipense, pretende destacar os ornamentos e tecnologias construtivas que compõem cada uma destas edificações,

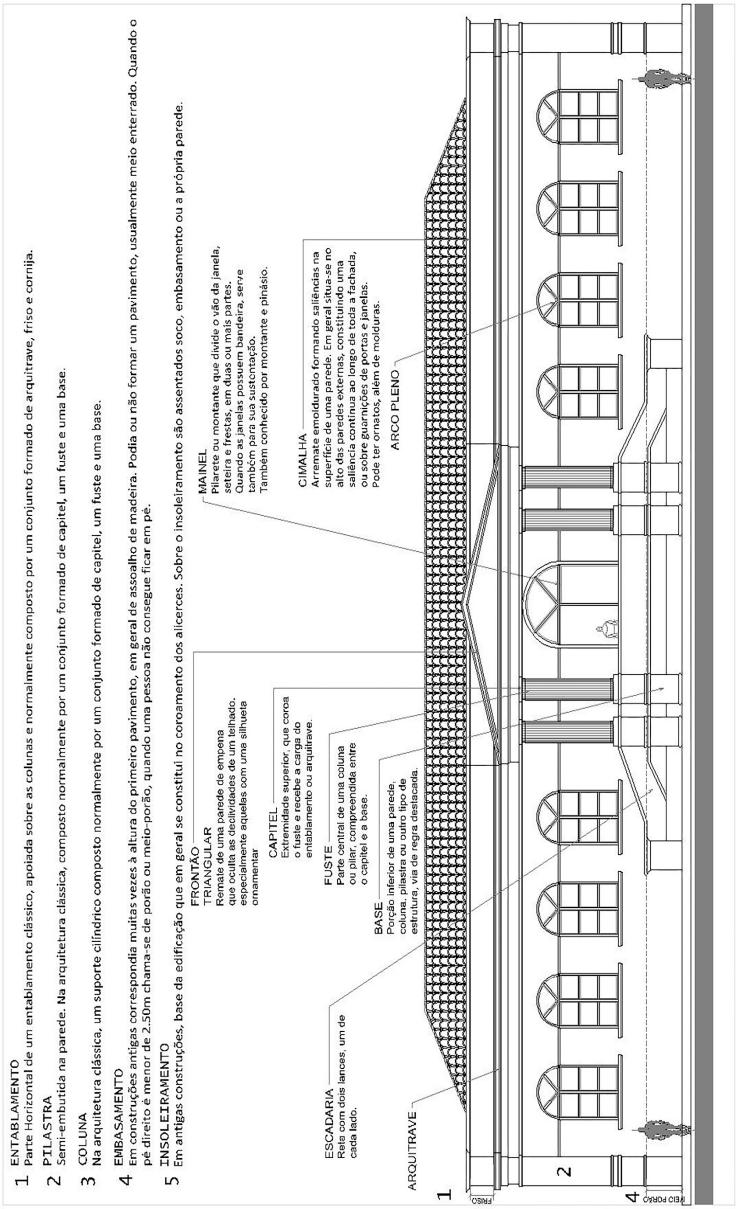
61 Mainel - pilarete ou montante que divide o vão da janela, seteira e frestas, em duas ou mais partes. Quando as janelas possuem bandeira, serve também para sua sustentação. Também conhecido por montante e pinásio (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

62 Cimalha - arremate emoldurado formando saliências na superfície de uma parede. Em geral, situa-se no alto das paredes externas, constituindo saliência contínua ao longo de toda a fachada, ou sobre guarnições de portas e janelas. Pode ter ornatos e molduras (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

63 Fenestração – desenho, proporção e disposição das janelas e demais aberturas externas de uma construção. (CHING, 2003)

ampliando a análise estética de sua fachada principal, comprovando o seu deleite como valor da identidade social e das práticas culturais de cada período. Percebe-se que cada edifício tem características que o distinguem, confirmando que nesse momento ainda se buscava criar essa representação.

FIGURA 8 - FACHADA PRINCIPAL ATHENEU SERGIPENSE 1872




Fonte: Elaborado pela autora - fev. 2012

Relacionar o espaço interno com o externo ocupado por cada edifício-escola permite analisá-los, "[...] não mecanicamente, mas no conjunto das suas relações variáveis, apresentam a cena sobre a qual nasce a arquitetura [...] sempre o produto da coexistência e do equilíbrio de todos os componentes da civilização em que surgem" (ZEVI, 1996, p. 54). Assim, essas edificações e sua localização precisaram ser descritas, para, a partir da escrita, dar visibilidade aos elementos e ornamentos utilizados, delinear como eles se articulam com a representação coletiva dos edifícios-escola, que, no início do século XX, será caracterizada por sua exuberância, majestade e monumentalidade.

A alteração do pórtico de entrada pode ser comprovada na figura 9 do ano de 1914.

**Figura 9** – Edifício Atheneu Sergipense (1914)




Fonte: Cartão Postal - Miguel Salles

Nessa imagem, também se identifica o gradil que fazia divisa com a calçada. A fachada oeste mantém o mesmo alinhamento das demais fachadas da rua Itabaiana, nos trechos seguintes, característico do controle exercido pela ocupação dos edifícios nos lotes que pertenciam ao Quadro de Pirro.

O relatório com que o presidente João Ferreira d'Araujo Pinho abriu a Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia 1º de março de 1876, apontava reparos que precisavam ser feitos neste edifício do Atheneu,

> [...] (em tão pouco tempo que conta de acabado!) com immensos defeitos, principalmente no exterior, onde quasi todas as molduras das paredes, filetes de cornijas e outros enfeites mais salientes tem sido despedaçado às mãos malevolas dos alumnos menos socegados ou dos vagabundos, que o não deixam até alta noite para fins menos lícitos e decentes.
> Para evitar-se não só estes, como outros estragos que fazem à noite, e também que se reproduzam as scenas a que serve o alpendri de theatro, fora conveniente que se mandasse fechar o mesmo por meio de grades altas, que pudessem impedir a passagem dos valdevinos.
> As vidraças estão na maior parte quebradas; e o telhado principalmente, apezar de já ter sido concertado por vezes, está mui deteriorado, a ponto de se haver estragado quase todo o forro, em consequencia das torrentes de agua da chuva que passavam pelas largas fendas e roturas do mesmo.
> A sala da congregação está decorada com luxo, mas faltam mobília suficiente e melhor do que existe; assim como quase todos os utensílios e instrumentos indispensáveis para o ensino.
> Não tem o Atheneu biblioteca e nem mesmo um arremedo disso; não se encontra ali uma obra siquer, de qualquer na-

> tureza, a exceção de 5 ou 6 exemplares de obras troncadas e estragadas que servem nos exames de habilitação.
> Os compartimentos do edifício não se prestam às funções de um estabelecimento de educação moral e litteraria, porquanto tal edifício deve ser commodo e propriamente construído com o designio deste grandioso fim; falta espaço para movimento dos alunos, serão poucas as trez salas para as aulas, distribuídas as matérias em secções graduaes segundo mai naturalmente se ligarem; falta uma sala de espera para os estudantes, principalmente em tempo de chuva; falta um commodo para necessidades (SERGIPE, 1876, p. 47- 48).

Esse relato confirma que o espaço interno era insuficiente para abrigar os alunos matriculados, que, neste ano, conforme o mesmo relatório, totalizaram 367, e que havia carência de mobília, de todos os utensílios e instrumentos indispensáveis para o ensino e de instalações sanitárias.

Infere-se que a ausência de instalações sanitárias, nesse momento, deve ser cruzado com outras informações já descortinadas: três salas de aula disponíveis no edifício para a oferta dos cursos de humanidades e normal, frequência dos alunos somente nas disciplinas avulsas, problemas de vandalismo e desordem, turno de 8h, distribuição de horários e das disciplinas ministradas, conforme Quadro 1, o que confirma que muitas foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de funcionamento do colégio.

| **Quadro 1** – Distribuição dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina (1873) | |
|---|---|
| Horário | Disciplina |
| 7h – 8h30 | Aritmética; Álgebra e Geometria; Filosofia |
| 9 – 10h30 | Francês; Inglês |
| 10h30 – 12h | Geografia; Gramática Filosófica |
| 12h – 15h | Latim; Pedagogia |
| Fonte: Santos (2016, p. 85) | |

Identificados esses condicionantes, importa registrar a ausência das plantas baixas do edifício e a dificuldade de verificação da relação entre o espaço interno e a metodologia de ensino. Esse prédio, após a saída do colégio para a segunda localidade, foi reformado e ampliado, com a construção de um segundo pavimento, e foi ocupado pela biblioteca pública "[...] nos anos 20, a escadaria foi retirada e crescida a porta até o nível do passeio. Levamos mais de 50 anos para eliminar uma excrescência. Em 1934, uma nova reforma alterou profundamente o visual do prédio, que é conservado até hoje" (PORTO, 2011, p. 32).

Desde 1989 abriga a Câmara de Vereadores. O relato abaixo ilustra como as duas instituições estiveram imbricadas ao longo desse período.

> A instituição foi instalada e começou a funcionar no mesmo edifício que abrigava a Assembleia Provincial, mudando, três anos depois, para a rua da Aurora, atual avenida Rio Branco, onde funcionou até 1871. O primeiro endereço da Câmara não era mais adequado ao cumprimento dos ob-

jetivos da instituição.

A mudança para a rua da Aurora aconteceu em julho de 1858, depois que a Tesouraria Provincial desocupou o edifício, a fim de que ali fosse instalada a Casa da Câmara. Em julho de 1863, o vice-presidente da Província, Antonio Dias Coelho e Mello decidiu que o edifício era muito grande para ser ocupado apenas pela Câmara e determinou a transferência da Tipografia Provincial para o mesmo espaço, ficando para o serviço da Câmara apenas a sala que era utilizada para as sessões.

Em 1871, a Câmara cedeu o edifício no qual estava instalada para o funcionamento do Atheneu Sergipense e transferiu os seus trabalhos para uma das salas da Casa de Prisão, no mesmo local onde atualmente existe o Palácio Serigy, sede da Secretaria de Estado da Saúde. Em 1873, depois que o Atheneu foi instalado em outro edifício, a Câmara solicitou ao presidente da Província que reformasse e fizesse a devolução do prédio, voltando a funcionar na Rua da Aurora. Foi neste endereço que a Câmara funcionou até a década de 1920.

Após a construção do Palácio Inácio Barbosa, localizado na praça da Catedral Metropolitana, atual Parque Teófilo Dantas, a Câmara se instalou em uma casa anexa a este, onde permaneceu até o ano de 1951, quando mudou para uma casa localizada em outra área do Parque Teófilo Dantas, entre as ruas de Capela e Santo Amaro. Mas, em 1962, a Câmara mudou outra vez para uma casa anexa ao Palácio Inácio Barbosa, ali funcionando até 1967, quando ganhou um novo endereço: Praça João XXIII, na região da Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia. Em 1989, a Câmara mudou para o seu atual endereço, outra vez no Parque Teófilo Dantas (Aracaju – Câmara de Vereadores).

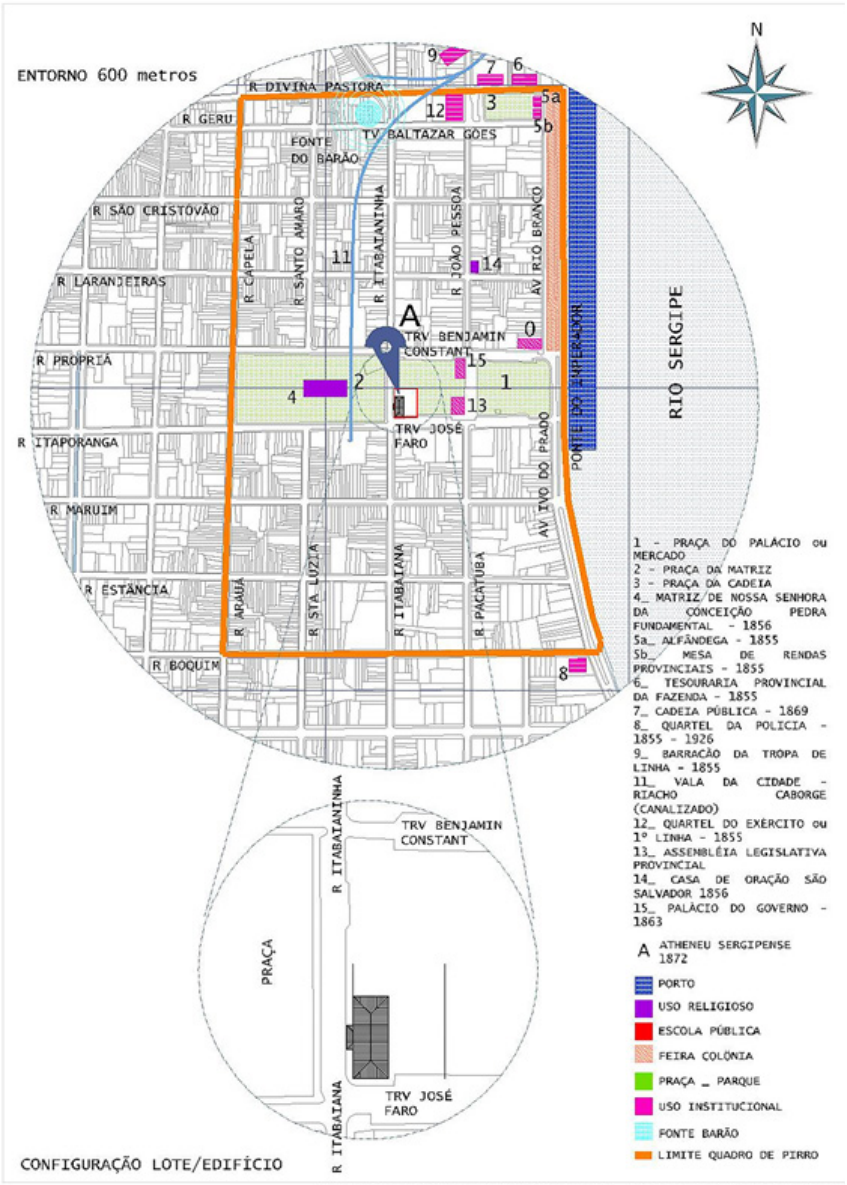
Analisar e apresentar os elementos da cidade e do entorno do lote, conforme mapa 2, também permite ampliar esta micronarrativa, assim estipulou-se raio de amplitude de 500 m para registrar de

maneira mais detalhada o que estava em seu entorno. O Colégio foi posicionado em lote de esquina, tendo como acesso principal a Rua Itabaiana, esquina sul com travessa José de Faro. Ele está situado no Quadro de Pirro e no conjunto das três praças mais importantes do núcleo inicial.

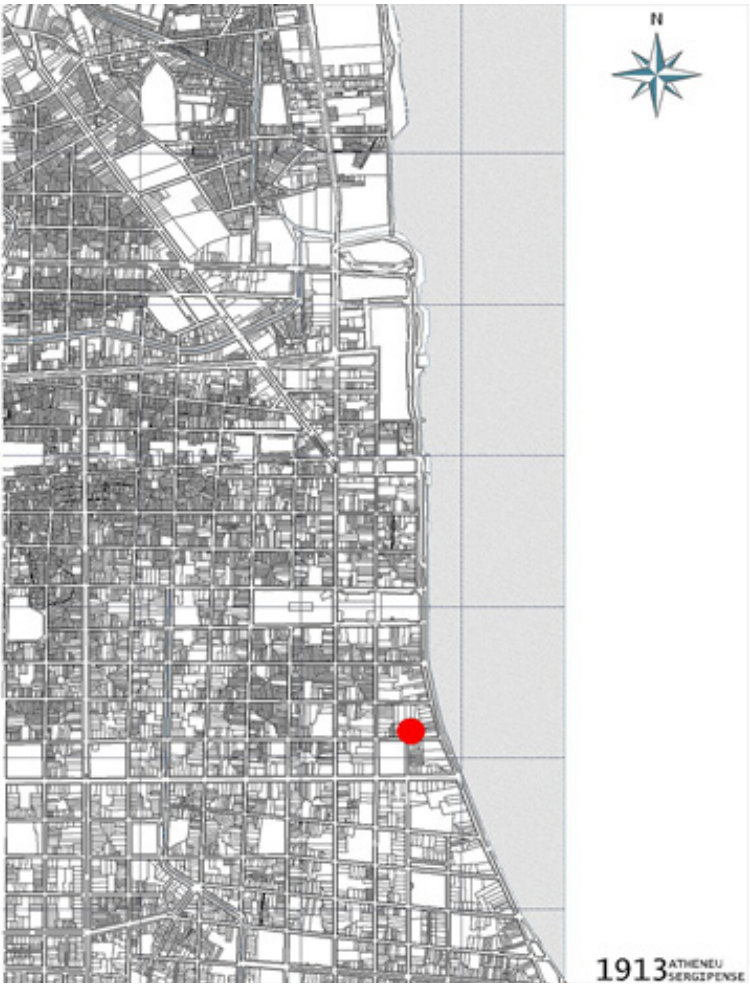
Não se tem registro do limite do gradil, elemento que poderia guiar a análise do Lote/Edifício, mas essa ausência também demonstra que a questão de separação também foi incorporada ao longo das necessidades já apontadas nesta escrita. Infere-se lote com formato regular, retângulo, de esquina, com duas entradas, a principal situada na Rua Itabaiana, de frente para a praça Olímpio Campos; na face leste/oeste, testada de 50 m e na face sul/norte - 30 m, totalizando pouco menos de 1.500 $m^2$.

No próximo segmento apresenta-se a localização do segundo edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense neste marco temporal localizado na praça Camerino.

Mapa 2 - ENTORNO ATHENEU SERGIPENSE 1872




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2020




Recorte MUB - Aracaju
Dayse Araujo Lapa

## 2º EDIFÍCIO – PRAÇA CAMERINO

## 2º EDIFÍCIO - PRAÇA CAMERINO

O presidente José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911) organizou de forma global o sistema educacional sergipano em minucioso regulamento, que alterou o ensino primário, normal e secundário, criando a base para as mudanças a seguir descritas.

A década de 1910 apresenta dois panoramas bastante distintos em Aracaju. Em 1911, inaugurou-se a Escola Normal para mulheres; no ensino primário, em 1914, inaugurou-se o primeiro grupo escolar, General Siqueira; em 1917, o grupo escolar Barão de Maruim e, em 1918, o grupo escolar General Valladão - 1ª localização, com edifícios construídos para essa finalidade, ampliando, assim, a oferta do ensino primário e normal.

Para o Atheneu Sergipense, as mudanças impostas pela reforma Rivadávia Correia (1911), que estabelecia o ensino livre, conturbou cenário que se mantinha inalterado desde 1870. A utilização do ensino secundário como caminho mais curto para se chegar ao ensino superior, através das aulas avulsas e dos exames preparatórios para os alunos que podiam arcar com os custos de estudar em outros estados implicou frequência continuamente inexpressiva no curso seriado e no normal.

Em 1913, o presidente General Siqueira apresentou os seguintes números para o Atheneu Sergipense, que oferecia o curso normal para homens e com duração de 3 anos, registrava matrícula de 2 alunos no 1º ano e de 4 alunos no 2º ano. No integral, reduzido a 5 anos, a matrícula era de 47 alunos, distribuídos no 1º ano, 11; 2º ano, 13;

no terceiro ano, 10; 4º ano, 11; e no 5º ano, 2. Os números confirmam que, em alguns momentos, a quantidade de alunos perpassava e refletia todas as reformas ao longo do tempo (FRANCO, 2015).

A equiparação do Atheneu Sergipense aos moldes do Pedro II (antigo Ginásio Nacional) deflagrou a compra do material exigido para nivelar as aulas com os gabinetes de Física, Química, História Natural e Geografia. Face às dificuldades financeiras, a ideia do novo prédio pensado para ser instalado na atual praça Tobias Barreto, no bairro São José, não avançou, pois, segundo Franco (2015),

> [...] parcos recursos destinados para este fim não cobriam o orçamento da obra, e ante a impossibilidade de manutenção do projeto, o dinheiro foi aplicado na ampliação do prédio onde já funcionavam as aulas da Instituição, na Rua de Boquim. A iniciativa dotou o espaço de 4 novas salas distribuídas em 2 pavilhões (FRANCO, 2015, p. 64).

Esse prédio, situado na praça Camerino, não será analisado da mesma maneira que os outros, em razão da inexistência de fontes que pudessem auxiliar esse segmento. A ausência de 'falas' e até mesmo da data precisa[64] em que houve a mudança permite identificar que houveram outros assuntos que marcam esse período.

Infere-se que os edifícios construídos para sediar a Escola Normal e os grupos escolares, em Aracaju - 1914, General Siqueira; 1917, Barão de Maroim, e 1918, General Valladão; e em Capela (1918, Coelho e Campo); a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e

64 Alves e Santos (2017) apontam a data de 1921 para a mudança para a Praça Camerino.

a gripe espanhola (1918-1919), repercutiram de maneira distinta na capital sergipana.

O número de alunos matriculados não se altera e continuam as mesmas práticas para o acesso ao ensino superior, mesmo com as mudanças dos cursos no Atheneu Sergipense, que durante esse período tinham sido divididos em normal, integral e comercial[65]. Em 1922, eram apenas 58 estudantes matriculados (FRANCO, 2015).

A equiparação do Atheneu Sergipense ao Colégio Pedro II, que vinha sendo aguardada desde a promulgação da Lei Maximiliano (1915), finalmente aconteceu em fevereiro de 1918, "[...] seguida de inspeção permanente por ato do Ministro da Justiça de 23 do mês seguinte trazendo, como consequência, o aumento da matrícula daquele estabelecimento, atingindo já neste ano 89 alunos contra 59 do ano anterior" (NUNES, 1984, p. 227).

A praça Camerino, figura 10, situa-se no bairro Centro, na divisa sul do Quadro de Pirro, rua Boquim - travessa Tenente Martinho Garcez. Segundo Melins (2001), local aprazível, frequentado pelos moradores das ruas próximas que passeavam em suas calçadas ou sentavam-se em bancos. Local com predominância de residências de famílias e personalidades ilustres "[...] Dr. Leonardo Leite, Professor Franco Freire, Sr. Durval Andrade, Professor Francisco Portugal, Família Abud, Silvio Sobral, e os modernos palacetes de Flávio da Fortuna e Dr. Oscar Nascimento" (MELINS, 2001, p. 279).

65 Extinto em 31 de março de 1921, Decreto nº 721 - presidente Pereira Lobo (FRANCO, 2015).

**Figura 10** – Praça Camerino (1931)




Fonte: BDN - Casa Amador, 1931. Album Fotográfico de Aracaju, pg. 30

A residência ao fundo da figura anterior, em destaque na figura 10, pertencia ao Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite, tombada pelo Decreto nº 21.786, de 16 de abril de 2003, sedia atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Sergipe. Constitui exemplar de como esse entorno abrigou arquitetura diversificada e luxuosa, com edifícios que marcaram o lugar, permanecendo alguns até os dias atuais. Termo utilizado por Porto (2011, p. 167) pode nos auxiliar na descrição da sociedade aracajuana

desse período, "[...] numa comunidade useira e vezeira na economia de ostentação".

No centro da praça localizava-se fonte artificial, figura 12, em destaque "[...] a escultura de um índio em tamanho natural, segurando uma enorme serpente [...] e estátua do Silvio Romero[66] [...] ela fica de costas para o nascente, ao contrário de todas as outras ...!" (MELINS, 2001, p. 280).

**Figura 11** – Residência Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite




Fonte: Slideplayer

66 Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa.

**Figura 12** – Praça Camerino




Fonte: Cartão Postal - Sergipe em fotos

O edifício que abrigou o Atheneu Sergipense, nesse curto espaço de tempo, até a transferência, em 1927, para o edifício localizado na avenida Ivo do Prado, não foi construído para sediar o colégio. Não se identificou, no entanto, qual era a real finalidade quando ele foi projetado, existe cortina de fumaça sobre esse período e esse edifício. Segundo Nunes (1984, p. 214), na administração de Rodrigues Dória (1908-1911), "[...] nos dois pavimentos construídos no prédio onde funcionava o Atheneu, foram instalados os gabinetes de Química, Física, História Natural e Geografia com os aparelhos trazidos da Europa".

Segundo Franco (2015), funcionou em conjunto com a Escola de Comércio, e, na década de 1940, no turno diurno, constituiu ane-

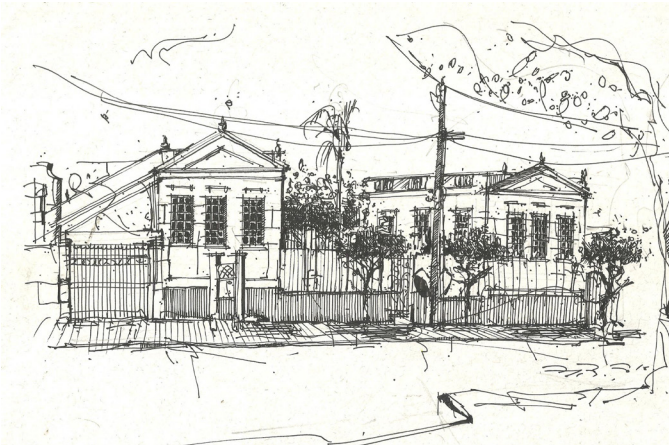
xo do Atheneu Sergipense (que não mais comportava o número de alunos que ocupavam o terceiro prédio), sendo depois ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, passou a integrar seu patrimônio, instalando-se o Centro de Civismo e Educação Física até a transferência para o campus universitário em 1981, atualmente abriga o Juizado Especial Federal.

Infiro com base em Alves (2005) que o descreve situado na rua de Boquim, que ele ocupou este edifício localizado no nº 277, na praça Camerino, pois pela descrição das mudanças de uso, todos se inter-relacionam com a Secretaria de Educação, exceto o uso atual - Juizado Especial Federal.

Assim, a análise que se segue, não corresponde aos mesmos elementos realizados para o primeiro e terceiro edifício, mas acredito que, posso contribuir para desvelar novos dados.

A figura 13, apresenta o edifício localizado na praça Camerino, nº 277, acredito que pela dimensão do lote e configuração do edifício em formato "U", com pátio central posicionado para a frente do lote e em estilo eclético, ele poderia ter sido utilizado para sediar o colégio. Segundo Franco (2015, pg. 92), "[...] 4 novas salas distribuídas em dois pavilhões", ocupado posteriormente pela Faculdade de Ciências Econômicas. Registro a ausência de fotos que pudessem comprovar que o invólucro mural não foi alterado, por isso, não foi feita a análise da linguagem arquitetônica.

**Figura 13** – Atheneu Sergipense 1913



Fonte: Agripino Neto

No entorno do lote, conforme mapa 3, estipulei um raio de amplitude de 600 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava no seu entorno. O Atheneu foi posicionado em um lote de meio de quadra, tendo como acesso principal a praça Camerino. Essa quadra faz limite sul com a rua Boquim – travessa Tenente Martinho Garcez, limite oeste com a rua Pacatuba, limite norte com a rua Estância e limite leste com a av. Ivo do Prado. Pode-se perceber que algumas quadras em seu entorno não se configuram mais de forma quadrada e regular, e a incorporação do leito natural do rio Sergipe, a pedido do presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, implicando a primeira ruptura da quadrícula tão marcada até esse trecho,

> [...] o Presidente Barbosa, desejando fazer concessões aos que desejassem edificar na nova capital, mandou que a Rua da Frente acompanhasse a curvatura da praia, onde ele poderia conceder aforamentos de terrenos de marinha, que

> não existiam na reta projetada. Foi o primeiro entrevero entre o técnico e o 'quero-posso-mando' do administrador (PORTO, 1991, p. 32).

A circulação realizada através do bonde tem na avenida Barão de Maruim e avenida Ivo do Prado itinerário de uma de suas linhas. Percebe-se que, dessa maneira, a escola esteve interligada em todas as direções com esse meio de transporte – esta infraestrutura será detalhada na parte II – cidade de Aracaju.

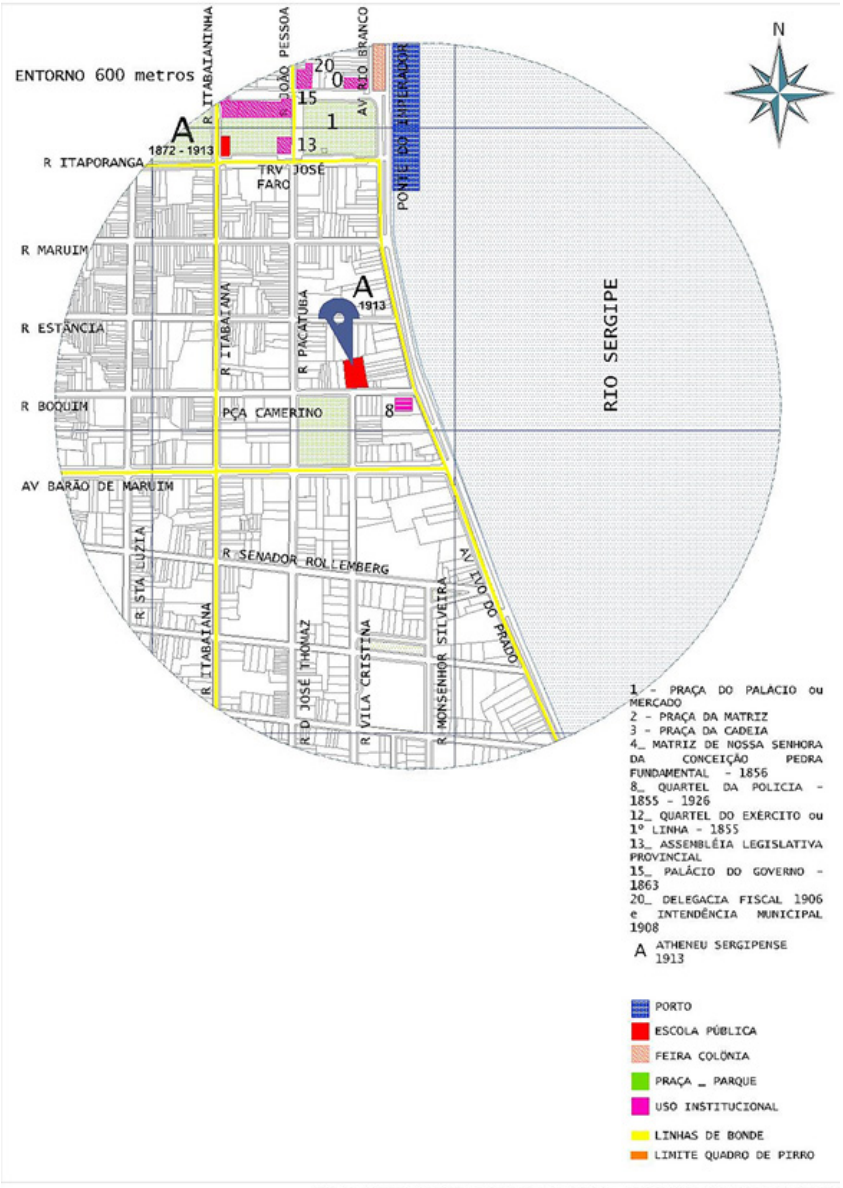
Na porção norte, 500 m, encontra-se a Ponte do Imperador e o conjunto das três praças, nossa ágora[67]. O primeiro edifício ocupado pelo Atheneu, entre 1872 - 1913, na atual praça Almirante Barroso, entre a praça Fausto Cardoso e a praça Olímpio Campos. Em 1911, o edifício-escola construído para sediar a Escola Normal para mulheres, dividia com o Atheneu a oferta deste curso, encontrava-se um pouco mais adiante em torno de 650 m, no sentido noroeste.

No ano seguinte, foi inaugurado o Grupo Escolar General Siqueira, e em 1924 o Grupo Escolar Dr. Manoel Luís, configurando a rua Boquim - rua Permínio de Souza – (sentido leste-oeste), em uma via que concentrou o ir e vir de muitos alunos. A divisa entre o bairro Centro e o São José (antigo Presidente Inácio Barbosa) se faz pela Av. Barão de Maruim, que foi pavimentada na década de 1920, dentre as várias obras de embelezamento pela qual a cidade passou.

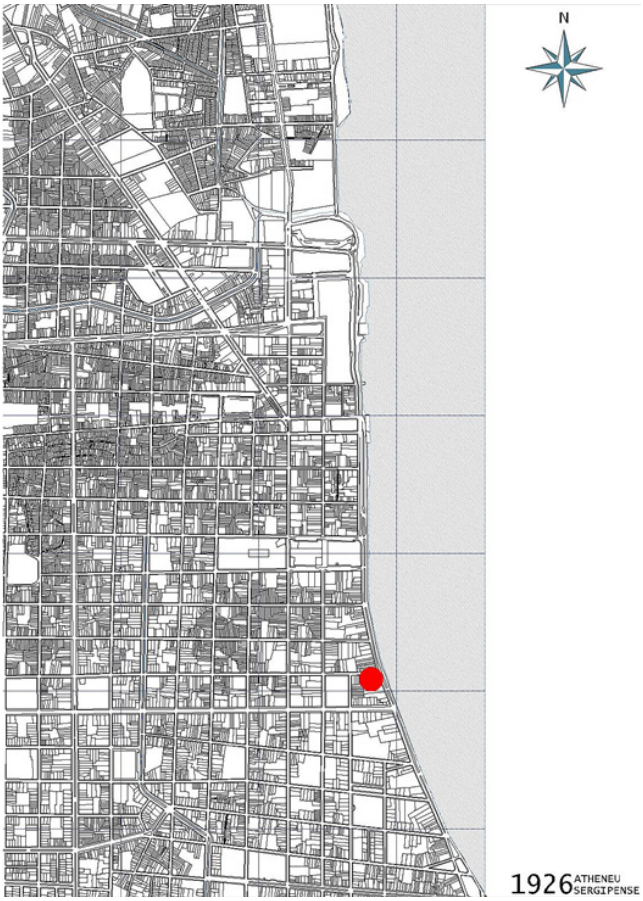
No próximo segmento apresenta-se a localização do terceiro edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense nesse marco temporal.

67 Ágora (do grego) área aberta usada para mercado, encontro, limitada por sequência de edifícios públicos. Em cidades gregas do período helenístico, era em geral ladeada de stoas (ROTHE, 2017).

Mapa 3 - ENTORNO ATHENEU SERGIPENSE 1913




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2020




Recorte MUB - Aracaju
Dayse Araujo Lapa

## 3º EDIFÍCIO – AVENIDA IVO DO PRADO

## 3º EDIFÍCIO - AVENIDA IVO DO PRADO

No dia 13 de agosto de 1926, foi inaugurado o terceiro edifício, situado na avenida Ivo do Prado, nº 398, na gestão do presidente Maurício Graccho Cardoso (24 de outubro de 1922 a 23 de outubro de 1926), com a presença de Washington Luís, Presidente eleito da República. Em 1925, Graccho alterou o nome do colégio que passou a ser denominado de Atheneu "Pedro II"[68]. Para manter regularidade de nomenclatura, continua-se, neste relato, com a denominação Atheneu Sergipense.

Graccho Cardoso dizia, com entusiasmo, ser

> [...] um prédio capaz de corresponder aos seus fins por mais de um século. Arquitetado na previsão do possível desenvolvimento que se vinha a dar na instrução secundária ou de preparativos em prazo dilatado, a sua construção é de natureza a desafiar vitoriosamente a ação do tempo (NUNES, 1984, p. 248).

O prédio de dois pavimentos com meio-porão, apresenta formato "U" com pátio central e circulação aberta, tanto no primeiro quanto no segundo pavimento, que permitia o controle, através da integração visual na parte interna do edifício, reforçando a prática panóptica, que, segundo Foucault (1986, p. 178), "[...] é uma máquina de dissociar o par ver-se visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto". Essa configuração se tornou uma das marcas mais visíveis

68 O nome foi alterado em 28 de outubro de 1925, Decreto nº 911, para homenagear o centenário de nascimento de D. Pedro de Alcântara, segundo imperador da nação, a serviço da qual consagrou sempre as luzes de sua sabedoria notável e a abnegação de seu patriotismo exemplar (FRANCO, 2015, p. 119).

desses edifícios construídos em Sergipe na fase inicial de ampliação do número de edifícios-escola. Presente em quatro dos seis edifícios edificados para os grupos escolares em Aracaju (1914 - 1925): General Siqueira, General Valladão 1ª e 2ª localização e Dr. Manoel Luís; além da Escola Normal e do terceiro edifício ocupado pelo Atheneu.

Em mensagem de 1926, Gracho Cardoso avalia o apreçamento de alguns dos mais importantes edifícios construídos a partir de 1920, em nosso Estado; nele consta o valor de 360:400$000 para esse edifício, sendo o terceiro, ficando em primeiro lugar o Palácio do Governo (1.200:000$000) e, em segundo, o Instituto Coelho e Campo (600:000$000) (AZEVEDO, 2010).

Localizado na esquina da Av. Ivo do Prado e travessa Tenente Martinho Garcez, a quadra ocupada pelo Atheneu Sergipense não faz parte das 32 quadras do núcleo inicial, porém, desde a construção dos primeiros edifícios, funcionou nesse local o Quartel da Polícia (1855). A rua Boquim, que nesse trecho recebe a denominação de travessa, representa o limite sul do Quadro de Pirro.

Nesse período, o Atheneu já oferecia ensino misto e o edifício simétrico deveria acomodar de maneira distinta moças e rapazes, separados pelo eixo central onde a porta principal exerce esse papel. As alas perpendiculares se somam ao bloco central, posicionado sempre para a via de maior visibilidade, obtém-se o pátio central, local do recreio, do encontro e das atividades físicas.

Não se encontrou registro da divisão e ocupação das salas internas além do levantamento cadastral de 2007, que orientou o Projeto

de Restauro[69] e que evidenciou as alterações de algumas reformas realizadas e que promoveram a descaracterização da ocupação inicial ou de seus ornamentos (FRANCO, 2015).

O edifício, ver figura 14, se encontra recuado no limite frontal da avenida Ivo do Prado (leste) e alinhado com as divisas norte e sul, mantendo também recuo ao fundo. Gradil com mureta e pilastras de alvenaria, a mureta é baixa (altura 50 cm) e a grade de ferro batido; as pilastras, ornamentadas e alinhadas, se intercalam com as grades e apresentam, em seu coroamento, cártula[70] com detalhes centrais em alto relevo e encimada por palmeta[71]. No centro de cada módulo do gradil, também se encontra placa de ferro batido com adorno em guirlandas e frontão[72] em arco pleno.

69 O edifício passou por processo de retrofit que traduz a responsabilidade de preservação do imponente edifício. Desenvolvido pelo Ágora Arquitetos Associados, em 2007, para sediar o Museu da Gente Sergipana, inaugurado em novembro de 2011. Fiz parte da equipe de arquitetos que desenvolveu e coordenou esse projeto, composta por mim, Ezio Christian Deda de Araujo, Juliana Brandão e Cleomenes Maia.

70 Cártula - superfície oval, oblonga, ligeiramente convexa, de ordinário circundada por ornamentação em volutas, para abrigar motivo decorativo pintado ou em baixo relevo (CHING, 2003).

71 Palmeta - Forma estilizada da folha de palmeira utilizada como elemento decorativo na arte e na arquitetura clássica (CHING, 2003).

72 Frontão - elemento de coroamento da fachada em forma triangular, situado na parte superior do edifício ou de parte da edificação ou sobre portais, portadas ou portões. É composto por cimalha, a base horizontal, empenas, os lados inclinados, e tímpano, a superfície central limitada pelas outras duas partes (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**Figura 14** – Atheneu Sergipense - 1926




Fonte: BDN - Casa Amador, 1931 - Album Fotográfico de Aracaju, pg. 9

No portão de acesso, centralizado na divisa, os pilares que o demarcam apresentam, em seu coroamento, base para apoio de ânfora. No alinhamento com o portão, o acesso principal ao edifício se faz pela porta central, através da escadaria com degraus em arco oblíquo, que não formam ângulo reto com a face de seus limites. Balaustrada[73] de argamassa com balaústre torneado que sustentam os peitoris das escadas externas, varandas e balcões. Mais duas escadas, em formato de leque, dispostas em cada uma das laterais, não simétricas, eram

73 Balaustrada - anteparo de proteção, apoio, vedação ou ornamentação utilizado frequentemente em balcão, terraço. Alpendre, coroamento de prédio ou como guarda-corpo de escadas. O termo é mais empregado quando referido ao anteparo formado por série de balaústres, com o mesmo espaçamento, arrematados por corrimão ou travessa. Também conhecido por balaustrado e balaustrar (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

utilizadas para o acesso dos alunos.

A composição do edifício principal é imponente e ricamente adornada, as fachadas têm modenaturas diferentes, a fachada principal, avenida Ivo do Prado, em dois planos, o central e as extremidades pouco à frente das laterais. As fachadas norte e sul são idênticas e a fachada oeste se abre para o pátio interno e o recuo posterior.

O entablamento é composto de arquitrave, friso, cornija. O insoleiramento da edificação está demarcado por moldura alta e lisa. O embasamento também se constitui de marcação na altura que corresponde ao piso do pavimento interno, formando a base do meio-porão e destacado pela moldura convexa.

O óculo[74] do porão, idêntico na sua composição de forma, quadro, moldura e fechamento, contorna todas as faces externas do bloco central e perpendicular, exceto fachada oeste. Retângulos com pequena moldura contornam todos os lados e, nos vértices superiores, essa moldura se transforma em filete ou listel[75] encovado, que desenha duas linhas diagonais, uma em cada extremidade, abrindo para as faces externas. No centro, ele é limitado por elemento vazado de cimento, ornamentado em volutas divididas de forma simétrica por cruz grega emoldurada por moldura circular, posicionada abaixo de cada janela do primeiro pavimento.

Todas as esquadrias em madeira, com duas folhas de abrir, cada

74 Óculo - abertura ou pequena janela, geralmente na forma circular, oval ou arredondada, disposta nas paredes externas ou em frontões. Quando abertos, sua função é ventilar, mas pode ser só ornamental. Também conhecido por gateira (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

75 Filete - moldura ou área estreita e chata, projetada ou encovada, que se utiliza para separar molduras ou áreas maiores (CHING, 2003).

folha dividida pelo mainel apresenta soluções diferentes, para as portas, tem-se a bandeira em arco pleno e, para as janelas, com verga reta. Na fachada principal, a seguinte distribuição: porta central, com duas folhas, almofadadas com bandeira fixa em arco pleno, vidro e gradil de ferro batido com ornatos delicados e simétricos; portas dos balcões, uma em cada extremidade e no alinhamento da porta central, todas localizadas no pavimento superior, com a seguinte configuração: duas folhas com bandeira fixa em arco pleno, a folha tem a seguinte proporção na parte superior em vidro (1/4 da altura), na parte central em veneziana (1/4 da altura), e na parte inferior almofadas (2/4); duas janelas, uma de cada lado da porta do balcão central superior, tem sua bandeira em arco pleno, com a mesma proporção em vidro e veneziana e a parte inferior almofadada (1/2 da altura). Todo esse conjunto apresenta emolduramento com molduras, quadros, cimalhas[76]e imposta[77]com o mesmo ornamento do coroamento dos pilares do muro/gradil - cártula. O conjunto de quatro colunas acopladas com capitel[78] coríntio reforça e cria jogo de contrastes de sombra e luz, para dar maior imponência a esse eixo central. Os balcões das sacadas são apoiadas pelas mísulas[79], e a marcação das pilastras

76 Cimalha - arremate emoldurado, formando saliências na superfície de uma parede. Em geral, situa-se no alto das paredes externas, constituindo saliência contínua ao longo de toda a fachada, ou sobre guarnições de portas e janelas. Pode ter ornatos e molduras (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

77 Imposta - elemento decorativo que se situa na linha ou no plano onde se inicia sua curvatura. Também conhecido por plano de nascença (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

78 Capitel - parte superior de colunas, pilastras ou balaústres. Tem função decorativa. Em geral é o elemento que apresenta a característica marcante das ordens clássicas - dórico; jônico; coríntio; compósita; toscano (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

79 Mísula - saliência na superfície vertical de um elemento de construção,

em meio relevo no paramento da parede valoriza e cria composição harmônica, nessa fachada e nas demais. As seis janelas de verga reta apresentam, acima das bandeiras, guirlanda de flores e a marcação das pilastras entre elas encontra-se também em meio relevo e segue a mesma composição dos elementos decorativos desse conjunto.

Os volumes que se destacam, o centro e as extremidades, são imponentes e ricamente adornados. No eixo acima da porta principal, no segundo pavimento, encontram-se o nome "ATHENEU PEDRO II" e o medalhão, com guirlandas de flores e frutas, que compõem esse conjunto com frontispício em arco abaulado, ponto mais alto do entablamento, encimado pela águia, símbolo utilizado por Graccho para demarcar todos os edifícios que inaugurou (FRANCO, 2015). Nas extremidades, um conjunto de dois pináculos entremeados de guirlandas arremata os volumes da extremidade e do centro. O entablamento é ressaltado pelo friso cimásio e jônico - ovículos[80], que contorna todas as fachadas externas.

A parte inferior desta fachada apresenta todas as oito janelas com a seguinte configuração: duas folhas com bandeira fixa em verga reta, a folha tem a seguinte proporção - na parte superior em vidro (1/3 da altura), na parte central em veneziana (1/3 da altura) e na parte inferior almofadas (1/3), além das duas portas que fazem o acesso das escadas em leque. Uma curiosidade, a posição das escadas laterais não são simétricas se considerarmos a porta principal. Esse conjunto do primeiro pavimento é mais simples, porém todo marcado

usualmente mais pronunciada na parte superior. Serve de apoio a algum elemento construtivo ou decorativo (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

80 Óvalo - ornato oval, usado em série, encontrado em cornijas e capitéis das ordens jônica e compósita. Também conhecido óvolo (CHING, 2003).

com filetes, ver figura 15.

As fachadas laterais (norte e sul) são idênticas e repetem os mesmos elementos da fachada principal (leste), dois volumes e o centro um pouco mais à frente do que os laterais. A composição das janelas segue o mesmo padrão da principal, exceto pelo balcão central, aqui somente um em cada extremidade. As guirlandas e pináculos também se repetem. A fachada oeste é a mais simples, pois nesse ponto se encontram as instalações sanitárias, posicionadas uma em cada ponta e em cada pavimento, atendendo às seções feminina e masculina.

Na fachada norte, encontra-se mais um portão de duas folhas, mais largo que o primeiro, que faz o acesso para esse recuo posterior. Não se encontrou registro sobre se existiam edificações[81] de apoio e sobre qual era a finalidade desse portão na época de inauguração, em 1926. Infere-se que ele deveria ser um acesso secundário para entrada e saída.

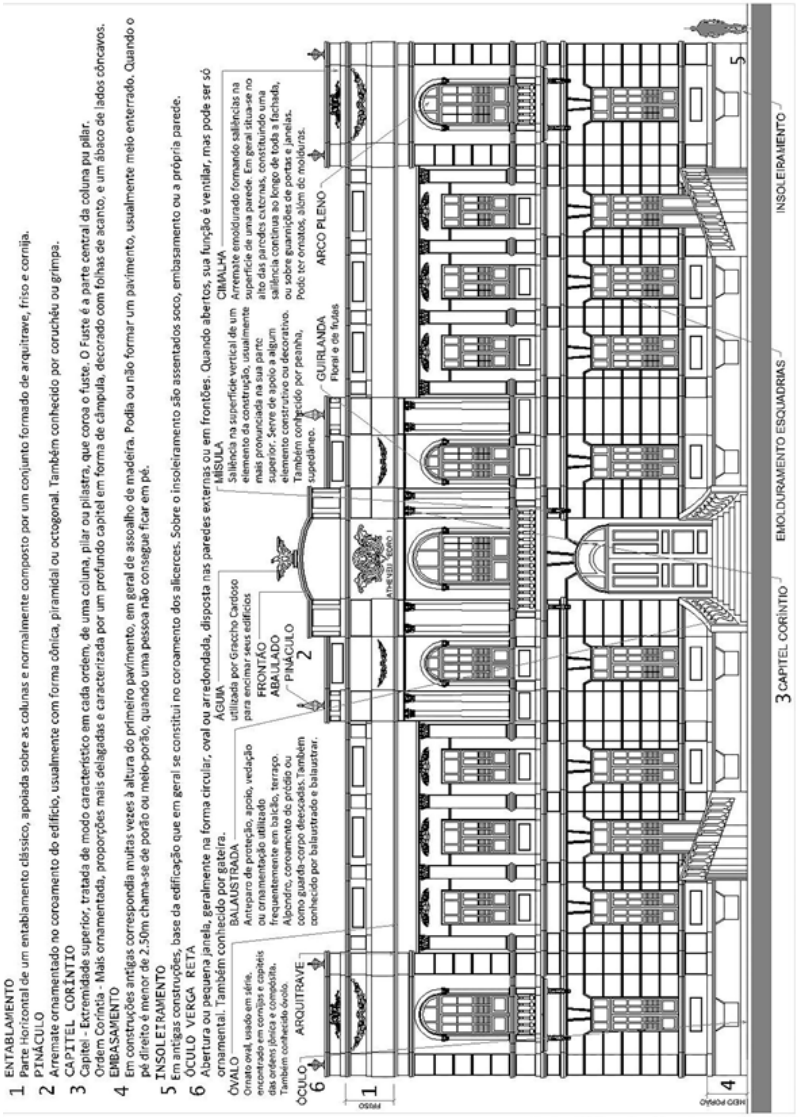
O pátio que se forma no centro tem circulação aberta - lógia[82], que permite a integração visual na parte interna do edifício, voltado para esse pátio, permitindo maior controle e vigilância, que tinha três escadas, uma em cada face, para transpor a pequena diferença de

81 Quando do desenvolvimento do Projeto de Restauro em 2007, existiam nesse local duas edículas - edifício de um único pavimento, no rés do chão, com as mesmas esquadrias de verga reta. Segundo relato oral, elas foram construídas quando da reforma ocorrida no início da década de 1970 para sediar a Secretaria da Educação e Cultura. Atualmente nesse local, encontra-se nova edificação, com 3 pavimentos, que sedia o Instituto BANESE projetada e inaugurada junto com o restauro para instalação do Museu em 2011.

82 Lógia - galeria aberta, tendo seus lados abertos para o interior do pátio, marcada por pilares em uma de suas extremidades (ALBERNAZ e LIMA, 2000).

nível, em torno de 70cm, entre o primeiro pavimento da circulação e o pátio interno.

FIGURA 15 - FACHADA PRINCIPAL ATHENEU SERGIPENSE 1926




Fonte: Elaborado pela autora - fev. 2012

O jardim frontal, pode ser percebido na Figura 14, e pelo porte das árvores, Licania Tomentosa, popularmente oitizeiros[83], que demarcam a fachada, Figura 16 - Museu da Gente Sergipana, permanecem até os dias atuais.

**Figura 16** – Museu da Gente Sergipana 2011



Fonte: Acervo pessoal, nov. 2011

No entorno do lote, conforme mapa 4, estipulou-se raio de amplitude de 600 m para registrar de maneira mais detalhada o que estava em seu entorno. O Atheneu foi posicionado em lote de esquina, tendo como acesso principal a avenida Ivo do Prado, onde se localizava o antigo Quartel de Linha (1855). Essa quadra faz limite sul com a av. Barão de Maruim e face oeste com a rua Vila Cristina. Ela está situa-

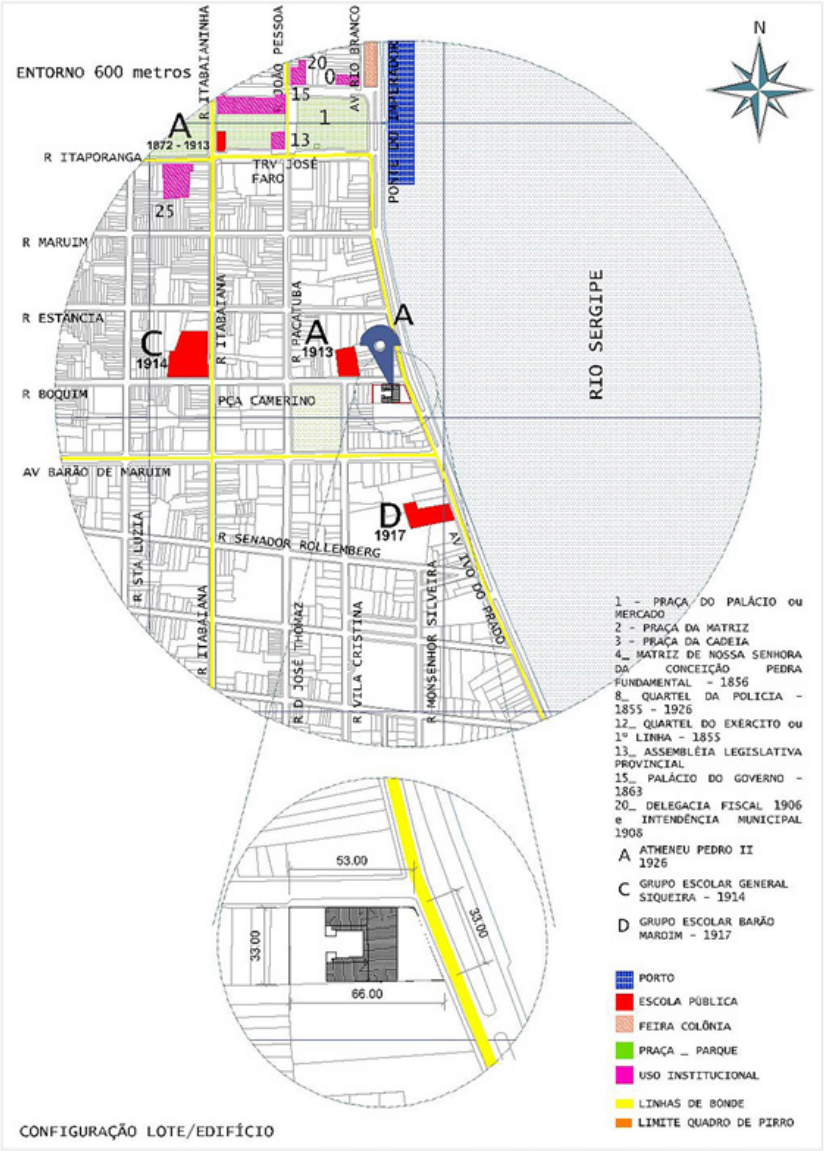
83 Em 2018, duas árvores foram tombadas para garantir a preservação de espécies históricas de Aracaju. O tombamento dessas árvores assegura sua preservação, além do fato de possuírem relevância histórica quanto aos aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos.

da no limite sul do Quadro de Pirro.

As avenidas Ivo do Prado e Barão de Maruim são exemplos de mudanças ocorridas também nas vias de circulação das mercadorias e das pessoas do Quadro de Pirro. Elas só se configuram na década de 1920, a partir do calçamento da antiga rua da Aurora[84] - avenidas Ivo do Prado e Rio Branco, as fotografias selecionadas ajudam a fazer a leitura imagética desse elemento de circulação, como ilustrado nas figuras 17 e 18.

84 Popularmente conhecida como Rua da Frente.

Mapa 4 - ENTORNO ATHENEU SERGIPENSE 1926




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2020

A imagem da Figura 17, antiga rua da Aurora, sem data precisa de sua captura, permite identificar que ela sofreu processo de alargamento e se configurou como avenida, que tem como característica interligar dois pontos com maior fluidez de velocidade e promover seu deslocamento em sentidos opostos, com faixas separadas por canteiro central. Nesse caso, percebe-se a demarcação do canteiro central com meio-fio e arborização em fase inicial de consolidação[85] e a mureta de contenção com balaustrada de alvenaria na divisa com o rio Sergipe, criando, assim, a primeira barreira física entre a cidade e o rio.

Na fotografia da avenida Barão de Maruim, figura 18, percebe-se posteamento central e lateral para distribuição da fiação e iluminação elétrica, ausência do canteiro central. O calçamento, quando realizado, utilizou paralelepípedo e meio-fio de pedra. (PORTO, 2011)

A circulação realizada através do bonde tem na avenida Barão de Maruim e na avenida Ivo do Prado itinerário de uma de suas linhas. Percebe-se que, dessa maneira, a escola esteve interligada em todas as direções com esse meio de transporte – esta infraestrutura será apresentada na parte II – cidade de Aracaju.

85 A arborização das ruas e avenidas em Aracaju nos dias atuais demarca uma cidade árida, com pouca vegetação de grande porte, que poderia promover um microclima mais agradável ao usuário que se desloca caminhando. Apesar de a cidade ser plana, existe dependência muito forte da população para o uso do automóvel, infere-se provocada pela ausência de política de incentivo à arborização nessa fase de consolidação desses arruamentos.

**Figura 17**- Av. Ivo do Prado (1931)




Fonte: BND Casa Amador 1931 – Album Fotográfico de Aracaju, pg. 10

**Figura 18** - Av. Barão de Maruim (1931)




Fonte: BDN Casa Amador 1931 – Album Fotográfico de Aracaju, pg. 40

Na porção norte, 500 m, encontra-se a ponte do Imperador e o conjunto das três praças, nossa ágora. O primeiro edifício ocupado pelo Atheneu, em 1872, na praça Almirante Barroso, entre as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos.

Na praça Camerino, posicionada no sentido oeste, a menos de 100 m, encontrava-se o segundo edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense, que funcionou em conjunto com a Escola de Comércio, e, na década de 1940, no turno diurno, um anexo do Atheneu Sergipense (que não mais comportava o número de alunos que ocupavam o terceiro prédio) (FRANCO, 2015).

Na direção oeste, a rua Boquim esquina com rua Itabaiana, encontrava-se o grupo escolar General Siqueira, inaugurado em 1914. Em 1925, devido à necessidade de alojar outro tipo de serviço público, o serviço militar com o Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferiram-se os alunos para o primeiro edifício ocupado pelo grupo escolar General Valladão – localizado na praça Tobias Barreto.

A poucos metros, na direção sul, o grupo escolar Barão de Maruim, idealizado pelo engenheiro Firmo Freire e inaugurado em 8 de julho 1917, está localizado na mesma avenida, nº 612 (erguido sobre os alicerces do extinto orfanato Asilo Nossa Senhora da Pureza). Sediou também a Faculdade de Direito (1950 até 1970) e atualmente abriga o CULTART.

A praça Almirante Barroso situa-se no sentido sul, a 300 m, e a praça Graccho Cardoso, a 200 m, no sentido sudoeste, da primeira. Nessa praça foi construído o quarto edifício-escolar para onde o Atheneu Sergipense foi transferido em 1950, pouco menos de 500 m é a distância que separa os dois edifícios-escola. Essa área também foi urbanizada com a construção do edifício.

O formato do lote, trapézio, com sua maior divisa na face sul, lindeira ao lote vizinho com  66 m; na face oeste, lindeiro ao lote vi-

zinho, com 33 m. Na face norte - travessa Martinho Garcez, com 53 m e a face leste, principal, com pouco mais de 33 m. Lote com quase 2.000 $m^2$ permitiu que o edifício fosse posicionado no meio, com recuo frontal de 15 m, são características marcantes dessa implantação: face leste, recuada da avenida e com jardim, contribuiu para afastar as janelas do barulho da avenida; face norte, alinhada com a calçada da rua menos movimentada; faces sul e oeste, lindeiras ao lote vizinho; ao fundo, recuo de 15.50 m em relação à divisa oeste.

Identificar e apresentar essas linhas para auxiliar a construção das práticas e representações que foram sendo incorporadas pela sociedade e que iniciaram o processo de institucionalização da escola secundária no Brasil e em Sergipe, faz entender as estratégias que Certeau (1994, p. 99) define como "[...] a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado [...] gesto cartesiano [...] gesto da modernidade científica". A estratégia postula um lugar, o lugar do poder e do querer próprio, revelando a arte do forte, representado pelos instrumentos normativos e pela linguagem arquitetônica utilizada pelos dois edifícios aqui analisados.

Marca dessa narrativa foi a visita do Imperador D. Pedro II e sua interligação com a cidade e o Atheneu Sergipense. Ele esteve em Aracaju, em 1860, com sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina. Nessa ocasião, visitou inúmeras obras, que estavam sendo erguidas para garantir a conquista da nova capital da Província, e estabelecimentos públicos em funcionamento. Da leitura do seu diário de sua passagem, pode-se perceber o poder do Império com os ritos de celebra-

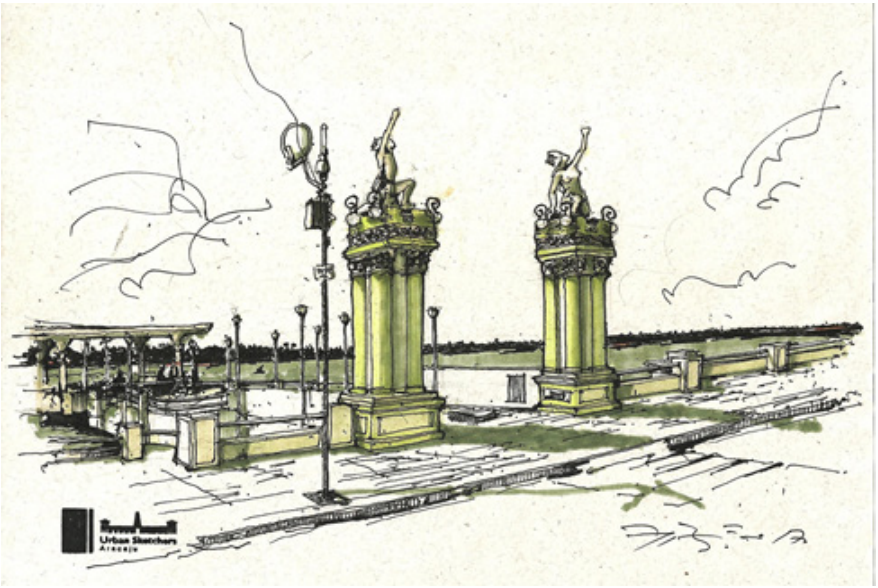
ção, distinção entre a elite, formada por oficiais militares, juízes de direito, comendadores, cônsules, membros da Assembleia Legislativa Provincial, deputados da Assembleia Geral, funcionários públicos civis e militares e eclesiásticos, e a população local.

Na visita de Pedro II, em Aracaju, o atracadouro que ele utilizou para desembarcar e embarcar hoje é denominado de Ponte do Imperador[86], em razão dessa presença. Da visita e estada imperiais,

resultaram, além da denominação do atracadouro, o aporte de recursos financeiros para a construção do primeiro edifício da praça da Conceição, em 1870, e o nome de "Atheneu Pedro II", dado em homenagem ao centenário de seu nascimento (1925).

As transformações e as mudanças lentas na função primeira do ensino secundário, com preparação dos filhos da elite para cursos superiores, "[...] ora com ênfase nas humanidades, ora nas ciências (com menor força), caracterizaram-se informativos e verbalistas, o que evidencia o dilema, a cada reforma, entre a formação literária e a formação científica" (ZOTTI, 2005, p. 42), se entrelaçam nesse período com as alterações também percebidas no núcleo inicial da cidade e em cada edifício que o Atheneu ocupou. Na próxima parte, as relações entre os edifícios-escola do Atheneu Sergipense, os Grupos Escolares, a Escola Normal e a cidade de Aracaju são desvelados.

86 Em 1926 houve a demolição do velho arco de alvenaria, com o garbo militar de suas ameias e a construção das duas novas pilonas ornamentadas e encimadas por duas estátuas de índios, projeto de Hugo Bozzi, além da balaustrada de proteção da avenida Ivo do Prado.



Ponte do Imperador
Agripino Neto

# PARTE II
# CIDADE DE ARACAJU

## Cidade-Capital: Cidade Projetada

A transferência do centro político da província de Sergipe del-Rey de São Cristóvão para Aracaju, em 1855, ocupando praias inóspitas sobre planície flúvio-marinha na margem direita do estuário do rio Sergipe, na barra do Cotinguiba[87], próximo ao povoado de Santo Antônio do Aracaju, impôs-se frente às necessidades de comunicação via porto para o escoamento de nossa maior riqueza: o açúcar.

Aracaju, oficialmente instituída em 17 de março de 1855, pelo então presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, através da Resolução nº 413, concentrou todos os esforços para lançar as bases da urbanização da nova capital, nascida sob a pressão de atender os interesses da burguesia latifúndio-mercantilista do Segundo Império, impulsionadores da migração do campo para a vida urbana na nova capital da Província.

A cidade projetada e idealizada foi assentada no aterramento de muitos riachos, charcos, manguezais e canalização de rios, principalmente para e em prol de melhor articulação com o porto no envio e recebimento de mercadorias, interrompendo a dependência de Salvador e a dificuldade de controlar e arrecadar os impostos e taxas provenientes da rica produção açucareira. "A atração que o mar exerce

87 Barra da Cotinguiba, assim era a denominação da região que produzia cana de açúcar entre os séculos XVII e XX - formada pelos rios Sergipe e Japaratuba, abrangendo os municípios de Laranjeiras, Divina Pastora, Riachuelo, Japaratuba, Maruim, Santo Amaro e antiga Vila do Carmo, hoje Carmópolis (LOUREIRO, 1999).

numa economia de exportação como era a do Brasil e a concepção de que para lograr um bom sistema técnico era preciso aproveitar os elementos naturais" (ALVES DE LIRA e NETO, 2013, p. 139). Assim, a cidade-porto se estabeleceu e alterou de maneira significativa a paisagem natural da margem direita do estuário do rio Sergipe.

Esses foram os condicionantes que o povoado de Santo Antônio do Aracaju recebeu quando de sua elevação a capital da Província, em 1855, acontecimento histórico que, de acordo vários documentos apresentados em 1918, "[...] resultou de plano previamente traçado e não de ato de precipitação". (SILVA, 1992, p. 62).

O plano do traçado da cidade, idealizado pelos engenheiros militares major Sebastião José Basílio Pirro e capitão Francisco Pereira da Silva, consiste de malha regular, simétrica e ortogonal. Para a disposição das ruas e edifícios neste plano, os engenheiros a serviço da Província teriam utilizado o formato de xadrez, solução chamada de hipodâmica[88], que teria tido "[...] início aqui no Brasil no século XVIII com a cidade do Maranhão [...] recomendado é exigido pelas autoridades eram muitas vezes alterados em função das características do local e do pedestrianismo" (LEMOS, 2016, p. 29). Essa foi a solução para o traçado da atual capital sergipana, localizada à margem direita do rio Sergipe,

> [...] o traçado das ruas em xadrez, tendo como centro o terreiro ou adro da igreja, que se constituía sempre na construção inicial. Tal desenho das ruas se cruzando regularmente

88 Termo que designa traçado retilíneo utilizando a forma de quadrícula, idealizado por Hipódamo de Mileto, na Grécia, 400 a.C, considerado o pai do planejamento urbano com aplicação dessa configuração.

> em ângulos reto teve origem nas determinações renascentistas endossadas pelos Reis Filipe de Espanha, que durante 60 anos de 1580 a 1640, exerceram o seu domínio sobre Portugal [...] os engenheiros militares, a partir daqueles dias, foram os fiéis depositários dessas ordenações destinadas às urbanizações nas 'Índias' ocidentais, como eram chamadas indistintamente as regiões americanas recém-ocupadas (LEMOS, 2016, p. 31).

Existia, desde 1848, Cadeira de Primeiras Letras criada por Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente da Província, "[...] para meninos na povoação do Santo Antônio do Aracaju", (SILVA, 1992, p. 56), então ainda povoado de pescadores que viviam em volta da capela de Santo Antônio. A Cadeira de Primeiras Letras pode ser compreendida como forma jurídico-institucional de existência de turma de instrução primária, em que,

> [...] o professor era considerado proprietário da referida cadeira, sendo daí em diante plena e completamente responsável por ela perante o Estado, que, além de pagar o seu salário, submetia-o à fiscalização, segundo determinava o regulamento do ensino (FARIA FILHO, 2010, p. 29).

Na gestão do presidente Inácio Joaquim Barbosa (1853-1855), a cadeira de Filosofia, que pertencia ao Liceu de São Cristóvão, quando da sua extinção, foi transferida para Aracaju, confirmando a estratégia de criar condições para que a nova capital se consolidasse.

O conceito de cidade-capital[89] (grifo nosso), articulado no Se-

89 O termo é usado no sentido de identificar o projeto político imperial e os

gundo Reinado, é uma das bases para se compreender a consolidação da mudança da capital da Província em Sergipe, que deve ser entendida como estratégia de articulação entre o poder político e econômico para construção de projeto civilizador nacional, que tinha no deslocamento e aumento da permanência da população nos centros urbanos a raiz da mudança, favorecendo a centralização das ações do Império e a articulação entre a gestão territorial e a dimensão identitária de seu povo.

> A cidade capital adquiriu um sentido mais amplo e estratégico. Dessa maneira, ela deveria possuir uma geografia e geometria favorável e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições: ao mesmo tempo, sede do poder político, do poder econômico e do saber. Contudo, a consolidação e hegemonia de Aracaju no território sergipano só veio a se concretizar durante a República (SANTOS, 2014, p. 102).

Aracaju é cidade projetada, sem passado, segundo Cacciari (2009), livre de tradições - mores, em que as pessoas aportavam na busca da consolidação de nova vida urbana, de novo signo, de nova urbs. A cidade romana, base de nossa formação urbanística, influenciou o modo de viver e de se relacionar nesse lugar - a civitas, que

planos de viação elaborados por engenheiros entre 1869 e 1889: plano Moraes (1869); plano Queiroz (1874, 1882); plano Rebouças (1874); plano Bicalho (1881) e plano Bulhões (1882) para promover a integração do território brasileiro através das técnicas de circulação disponíveis: estradas, vias férreas e vias fluviais" (ALVES DE LIRA e NETO, 2013).

reúne pessoas livres, mas não pertencentes a determinado grupo, estirpe ou raça - gens. Assim, surgem os cidadãos - cives; conjunto de pessoas que se reúnem para dar vida a um lugar e que seguem as mesmas leis - nómos.

Identifica-se que a cidade cria e impõe as "[...] estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada grupo ou meio, um [...] ser-percebido constitutivo de sua identidade" (CHARTIER, 2002, p. 73). Assim, a vida urbana indica pluralidade e multiplicidade e essa identidade será reconhecida na cidade elitista, com construções sólidas seguindo os padrões determinados pelas leis locais - as posturas e os códigos de postura - dentro dos limites do Quadro de Pirro e a cidade de casebres, que abrigava os que não podiam arcar com os padrões impostos em casas simples e de cobertura de palha, sempre marginal - na periferia. Assim, nasceu Aracaju, cidade sem passado e livre, onde as pessoas que chegavam não estavam aqui por sua origem étnica ou religiosa e, sim, por desejo e propósito da conquista de nova vida urbana.

Os primeiros habitantes tiveram que aprender a conviver com o clima quente e a natureza peculiar do local. Esse desenvolvimento que se impôs aos condicionantes naturais, deflagrando a moléstia do CholeraMorbus[90]. Em Aracaju, muitos atribuíram a proliferação dessa doença, de difícil controle na época, às condições de insalubridade da cidade, fazendo com que aterros fossem instrumentos do controle dos focos, que na época tinham como vetor as águas paradas e sujas.

90 Doença endêmica, ocasionada pelo bacilo do Vibriocholera. Propaga-se por água ou alimento contaminado, provoca diarreia e desidratação e é fatal se não for tratada adequadamente.

A epidemia iniciou-se em outubro de 1855 e fez várias vítimas, entre elas o presidente Inácio Joaquim Barbosa, que faleceu em 6 de outubro de 1855, na cidade de Estância.

> As primeiras impressões da cidade foram notadas pelo terceiro vice-presidente da Província, o Comendador José da Trindade Prado, em 25 de setembro de 1855. Conforme Prado, a insalubridade vigente à época deveria ser combatida, visto que a moléstia do CholeraMorbus arrebatara alguns representantes locais dentre eles o Presidente Ignácio Barbosa, o próprio comendador e o quarto vice-presidente. Após sete meses da transferência da capital, o empreendedor desta ação e presidente da Província sucumbiu à doença. (ALMEIDA e FREIRE, 2006, p. 56).

A paisagem era inóspita, "[...] da barra do Rio Real até a barra do Rio S. Francisco, 160 quilômetros de costa; de uma costa cega, em cuja silhueta se não via brilhar o casario de um vilarejo ao menos" (PORTO, 1991, p. 14).

Mas, no momento da decisão política, Inácio Joaquim Barbosa considerou a embocadura do rio Sergipe mais importante e com melhores condições de navegabilidade - além da proximidade da pequena povoação de pescadores, o arraial de Santo Antônio do Aracaju, distante apenas 1.300 metros da praia, encarapitado no topo de uma colina - para sediar o porto e a nova capital, por permitir melhor aproximação dos navios de maior calado demandados pelo progresso e pela necessidade de contato mais intenso entre as vias marítima e terrestre.

A cidade, implantada na parte baixa do sítio composto pelos se-

guintes condicionantes geográficos: limite leste, estuário do rio Sergipe; limite norte, rio do Sal e a serra do Aracaju (atual morro do Urubu), formação do tabuleiro costeiro e dos vales entalhados nos sedimentos da Formação Barreiras, encostados nas falésias fósseis da mesma formação, que tem como variação de altitude 50 metros, contido entre o cume e o sopé da serra (BITTENCOURT, MARTIN, et al., 1983); limite sul, foz do rio Vaza Barris e o rio Santa Maria. Completando os cinco rios que permeiam Aracaju, o rio Poxim se encontra na porção central, próximo do encontro com o oceano Atlântico.

A proximidade com a região do Cotinguiba e a supremacia sobre a ribeira do Vaza Barris, com suas várzeas adubadas por enchentes que produziam o massapê[91] e suas colinas de encostas suaves, vitais para a produção de cana de açúcar, concentrava grande quantidade de engenhos impulsionando a decisão pelo fator econômico. A praia do Aracaju, com suas areias e seus brejos, não empolgou a decisão, pelo olhar dos deputados provinciais, sobre a mudança da capital da Província, mas não se encontraram registros de grandes resistências, e, assim, a capital foi transferida para o pequeno povoado de Santo Antônio do Aracaju.

> Geograficamente Aracaju derrotou a velha São Cristóvão situada no fundo do Paramopama, mal acessível até mesmo às menores embarcações, construída no topo de um estreito contraforte, rodeada de encostas íngremes terminando em vales estreitos e que não poderia oferecer as mesmas facilidades de expansão que a planície do Aracaju (PORTO, 1991, p. 17).

91 Terra preta dos canaviais (PORTO, 1991).

Para a escolha da margem do lado direito do estuário do rio Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa em março de 1855, assim a descreveu: "[...] porque tem boas águas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil município do Socorro, [...], porque tem uma mais curta comunicação por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoados, sem lhe faltar a comunicação fluvial" (PORTO, 1991, p. 21-22).

Assim, a decisão de ocupação desse território permitiu o deslocamento da centralidade das ações do Estado para o que hoje se conhece como região metropolitana de Aracaju[92], que interliga e articula as microrregiões do menor Estado da federação brasileira.

Esse bioma natural, cenário típico de estuário tropical e adverso ao anseio de cidade projetada, impôs a prática de aterro, em que o meio ambiente deveria ser vencido pela técnica. Inicia-se "[...] o combate do homem contra o riacho, contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra, contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. [...] água parada, estagnada, traiçoeira" (SILVA, 1992, p. 81).

Percebe-se cortina de fumaça em relação à qualidade das águas e à salubridade do local. Aracaju, durante muitos anos, sofrerá com a má qualidade de suas águas potáveis, vencida somente depois da instalação da infraestrutura básica, sistema de abastecimento de água, e dos melhoramentos advindos no período republicano, quando o Estado implantou uma série de serviços que mudou as más condições

92 A região metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o município de Aracaju.

iniciais da cidade a partir de 1908.

Aracaju nasceu e se ampliou pela movimentação de aterros, que segundo Chou (2005), em determinadas ocasiões, consolidavam ruas e praças ou serviam de matéria-prima para as olarias ou para a construção das edificações. Assim, é comum identificarem-se, na extensa literatura que aborda esse período inicial, registros da prática de descaracterização do sítio geográfico que impedisse o avanço da cidade projetada, ortogonal e meticulosamente traçada por seus engenheiros.

> A prática de aterros, no século XIX, iniciou-se com a transferência da capital, em 1855 e possuiu uma motivação sanitária, devido à insalubridade presente na época, para evitar a proliferação de doenças como o Cholera-morbus e o Impaludismo. Diante das águas pútridas, paradas, focos de moléstias, os presidentes de Província viram-se obrigados a aterrar lagoas, mangues, apicuns e pântanos. Anos mais tarde, em princípios do século XX, os ecossistemas de manguezais e apicuns cederam lugar ao bairro Industrial, localidade em expansão e de grande relevância econômica para a época (ALMEIDA e FREIRE, 2006, p. 77).

Geograficamente a cidade ainda será modificada ao longo de sua evolução. Este trabalho se ateve à área central, pois é a partir do núcleo inicial idealizado por Pirro e a construção dos primeiros edifícios públicos que a cidade inicia sua trajetória como centro da Província.

Os mapas[93] demonstram como a forma e a localização dos elementos naturais afetaram as continuidades e rupturas no traçado

| 93 Mapa 1855 e 1856 - Configuração do Sítio de Aracaju (PORTO, 1991).

simples e ortogonal do núcleo inicial para além do Quadro de Pirro, permitindo compreender como eles foram alterados ou não, na dinâmica de apropriação do espaço urbano e na expansão da cidade. “[...] Aracaju foi uma das mais felizes vitórias da Geografia!...”(PORTO, 1991, p. 17).

De posse dessas informações, elaborou-se o mapa 5 - Condicionantes Naturais do município de Aracaju, amplia-se a representação desses registros (1855 e 1856), onde se locou o Quadro de Pirro - entre o riacho do Aracaju (limite norte), a ponta do Tramandai (limite sul), o rio Sergipe (limite leste) e a lagoa Vermelha (limite oeste) para apresentar os outros limites geográficos da cidade, sobrepostos à atual base cartográfica da cidade de Aracaju.

Utilizou-se o limite do município, regulamentado pela Lei nº 554, de 6 de fevereiro de 1954, Anexo II, com área de 181,8 km$^2$, tendo os municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas, as bacias hidrográficas do rio Sergipe, rio Vaza Barris, rio do Sal, rio Poxim, rio Pitanga, e o canal do Santa Maria, como seus confrontantes.

As terras fronteiriças ao rio Sergipe, tidas como as melhores, foram ocupadas inicialmente por prédios públicos e por aqueles que consideravam essa área a mais agradável em termos de paisagem natural e que possuíam recursos financeiros para atender aos instrumentos normativos. Assim, iniciou-se processo de segregação social, imposto por esses regulamentos e pelo próprio plano urbanístico de Pirro, que impunha seu traçado retilíneo ao traçado natural das encostas e margem do litoral. Os registros históricos são insuficientes

para traçar com exatidão como as questões geográficas foram determinantes para a ocupação inicial da cidade e a sua expansão.

A necessidade de consolidação de nova política de desenvolvimento, baseada nos preceitos de civilidade e modernidade, na pujança do ciclo do açúcar e na transformação de uma sociedade oligárquica para a burguesia urbana e pré-industrial, é o principal argumento identificado para a mudança da capital da província de Sergipe del-Rey de São Cristóvão para Aracaju.

O aristocrata João Gomes de Melo (1809-1890), Barão de Maroim, iniciou em 1848, na Assembleia Provincial, no cargo de deputado, a articulação para a transferência da dominação dos senhores de engenho do vale do Vaza Barris para o vale do Cotinguiba, onde ele já exercia liderança. Assim, negociou com o Imperador D. Pedro II a indicação de Inácio Joaquim Barbosa para o cargo de presidente da província, o qual, nomeado por carta imperial em 7 de outubro de 1853, conseguiu maioria na Assembleia Legislativa da província e fez acordos na corte com o partido e aliados em apoio ao projeto de mudança da capital.

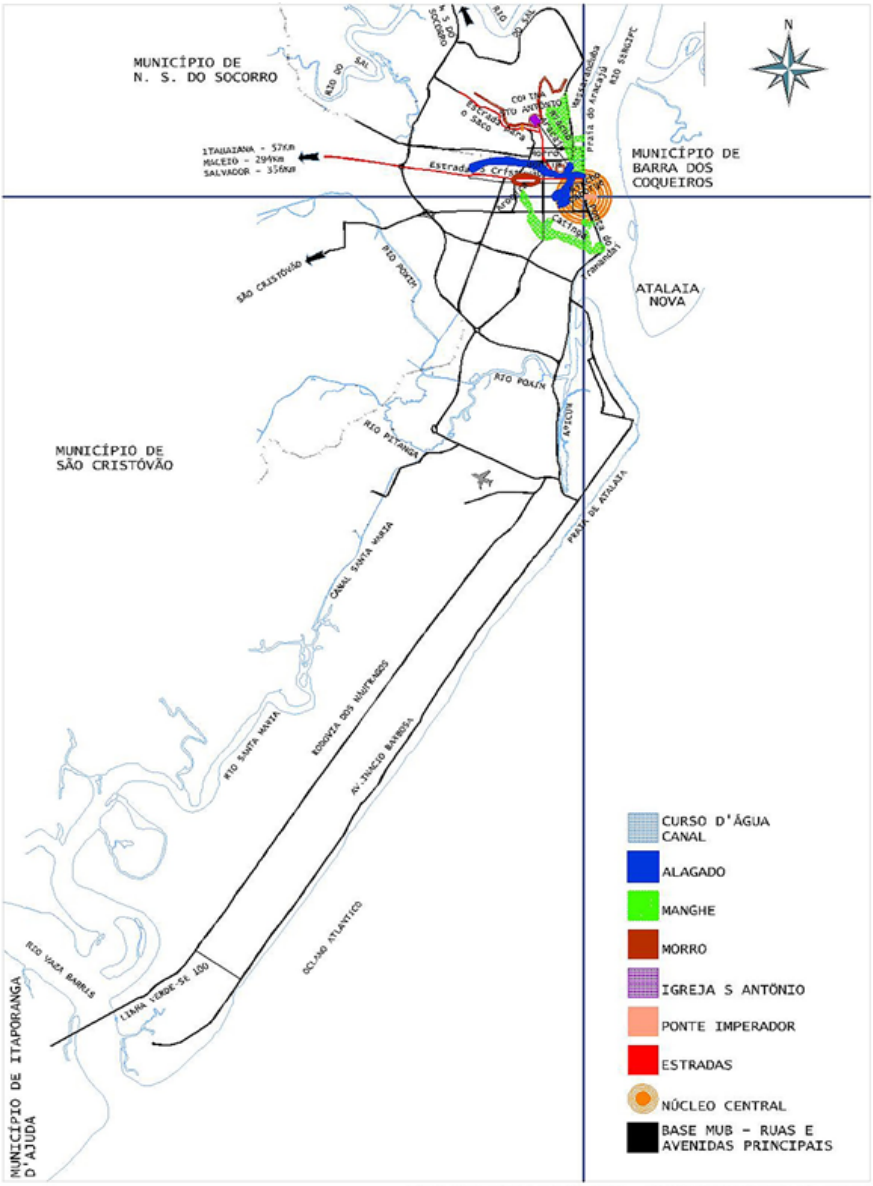
O plano apresentado na Assembleia Legislativa para a mudança da capital foi previamente discutido no engenho Unha do Gato, de propriedade do Barão de Maroim, e, apesar das críticas e oposição por parte de vários grupos, principalmente daqueles ligados a São Cristóvão, foi sancionada a Resolução que elevou o povoado de Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e transferiu para a praia do Aracaju a capital da província.

> Coube ao bacharel Inácio Joaquim Barbosa trazer para Sergipe a política conciliatória do Ministério Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), nomeado a sete de outubro de 1853, empossou-se a 17 de novembro do mesmo ano, recebendo o governo das mãos do bacharel Luís Antônio Pereira Franco (SILVA, 1992, p. 45).

Foi nesse contexto de acordos políticos que o presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, iniciou as obras de demarcação da cidade, aterrando e dominando o sítio natural.

Mapa 05 - Condicionantes Naturais do Município de Aracaju

SOBREPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NOS MAPAS DE 1855 e 1856 - (PORTO, 1991)




Fonte: Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

Assim, a cidade foi palco das mudanças que se registram ao longo do nosso marco temporal e através desses fatos a cidade fala e pode ser entendida "[...] por si só como comunicação e fornece a construção de um roteiro de leitura através dos signos observados nos traços da vida na cidade e do significado que esta atribui àquela" (LEITE, 2005, p. 02).

> A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

A vida urbana surge do agrupamento de casas, do comércio e das relações de troca; segundo Lemos (2016), forma-se e se inicia como arraial, que evolui para aldeia, lugarejo, corrutela, freguesia e vila, para se tornar cidade. As cidades brasileiras, em sua maioria, nasceram em torno de igreja ou de capela, sob as bênçãos de santo padroeiro, e evoluíram de forma lenta e gradativa, exceto Aracaju, que já nasceu com status de capital projetada da província, em 1855, e sob as bênçãos de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

As civilizações urbanas vivem essa contradição, querem uma cidade onde se possam reconhecer e encontrar como lugar de troca humana - otium, onde a casa seja refúgio e abrigo, mas as relações comerciais - negotia impõem outra dinâmica, uma máquina, uma função (CACCIARI, 2009). Assim, a sociedade vem congelando ou

transformando suas cidades, e, no caso em tela neste estudo, a ruptura matou a cidade de São Cristóvão enquanto lugar de negócios da província e fez Aracaju florescer justamente para criar nova relação com o porto, com o comércio exportador, com outras cidades e com novas pessoas, aqui recebidas para administrar e consolidar esse desejo.

A formação de cidades na cultura ocidental é herança dos romanos, que constituíram a sua organização espacial em torno do foro - o grande espaço aberto cívico, ladeado por stoas - pórtico ou colunata, e edifícios públicos, a mesma estrutura encontrada na ágora dos gregos (ROTHE, 2017). Assim, o traçado das cidades contemporâneas, inicialmente ortogonal, definia o traçado das ruas, a posição dos principais edifícios públicos e privados, os limites de controle ou ocupação regidos por legislação que impunha as normas de ocupação das edificações e determinava o grau de adensamento que ela podia atingir.

A criação de novos edifícios também é indício da evolução das cidades, hoje se convive com multiplicidade de usos, mas eles evoluíram basicamente através dos espaços cívicos (instituições do governo) e dos deuses (templos e igrejas), o espaço da feira e das trocas (mercado), os espaços culturais e esportivos, além das residências. O planejamento não deve ficar restrito à delimitação das principais atividades de acordo com a importância econômica e social local, o uso e a ocupação do solo devem considerar os diferentes tipos de uso (residencial, comercial, industrial, institucional, religioso, cultural e lazer), os fluxos migratórios, as diferentes classes sociais e as restrições impostas pelos condicionantes naturais.

O urbanismo ou planejamento urbano tem evoluído como ciência e campo de estudo desde a formação inicial das cidades na Mesopotâmia, mais precisamente no vale dos rios Tigre e Eufrates em 3500 a.C. A partir do momento em que a tecnologia da construção de abrigos se aperfeiçoou, o próximo passo foi a ampliação dos assentamentos humanos, que se tornou possível graças à agricultura (ROTHE, 2017). Dessa forma, a invenção da arquitetura e da cidade irá permear todas as civilizações, permitindo diversidade de propostas, de soluções técnicas, funcionais e estéticas, sempre buscando contribuir para a melhoria de vida nestes centros urbanos.

As cidades no século XIX nasceram da necessidade de se adequarem às mudanças impostas pela Revolução Industrial. Com os avanços tecnológicos e dos meios de locomoção, romperam-se os limites dos antigos centros urbanos medievais e se deflagrou a necessidade de ressignificação das áreas externas, do espaço urbano, que se caracteriza por ser " [...] espaço estruturado que não está organizado ao acaso e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, o determinismo de cada tipo e de cada período de organização social" (CASTELLS, 2000, p. 182).

Dessa forma, analisar os aspectos que nortearam as relações na cidade de Aracaju deve considerar as influências de outros modelos, como a experiência francesa do século XIX, do engenheiro chefe do Departamento do Sena, o barão Georges-Eugène Hausmann (1809 -1891), em Paris 1852-1870.

Paris iniciou sua reconstrução para promover melhorias na circulação, através da interligação das diversas estações de trem espalha-

das pela periferia, novos aquedutos foram construídos, os lendários esgotos foram canalizados e enterrados sob o novo sistema viário, dois bosques públicos e várias praças e largos foram criados. Haussmann idealizou a capital ordenada sobre a geometria de avenidas e bulevares: 12 avenidas amplas em volta do Arco do Triunfo. Essa reforma da cidade medieval retirou as ruas estreitas, sujas e tortuosas e criou uma nova identidade - a da modernidade (ROTHE, 2017).

No Brasil, esse modelo foi seguido por outras cidades, e a imagem geral de modernidade se expandiu além da percepção de cidade-capital, para a de cidade-jardim, que deveria possuir geometria favorável e lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições políticas, sociais e culturais.

Outra experiência também percebida por Aracaju foi a do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, engenheiro de formação, que alterou significativamente a paisagem edificada da região central da cidade entre 1902-1906, promovendo mudanças importantes no desenho das vias centrais; expulsando as camadas mais pobres para os morros e promovendo a gentrificação, através da reprodução do modelo de Paris.

No Brasil, o urbanismo[94] e seus planos são identificados por Saboya (2008) em quatro momentos: primeira fase, Plano de Embelezamento (1875-1930), caracterizou-se pela importação dos modelos

94 Urbanismo é ciência e arte, e, sobretudo, filosofia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas, É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras (AGACHE, 1930).

europeus e consistiu basicamente no alargamento de vias, erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas centrais, implementação de infraestrutura, especialmente saneamento e ajardinamento de parques e praças. Limitou-se a intervenções pontuais em áreas específicas, na maioria das vezes, no centro da cidade. E os demais momentos, assim identificados: Planos de Conjunto (1930-1965); Planos de Desenvolvimento Integrado (1965-1971) e Planos sem mapas (1971-1992). (SABOYA, 2008).

Os planos idealizados e característicos do primeiro momento, os de embelezamento, eram discutidos abertamente pelos poderes políticos e econômicos, antes de serem implementados. Segundo Saboya (2008), isso era possível porque o caráter hegemônico da classe dominante era tão acentuado que lhe era possível impor o conjunto de soluções que lhe parecesse mais adequado, sem se preocupar em encontrar subterfúgios para ocultar suas verdadeiras intenções.

Aracaju, que nasceu como cidade projetada através do Quadro de Pirro, teve seu plano traçado com malha regular, simétrica e ortogonal, formada por 32 quadras de 110 m x 110 m e vias de 13,20 m de largura. A delimitação das vias de circulação foi o elemento de ordenação e articulação desse espaço.

A formação do núcleo inicial de apropriação dessa urbanística se conquista e se consolida pela rua da Aurora, atual avenida Rio Branco e Ivo do Prado, a partir da via paralela ao traçado do rio, tornando esse o eixo principal de ligação entre os limites norte-sul da cidade e inicialmente ocupada e demarcada com os edifícios - limite norte Alfândega, Mesa de Rendas Provinciais e Porto; no centro, marco

zero do traçado, o provisório palacete da Presidência e a marcação da base da Matriz; e, mais ao extremo sul, o Quartel da Polícia, atual Museu da Gente Sergipana.

Sobre esse território, o poder público irá impor legislação específica de posturas e códigos de postura, inicialmente em 3 de setembro de 1856, através da Resolução nº 458, que surge no rastro do controle das doenças endêmicas e das questões de higiene, coleta de lixo, salubridade e cuidados médicos. Assim, os aterros foram alvo da legislação, para que as práticas da extração da água - nas nascentes e no lençol freático -, tão importantes para abastecer a população que ainda não possuía água encanada e as águas estagnadas, que se formavam com as constantes chuvas, impedissem a propagação das doenças, tudo em prol da melhoria das condições ambientais para Aracaju.

Essas e muitas outras preocupações, no que refere à higiene e cuidados médicos, estiveram presentes nesse e em outros instrumentos normativos promulgados no período.

Ao longo dos anos seguintes, essa legislação irá impor regras rígidas e multas, para afastar da cidade projetada quem ou o que maculasse o signo de cidade moderna, o que levou os moradores menos abastados a iniciar ocupação na periferia, com traçado mais sinuoso, acompanhando os condicionantes naturais. Infelizmente, como essas áreas não pertenciam ao Quadro de Pirro, os mapas iniciais não apresentam nenhuma informação sobre eles, "[...] o desenvolvimento da cidade não se dá a partir do antigo povoado situado na colina do Santo Antônio, mas da ocupação que se efetiva na planície, [...], numa

área de intensa fragilidade ambiental" (FRANÇA, 2005, p. 95), identificada no mapa de 1855 como Olaria.

As terras da Olaria, região central, onde foram construídos os primeiros edifícios públicos, ocupam a mesma área onde já existiam algumas casas e pequenas e simples olarias, que manufaturavam adobe secados ao sol. Essa tradição também foi identificada por Ayres do Casal, quando ele esteve aqui em 1806 para a obra da Coreografia Brasílica. Segundo Porto, (1991), essas terras - Olaria do finado capitão Alexandrino, olaria do Aracaju, oleiro Cristóvão de Mendonça -, todas próximas ao atual cruzamento entre Coelho e Campos e João Ribeiro, iriam no futuro ser alvo de disputas de posse, já que todas acabaram sendo absorvidas pela consolidação da cidade.

A consolidação das quadras e arruamentos do início da década de 1870 pode ser demonstrada através da junção dos três mapas disponíveis dessa fase: 1857, 1865 e 1868. O mapa 6 - Configuração Urbana (1857-1868) representa essa junção.

O primeiro mapa utilizado foi o de 1857[95], nele estão representadas as quadras iniciais ocupadas com os prédios públicos e o porto, a indicação dos cursos d'água, a vala da cidade (riacho Caborge canalizado) e a vegetação nativa, destacando-se a estrada que rompe o desenho ortogonal das quadras e faz a ligação com a capela de Santo Antônio, a Estrada Nova – "[...] Inácio Barbosa pediu para Pirro traçar a ligação entre a cidade antiga e a cidade nova - com 60 palmos e 706 braças até a porta da igreja, iniciando na Fonte do Coqueiro" (PORTO, 1991, p. 38).

95 Elaborado por Porto, com base nos originais do engenheiro Francisco Pereira da Silva, publicado no Caderno de Aracaju n° 2, de 1944 (PORTO, 1991).

O segundo mapa utilizado foi o de 1865[96], ele identifica o arruamento da área central, com a nomenclatura de suas ruas e da praça do Palácio com demarcações gráficas do palácio do Governo e da praça da Matriz (em linha tracejada, por ainda ser um planejamento da igreja), da fonte do Barão e da vala da cidade.

O terceiro mapa utilizado foi o de 1868[97] - Atlas do Império do Brasil - Província de Sergipe. Esse é o primeiro atlas do Brasil, idealizado e destinado à Instrução Pública idealizado pelo Imperador D. Pedro II.

Nele se identificam a praça do Mercado[98], a praça da Matriz, a praça do Quartel, igrejas da Matriz e de S. Salvador, e os principais edifícios públicos - Palácio da Presidência, Assembleia Provincial, Tesouraria da Fazenda, Tesouro Provincial, Alfândega, Quartel de Polícia, Hospital de Caridade e Quartel de Primeira Linha.

Iniciou-se em Aracaju processo de valorização da terra e, consequentemente, de disputa por ela, abrindo mercado promissor de compra-venda e de formação de ativos financeiros. Muitos sítios e áreas rurais foram incorporados às áreas urbanas, através de loteamentos ou construção de conjuntos habitacionais, a partir de 1980 num processo que culminou com a inexistência de áreas rurais no Município.

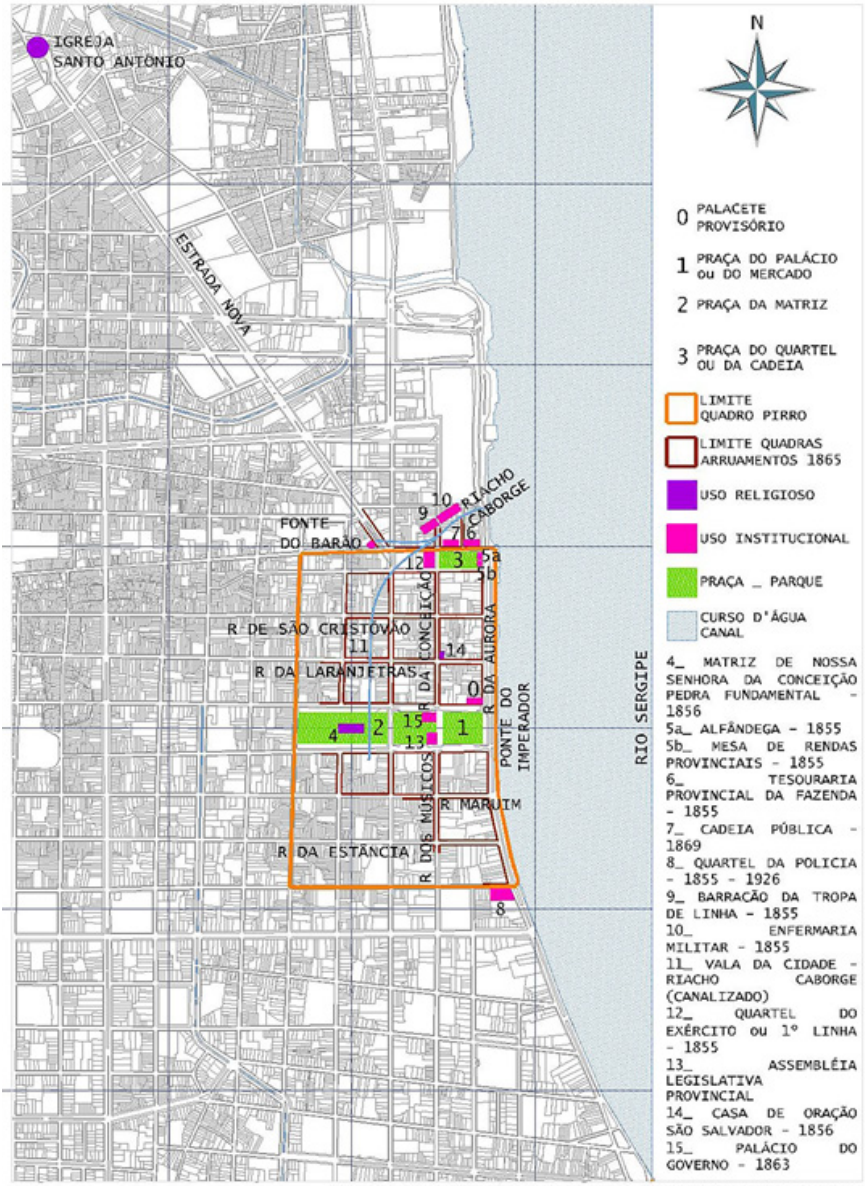
96 Elaborado por Porto, com base nos originais do engenheiro Francisco Pereira da Silva (PORTO, 1991).

97 Organizado por Mendes, Cândido de Almeida e publicado por Lithographiia do Instituto de Philomathico, 1868.

98 Atual praça Fausto Cardoso.

Mapa 6 - Configuração Urbana (1857 - 1868)

SOBREPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NOS MAPAS DE: 1857 - 1865 - 1868




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

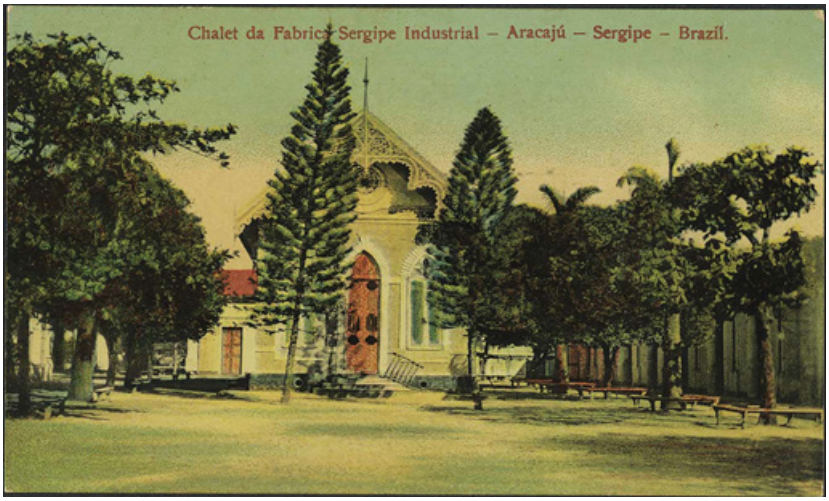
Assim, o Estado impôs ocupação que não considerou esses aspectos, deixando seus habitantes, a maioria deles "[...] funcionários públicos e comerciantes, concentrados nas proximidades da região portuária" (CHOU, 2005, p. 54), completamente desassistidos. As ocupações periféricas pela população excluída - as classes sociais menos abastadas e os escravos libertos - ocorreram na porção norte e oeste, ficando a porção sul disponível para a parcela da população mais abastada, dando início, assim, a processo de "[...] segregação socioespacial na cidade tendo em vista que foram ocupadas áreas fora do quadrado de Pirro" (FRANÇA, 2005, p. 96).

Porto (2011) apresenta a 'vala da cidade'- riacho Caborge, no limite oeste imposto pelo meio físico, como uma das primeiras barreiras que modificaram e na qual os moradores lutaram, nos primeiros 10 anos, para firmar as primeiras edificações residenciais neste local. Outra descontinuidade foi o Morro do Bonfim ou Alto da Boa Viagem, que pode estar relacionado com o acesso ao cemitério Nossa Senhora da Conceição, atual cemitério de Santa Isabel, inaugurado em fevereiro de 1862, para cujo acesso era preferível subir, descer e contornar. Seu desmonte ocorreu na década de 1950 para abrigar o terminal rodoviário Governador Luís Garcia, popularmente conhecido como Rodoviária Velha, que tinha como limite as ruas Divina Pastora, Lagarto, Vitória (atual avenida Carlos Burlamarqui) e Apulcro Mota. Nele morou o engenheiro Pirro, razão por que muitos inicialmente o denominaram Morro do Pirro.

A primeira fábrica têxtil a se instalar em Aracaju foi a Sergipe Industrial, figura 19. Criada em 15 de fevereiro de 1882, por João

Rodrigues, esse empreendimento expandiu o limite norte do Quadro de Pirro, uma vez que se situou além do riacho Aracaju, em área denominada Massaranduba. José Augusto Ferraz, fundador da fábrica, criou e manteve grande área de lazer para os operários e suas famílias, denominado Parque Sergipe Industrial[99], o qual possuía cinema e teatro, além de palco para apresentações musicais. Situada na avenida João Rodrigues (antiga rua Cruz & Cia), a fábrica tinha casas para aluguel, a igreja São João Batista e o terreno que foi doado para a construção do grupo escolar José Augusto Ferraz (1925).

**Figura 19** – Chalé Fábrica Sergipe Industrial (década 1900)




Fonte: BDN – Cartão Postal

99 A fábrica foi demolida. Atualmente em funcionamento shopping center no local, somente a igreja foi preservada.

A segunda fábrica instalou-se próximo à primeira. A Têxtil Confiança foi fundada em 18 de outubro de 1907, pelo Coronel Sabino José Ribeiro, sob denominação comercial de Ribeiro Chaves & Cia. Esse local foi ocupado pelas residências mais modestas, em que moravam os operários que vinham da zona rural em busca de melhores condições de vida na cidade.

Com a chegada dessas indústrias, Aracaju se insere no panorama das cidades que se viram transformadas pelos novos meios de produção, de locomoção e de ocupação do espaço urbano. Segundo Lefebvre (2001), a cidade preexiste à industrialização, mas o processo de industrialização se torna motor das transformações do espaço urbano e da sociedade moderna. A cidade é mediação entre mediações, por isso o urbanismo utilizado como técnica e como ideologia responde às demandas oriundas da vasta crise que acometeu as cidades.

O planejamento de uma cidade deve estar, portanto, assentado em base definida de metas e prioridades por seus planejadores, sem mistificações, reconhecendo o patrimônio imaterial e material que se configura nesse espaço-tempo, sem desrespeitar os condicionantes naturais e afugentar as classes menos favorecidas dos centros que inicialmente ofereciam melhor infraestrutura. Esse ideário reforça a percepção de que Aracaju não pode ser considerada cidade planejada, ela foi apenas projetada.

## A Incipiente Infraestrutura Urbana

As obras de infraestrutura em Aracaju iniciaram em 1872, com a implantação dos fios dos telégrafos. Em 1908 veio o abastecimento de água encanada de que não se tem registro das áreas inicialmente servidas, mas infere-se que a região do Quadro de Pirro deve ter sido a primeira a ter esse serviço dispensado em benefício da população que ali residia, até então abastecida por fontes espalhadas pela cidade. Depois, seguiram-se a energia elétrica e a rede de esgoto, em 1913. A oferta do bonde elétrico, em 1926, em substituição ao bonde movido a tração animal (1908-1926) e o início de funcionamento da Empresa Tração Elétrica de Aracaju (ETEA), atual Energisa.

Essas são as principais conquistas de infraestrutura da cidade, mas vale também destacar ações para promover o lazer. Em 10 de outubro 1909, fundou-se o Cotinguiba Esporte Clube, agremiação esportiva que começou com o remo e, em 1916, criou time de futebol, que disputou o primeiro campeonato sergipano série A1, no ano de 1918. A festa religiosa de Bom Jesus dos Navegantes, iniciada em 1º de janeiro de 1857, permanece até os dias atuais.

As obras de embelezamento de Aracaju se caracterizaram na pavimentação das ruas consolidadas. Em 2 de abril de 1919, pelo Decreto Estadual nº 688, aprovou-se projeto de embelezamento da avenida Rio Branco, incluindo obras do cais de proteção e a balaustrada correspondente à frente da praça Fausto Cardoso e remodelação da entrada da Ponte do Imperador, em 1926. Em seguida, cais e ba-

laustradas foram levadas para o sul, até a rua Estância e, para o norte, até a Alfândega, criando a primeira barreira física entre a cidade e o rio e consolidando importante eixo de ligação norte-sul.

Outra importante obra ocorreu na rua do Barão, atual João Pessoa, que teve seu calçamento realizado também em 1919, desde a praça Fausto Cardoso até a Estação Ferroviária (1913), soando como preparativo para os festejos do centenário da Emancipação Política de Sergipe, no ano seguinte. As obras do jardim de Olímpio Campos e da praça Fausto Cardoso já tinham sido realizadas em 1907 e 1912.

Não foram encontradas informações sobre a erradicação de ocupações de baixa renda, como aconteceram em outras cidades promovida pelos planos de embelezamento. Infere-se que ela nunca chegou a se consolidar nessa área, fruto das posturas municipais, do controle e da fiscalização já exercidos sobre o Quadro de Pirro.

O calçamento foi feito com paralelepípedos de rochas magmáticas, identificadas aqui em Sergipe pelo italiano Rafael Alfano, que chegou com o grupo de italianos para as obras de embelezamento da cidade. Pouco tempo depois, começaram a ser usados os paralelepípedos da cidade do Tomar do Geru, de melhor qualidade, escolhidos também por Alfano (PORTO, 2011).

Quando Aracaju começou a se expandir para além do Quadro de Pirro, esse avanço seguiu a mesma estrutura das ruas já existentes, mas se adequou aos condicionantes geográficos, graças ao projeto de saneamento elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito[100] (1923),

100 Francisco Saturnino Rodrigues de Brito ou Saturnino de Brito (como é mais conhecido) foi um dos maiores expoentes do urbanismo brasileiro e até hoje é referência para os estudos urbanos e da paisagem das cidades para as quais rea-

na gestão de Mauricio Graccho Cardoso, e alguns acidentes geográficos que serão vencidos mais à frente em nossa linha do tempo, a exemplo do desmonte do Morro do Bonfim (década de 1960).

No Quadro de Pirro, foram construídos, nesse período, todos os edifícios públicos necessários para a consolidação da cidade, sua malha viária urbana, os serviços de infraestrutura (água, energia, telegrafo e transporte) e quatro dos doze edifícios escolares construídos com essa finalidade nesse marco temporal.

Como signo desse marco inicial, adotei as três praças atualmente designadas de Fausto Cardoso (localizada na margem do rio Sergipe), inicialmente identificada como praça do Império ou do Mercado ou do Palácio; ao centro, a Benjamin Constant, atual Almirante Barroso, e, na extremidade leste, a Olímpio Campos, inicialmente identificada como praça da Matriz ou da Catedral, alinhadas com a ponte do Imperador, criando a nossa ágora, ilustrada na figura 20 e identificada como o primeiro vetor Leste-Oeste: Praças.

Nessa fotografia (1924), percebe-se a demarcação dos canteiros e a arborização das praças Fausto Cardoso e Almirante Barroso, com a aleia[101] de palmeiras que se interliga com a entrada principal da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. A praça Olímpio Campos apresenta, ao fundo da igreja, áreas alagadas, presença ainda marcante na paisagem da cidade. Entre o edifício da igreja matriz e o jardim Olimpio Campos, na parte central, inaugurou-se a estátua

lizou projetos: Vitória (1895-1896), Campinas (1896-1897), Petrópolis (1898), Campos dos Goytacazes (1902-1903), Santos (1905-1910), Recife (1910-1917), João Pessoa (1913), Pelotas (1926-1929) e Aracaju (1923). (FARIA, 2015).

101 Aleia - Caminho ladeado de árvores da mesma espécie (CHING, 2003).

do monsenhor Olympio de Souza Campos, em 16 de julho de 1916.

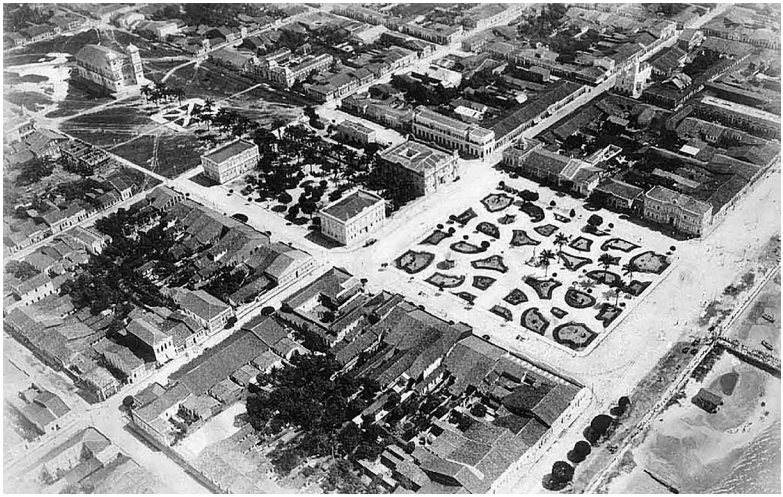
Os quatro edifícios construídos na praça Almirante Barroso - o primeiro da esquerda, com a face principal voltada para a praça Fausto Cardoso - Assembleia Legislativa (1); o segundo, na extremidade oposta o Palácio do Governo (2) e seu anexo (3), ao fundo na lateral com a travessa Benjamin Constant. Ao fundo da Assembleia, na face com a praça Olímpio Campos, o primeiro edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense (4), já reformado, com o segundo andar abrigando nesse momento a Biblioteca Pública. Na extremidade norte da praça Fausto Cardoso com o rio Sergipe, a Delegacia Fiscal (0), antigo Palacete Provisório, que, reformado em 1906, alterou seu estilo para o eclético.

A praça Fausto Cardoso recebe essa denominação no primeiro semestre de 1912, quando, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, sancionou lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade para Fausto Cardoso, e, em 15 de agosto, os restos mortais do deputado foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do monumento, inaugurado em 8 de setembro e cercado pelos novos jardins com dois coretos em estilo art-noveau.

A ideia de construir monumento a Fausto Cardoso foi de Siqueira de Meneses durante a campanha para suceder Rodrigues Dória. Em abril de 1911, presidida por Olegário Dantas, surgiu uma comissão promotora do monumento, que se empenhou em arrecadar fundos para a realização da obra. Em novembro de 1911, os promotores da campanha celebraram o contrato com o escultor italiano Lorenzo Petrucci. Após a assinatura, foi necessário fazer a escolha do local

onde o monumento seria erguido. Em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano. A estátua tem braço estendido em gesto de oratória, e a mão segura chapéu. Em sua base, além dos restos mortais do homenageado, encontram-se os de Nicolau Nascimento, outro personagem importante da revolta. Na coluna, lê-se a frase: Vou morrer defendendo a honra de minha terra. O monumento foi o primeiro de Sergipe com estátua em local público.

**Figura 20** – Vista Aérea Vetor Leste-Oeste - Praças (1924)



Fonte: Palácio Museu Olímpio Campos - Acervo Lineu Lins

A Escola Normal instalada em prédio eclético, inaugurado pelo presidente Rodrigues Dória e localizado na praça da Matriz, atual

Olímpio Campos, nº 769, onde funcionou até a década de 1950. Apesar de sua identificação estar bastante comprometida, em função da distância da fotografia aérea, não se pode deixar de registrar esse edifício na composição desse espaço do poder político, religioso, cultural, educacional e de lazer.

A figura 21 ilustra a praça Fausto Cardoso (1931). Em primeiro plano, podem-se observar os canteiros que delimitam o espaço do jardim e do passeio, demarcação típica do jardim francês, composição sinuosa, os dois coretos, os postes da rede elétrica e de iluminação; na lateral esquerda, a estátua de Fausto Cardoso e três palmeiras imperiais em frente ao antigo palacete.

Na rua lateral direita, atual travessa Benjamin Constant, pode-se observar o bonde elétrico e, ao fundo, a ponte do Imperador, construída inicialmente de madeira, foi o píer de atracação para o desembarque de D. Pedro II em 1860, e que nesta imagem já apresenta as reformas de embelezamento ocorridas em 1926, que incluiu as duas pilonas ornamentadas e encimadas por duas estátuas de índios - projeto de Hugo Bozzi.

**Figura 21** – Praça Fausto Cardoso (1931)




Fonte: BDN - Casa Amador, 1931 - Album Fotográfico de Aracaju, pg. 6

Outro edifício, emblemático das mudanças ocorridas nesse vetor e do dinamismo por qual a cidade se consolidou e se modernizou, pode ser percebido no antigo palacete da Presidência, identificado no mapa de 1857, reaparece com o nome de Tesouraria da Fazenda, no mapa de 1868, e, na figura 22, como Delegacia Fiscal. Passou por reformas alterando seu estilo para o eclético em 1906, atualmente está fechado; seu último uso foi sediar a Secretaria do Ministério da Fazenda.

**Figura 22** – Delegacia Fiscal



Fonte: BDN - Casa Amador - Album Fotográfico de Aracaju pg. 11

Aracaju nasceu projetada, porém anárquica e desarticulada de política de planejamento urbano e ambiental, esse era o padrão da época, mas sujeita a controle do uso e ocupação do solo, imposto por legislação que serviu de instrumento de especulação e valorização imobiliária e de segregação espacial, uma vez que o Quadro de Pirro mantinha em seus domínios apenas os que podiam arcar com os custos dessa transformação.

A figura 23 apresenta tomada aérea de Aracaju em 1931. Tem-se vista panorâmica da cidade de Aracaju a partir do morro do Urubu: a planície flúvio-marinha, o rio Sergipe, a vegetação nativa, o porto com embarcações, a descontinuidade do núcleo central (Quadro de Pirro) com a estação de trem, os trapiches e as fábricas de tecido e, mais próximo do morro, a área conhecida como Chica Chaves, atual Bairro Industrial.

**Figura 23** – Vista Aérea – Morro do Urubu (1931)




Fonte: BDN - Casa Amador - Album Fotográfico de Aracaju, pg. 4

Com base nessas informações e outras que se foram somando, julgou-se necessário sistematizá-las e organizá-las em torno de três marcos temporais para este recorte, que tem início em 1855, com o decreto de fundação da cidade, e se estende até o final da gestão de Mauricio Graccho Cardoso, em 23 de outubro 1926. O primeiro marco, designado CONQUISTA, encerra-se em 1872 com a inauguração do primeiro edifício-escola projetado para receber o Atheneu Sergipense; o segundo, VICISSITUDE, abrange o período de 1872 a 1908, quando se inauguram o sistema de abastecimento de água

e o bonde movido a tração animal; o terceiro, EFERVESCÊNCIA, estende-se de 1908 a 1926, período em que ocorre a inauguração de 11 (onze) edifícios-escola - os grupos escolares (6), a Escola Normal, o Atheneu Sergipense (2º localização e 3º localização), Instituto de Química e o Liceu Profissional Coelho e Campos.

O primeiro período - **1855 a 1872 - Conquista** - inicia-se com o decreto de fundação da cidade e se encerra com a inauguração da primeira sede do edifício-escola do Atheneu Sergipense e tem como características:

- alternância de poder - continua a política de enviar para a Província administradores sem vínculo com o local e de permanecerem pouco tempo no cargo, o que irá perdurar até o final do Império;
- aporte de recursos públicos e privados para garantir a fixação da capital nesse local;
- desmonte de morros e dunas, aterros e destruição dos ecossistemas de manguezais - ações antrópicas que foram prática em todas as fases que sucedem esta;
- construção dos primeiros prédios para garantir a oferta dos serviços públicos administrativos; movimento do porto com a exportação do açúcar, base da economia sergipana, e a importação de todos os produtos necessários para o cotidiano dos habitantes.

O segundo período **- 1872 a 1908 - Vicissitude** - tem início com a inauguração do primeiro edifício-escola do Atheneu e se encerra com a inauguração da oferta do abastecimento de água e da primeira linha de bonde movido a tração animal e se caracteriza por:

- crescimento da cidade fora do Quadro de Pirro impulsionado por seus novos habitantes vindos da zona rural à procura de emprego nas fábricas;
- déficit nas finanças públicas;
- dificuldade de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade provocada pela seca;
- início da industrialização da cidade.

O terceiro período - **1908 até 1926** - Efervescência - inicia-se com a inauguração da primeira linha de bonde tração animal e se encerra em 23 de outubro de 1926, com o final da gestão do presidente Mauricio Graccho Cardoso e se caracteriza por:

- organização da oferta do ensino primário com a inauguração de 5 grupos escolares na cidade, além da Escola Normal; ampliação do espaço físico do Atheneu Sergipense (1926) e diversificação das instituições de ensino com o Liceu Profissionalizante Coelho e Campos (1923), Escola de Comércio Conselheiro Orlando[102] e o Instituto de Química Industrial (1924);
- reformas de embelezamento, consolidação dos espaços urbanos e ampliação das áreas periféricas;
- inauguração do Mercado Modelo (atual Antônio Franco), Associação Comercial, Instituto Parreira Horta e Hospital de Cirurgia;

102 Localizada no mesmo edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense na praça Camerino.

- operações com o bonde elétrico e ampliação do número de linhas.

A apropriação dessas informações sobre a cidade de Aracaju e seus primeiros 70 anos de história impõe três percepções: a primeira, as práticas de dominação e alteração do meio natural - os aterros e desmontes; a segunda, a demora e dificuldade na oferta da infraestrutura urbana; a terceira, as obras de embelezamento das áreas centrais e nobres, ocupadas pelas instituições políticas, institucionais, educacionais, culturais e religiosas, o comércio e a moradia da elite a partir do início do século XX.

Montar esse mosaico permitiu compreensão do avanço da ocupação urbana, desde 1855. Na figura 24 - Vista Aérea de Aracaju (1971), tem-se vista panorâmica da cidade de Aracaju a partir do rio Sergipe. Apesar de a imagem não estar circunscrita no marco temporal objeto deste trabalho, percebe-se que a configuração espacial urbana da área central pouco se alterou, comparada com o que ilustra a figura 21, confirmando a visão de que os elementos ainda estão perceptíveis e auxiliam a compreensão dos fatos aqui apontados e corroboram a identificação dos fatores que articularam a localização dos principais edifícios públicos com a infraestrutura implantada a partir do início do século XX.

**Figura 24** – Vista Aérea de Aracaju (1971)



Fonte: Biblioteca IBGE

Essa imagem comprova que o núcleo central da cidade, planificado pelo engenheiro Sebastião Pirro, no Quadro de Pirro, com traçado ortogonal que previa a ordenação desse território, com a delimitação de ruas e quadras quadradas, teve no encontro com o rio Sergipe, a primeira linha visível dessa acomodação, a incorporação desse e de outros limites físicos impostos pelos condicionantes naturais do sítio, que tiveram implicação na adaptação e modificação da cidade.

Segundo Zevi (1996),

> [...] a grande redenção do século XIX realiza-se nos espaços exteriores, isto é, na urbanística. Diante dos grandes fenômenos que se seguem à Revolução Industrial, e, principalmente, do urbanismo e do advento dos novos meios de locomoção, [...] defronta-se com os problemas do espaço urbano (ZEVI, 1996, p. 120),
>
> e que "[...] comandam os gestos e as condutas dos seus cidadãos e instituições, para formar e transformar essa nova identidade social, realidade percebida, construída, mostrada e reconhecida (ou negada) por este grupo social"(CHARTIER, 2002, p. 11).

Para ampliar essa visão, fez-se necessária a análise das linhas que permitiram a circulação de pessoas e de mercadorias, como elas se deslocavam na cidade, como os edifícios-escola se adequaram a esse panorama e o modificaram. "[...] Como a sociedade urbana se forma enquanto se procura" (LEFEBVRE, 2001, p. 7), o encontro entre a cidade e os edifícios-escola não deve ser entendido como via única, pois ele modificou a cidade e o edifício-escola também foi modificado pelas características da cidade – sistemas de circulação e dimensão da quadra/lote.

Mapear esses condicionantes permitiu a leitura da cidade e das intersecções que se formaram através dos caminhos e percursos dos alunos do ensino público primário, normal e secundário e dos indícios que foram sendo percebidos e registrados em mapas para poder progredir, dar novos significados e recontar essa representação.

Este segmento se subdivide, para apresentar a pesquisa filtrada e organizada sob os aspectos que moldaram Aracaju desde sua fundação. Apresenta os condicionantes urbanos embrionários, a localiza-

ção dos principais edifícios públicos e a circulação de bens e pessoas separados pelos meios de transporte utilizados no período.

## Embriões de Mobilidade Urbana

A ocupação do território brasileiro iniciou-se pela faixa litorânea, principalmente a partir das pequenas povoações, com acesso de mercadorias através de seus portos. Consolidaram-se como importantes centros urbanos, as cidades de São Vicente (SP), fundada em 22 de janeiro de 1532; Olinda (PE), fundada em 12 de março de 1535; Salvador (BA), fundada em 29 de março de 1549; São Luís (MA), fundada em 8 de setembro de 1612; Rio de Janeiro (RJ), fundada em 1 de março de 1565. Todas, exceto São Vicente, vindo a ser capitais de província. Uma das características dessa permanência eram as condições geográficas, a proximidade com fontes de água potável e a topografia que favorecia a construção das cidades-fortes para a proteção de suas encostas.

Deve-se analisar a mobilidade através da exploração das riquezas - o extrativismo do pau-brasil e a produção de açúcar -, tão importante para a implantação da economia e o fortalecimento da independência perante Portugal. A ocupação holandesa, ocorrida entre 1630 e 1654 na cidade do Recife, é passagem importante para destacar a cobiça de outros povos por nossas terras.

O primeiro meio de transporte utilizado por nossos colonizado-

res foram embarcações marítimas e/ou fluviais e foi no curso natural dos rios e do oceano Atlântico que as primeiras redes de abastecimento se consolidaram. Assim, de acordo com Ferreira (1957), o comércio era abastecido pelo sistema de navegação de cabotagem, na faixa Norte e Sul do país, respectivamente pelas bacias do Amazonas e do Prata. Outra bacia importante, a do rio São Francisco, não conseguiu exercer papel de ligação entre as regiões Nordeste e Sudeste, em virtude da difícil transposição da cachoeira de Paulo Afonso (BA).

Outro vetor de crescimento se deu através dos caminhos abertos pelos bandeirantes, com utilização de tração animal para transportar mercadorias e conseguir descobrir as minas de ouro e prata ou capturar e vender índios, como mão de obra escrava para a lavoura da cana de açúcar, em expedições de apresamento (ou preação). Tornam-se as primeiras vias de interligação entre o litoral e o interior, com destaque para a ligação entre São Vicente e São Paulo, e Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Sergipe se tornou independente mediante a Carta Régia de D. João VI, em 8 de julho de 1820. Com a emancipação do Estado de Sergipe em relação à Bahia, iniciou-se processo de fortalecimento econômico e urbano especialmente através do porto. A dependência da Bahia precisava ser interrompida e a submissão dos trapicheiros e a falta do comércio direto com o estrangeiro dificultavam ainda mais a forte concorrência provocada pela produção das colônias inglesas, que encareciam o nosso produto em mais de 400 réis por arroba por terem que ser despachadas via Salvador (NUNES, 2000).

A solução encontrada foi a criação da Companhia de Reboque a

Vapor a funcionar na barra do Cotinguiba, a maior em termos de produção na província. Capivara, Pedreiras e Porta das Redes, respectivamente nos rios Piauí, Vaza Barris e Sergipe, marcavam os limites da navegação marítima. Mas nesse encontro não existia porto, apenas pequena colina, com sua pequena povoação de pescadores e a capela de Santo Antônio do Aracaju. Assim, entende-se a mudança da capital para a barra da Cotinguiba e como o porto moldou essa ocupação.

## TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL

Sumacas e patachos, barcaças e vapores, tudo aproando em terras sergipanas. A navegabilidade se fazia principalmente entre os estuários, como ilustra a figura 25 - Portos Marítimos e Fluviais (1855), do rio Real (sul), do rio Sergipe e o do rio São Francisco (norte) por onde as mercadorias eram escoadas, vindas do interior por vias terrestres em lombo de burro e carro de bois; e por embarcações menores – canoas e saveiros -, que podiam adentrar na parte mais central do Estado, via navegação fluvial.

Os colonizadores se abasteciam de gêneros alimentícios e de riquezas da terra - açúcar, a importação era significativa, todos os produtos manufaturados e industrializados chegavam por via marítima. Assim, nasce a cidade-porto. Para consolidar a mudança, Inácio Joaquim Barbosa autoriza a construção, em novembro de 1854, da Alfândega, Mesa de Rendas Provinciais, Agência dos Correios e Subdelegacia Policial; “[...] pintou-se a Atalaia, o porto ia apare-

cer...” (PORTO, 1991, p. 16).

**Figura 25** – Portos Marítimos e Fluviais (1855

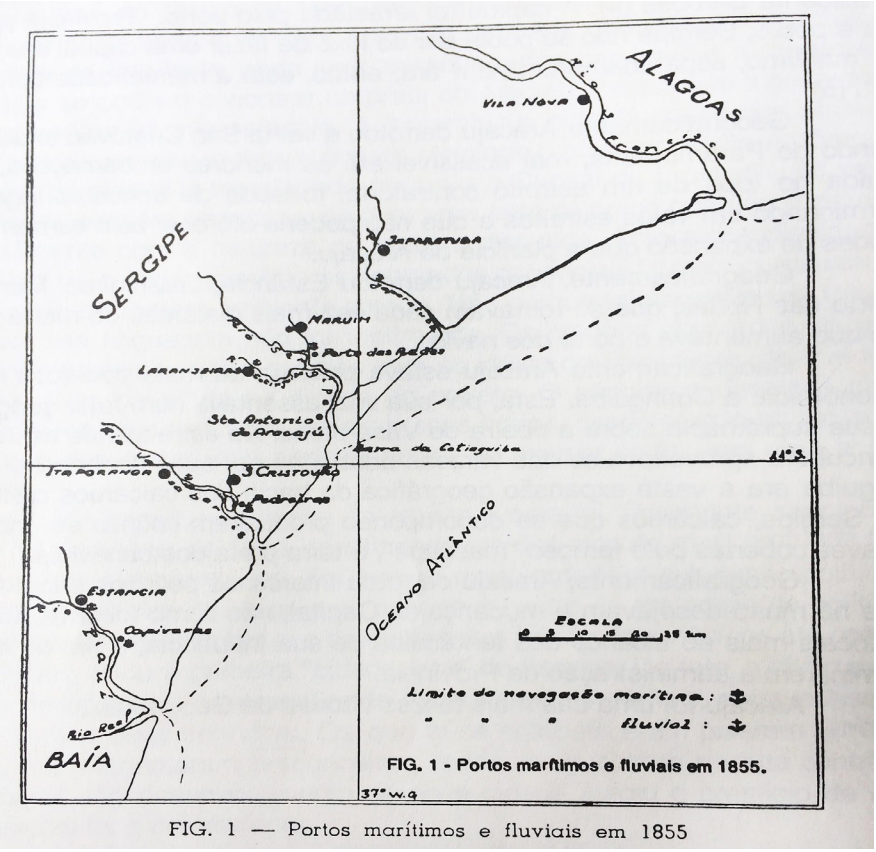



FIG. 1 — Portos marítimos e fluviais em 1855

Fonte: Porto, (1991, p.18)

Não se identificou nenhum documento descritivo ou cartográfico capaz de apresentar visão detalhada da configuração do porto,

pelas imagens escassas de sua fase inicial, percebe-se que toda a rua da Aurora (avenida Barão do Rio Branco), entre o trecho do Palacete Provisório e a Alfândega, era utilizada para o embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, bem como para realização da feira, que se estabeleceu nesse mesmo trecho.

Somente após a chegada das fábricas de tecido, em 1882, é que esse limite se expande mais para o norte, transpondo o riacho do Aracaju (atual canal Tales Ferraz). Porto (1991) e Silva (1992) concordam em que muitos dos nomes que eram utilizados para identificação desses elementos naturais caíram no esquecimento ou foram substituídos por outros. O livro de Porto (2011) faz resgate de alguns nomes antigos de Aracaju e contribuiu para a elaboração desta micronarrativa. A falta de preservação dos mapas dessa fase reforça a escassez de registros. O silêncio das fontes.

Explica-se este esquecimento: a toponímia transmite-se pela tradição e está para se estabelecer exige continuidade. A primeira população de Aracaju, constituída de advenas, não encontra em sua praia deserta um grupo humano que lhe transmitisse a toponímia local (PORTO, 1991).

O porto, como elemento de ligação e articulação entre a produção e o mercado consumidor, também deve ser entendido como elo entre os outros meios de transporte e a cidade de Aracaju, que nasceu com suas vias de 13,60 m de largura bem demarcadas. Segundo Porto (2011), a primeira rua locada no chão aracajuano foi a rua da Aurora (atual avenida Ivo do Prado e Rio Branco), conhecida popularmente como rua da Frente. Alguns apontam o nome Aurora como alusão a

seu posicionamento na face leste, onde o sol desponta nas primeiras horas do dia.

Observa-se o traçado do Plano de Pirro, com suas ruas ortogonais e simétricas e a via, atual av. João Rodrigues, que interliga os dois pontos, o primeiro no limite noroeste, atuais rua Apulcro Mota e travessa João Quintiliano da Fonseca, formando o Largo Esperanto; o segundo, a pequena povoação de Santo Antônio do Aracaju, atual Colina do Santo Antônio, denominada de Estrada Nova, ladrilhada em 17 de abril de 1857, com 60 palmos e 706 braças até a porta da igreja, iniciando na Fonte do Coqueiro, que, a partir de 1922, recebeu o nome de avenida da Independência, alterada para avenida João Ribeiro, em 1933, quando de sua duplicação (PORTO, 1991).

## FEIRA E MERCADO

Com o porto, a feira livre ocupou, figura 26 - Feira da Colônia, o primeiro trecho da rua Laranjeiras e adjacências até a rua da Frente, expandindo-se progressivamente até atingir o trecho entre o antigo Palacete Provisório até a Alfândega. A agricultura nesse momento era de subsistência, o que impunha a entrada de gêneros alimentícios via porto, por isso a proximidade entre as vias de chegada e de escoamento e a primeira população que se fixou no Quadro de Pirro.

> O primeiro trecho era conhecido como ‘feira da colônia’, onde se vendiam potes, panelas e outros utensílios da cha-

> mada “louça de barro”; “cocos” de beber água, cabides, espanadores e demais artigos fabricados na Penitenciária local; purga de bucha, milhome e outra especialidade da farmacopeia silvestre; bananas, melancias, legumes. No trecho mediano, o segundo, charque, carne do sol e salgados, queijos e requeijões. No terceiro trecho, conhecido como ‘cais da lenha’ ou ‘feira da lenha’, também eram vendidos tijolos e telhas, e por fim, junto ao antigo casarão da Alfândega, o ‘cais da cana’, que funcionava diariamente, ao contrário da feira semanal. Farinha e cereais estavam no primeiro trecho da Rua de Laranjeiras (PORTO, 2011, p. 87).

**Figura 26** - Feira da Colônia.



Fonte: Porto, (2011, p.81)

Percebe-se como essa ligação rompeu a ortogonalidade do traçado das ruas estabelecida por Pirro no início de sua formação e como o formato das quadras ortogonais vai sendo rompido depois

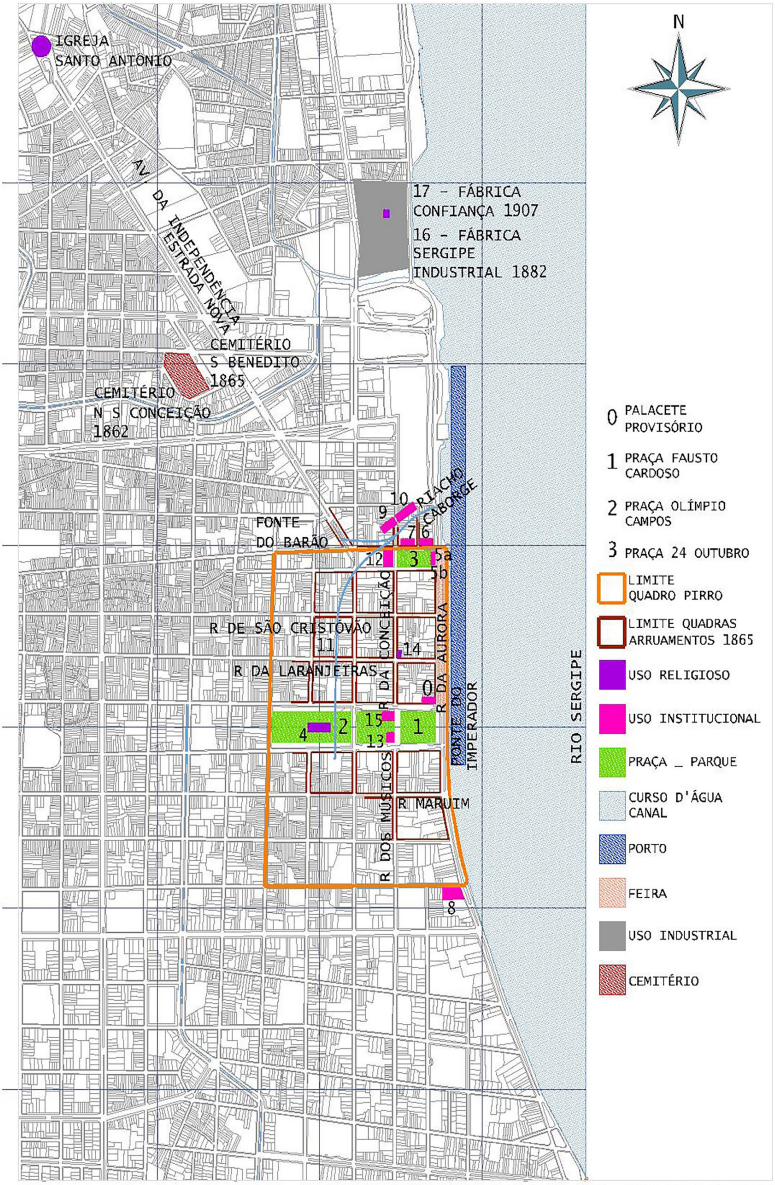
de ocupado esse limite, ocupação mais espontânea, que se acomodou aos contornos e acidentes geográficos e impôs novo traçado entre a cidade projetada e a cidade consolidada. Localizam-se também as primeiras indústrias têxteis - Fábrica Sergipe Industrial, que aqui se instalaram em 1882, e a Confiança, em 1907.

Não há, no entanto, nenhum registro oficial dessa denominação. Elaborou-se o mapa 7 - Feira e Porto de Aracaju, na ocupação do espaço físico no final do século XIX, para perceber essas linhas urbanas.

As condições de comercialização e operação da feira semanal somente serão modificadas quando da inauguração do mercado Antônio Franco, prédio mais antigo do atual conjunto dos três edifícios. Leva o nome do empresário que financiou sua construção, Antônio do Prado Franco e, desde sua inauguração em 1926, é um dos símbolos da cidade, com seu emblemático relógio central, como ilustrado na figura 27.

As mudanças dos meios de transporte efetuadas a partir da construção das primeiras estradas de ferro no Brasil, em 1850, reorientam radicalmente o modo de movimentação das riquezas. Assim, segundo Ferreira (1957), após muitos anos utilizando o rio como meio de transporte entre o local da produção e o mercado consumidor, principalmente com a exportação do açúcar e do café, a base é alterada e, em vez de ser ampliada, é abandonada em razão das limitações existentes.

Mapa 7 - Feira da Colônia e Porto (década de 1910)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

**Figura 27** - Mercado Antônio Franco




Fonte: Casa Amador – Libório Gândara

## LINHAS DE BONDE

Com a intensificação das ocupações urbanas e o aumento progressivo das indústrias, as linhas de trem passaram a exercer papel de destaque. A evolução dos diferentes sistemas de transporte precisou ser analisada não só no contexto da ligação a grandes distâncias e centros urbanos, mas quando as cidades começaram a atrair maior número de moradores e estes precisaram se deslocar em menores distâncias. Assim, surgem os bondes - bonds, termo utilizado em muitas cidades brasileiras para designar os carris, palavra portuguesa traduzida do termo em inglês tramways. Em Aracaju, iniciou-se com os horsecars, bondes movidos a tração animal, parelha de burros, com

lotação máxima de vinte passageiros.

> [...] a Empresa Carris Urbanos (1908 - 1919) inaugurou em 24 de outubro de 1908 um bondinho mula em Aracaju. A linha inicial de 1,3 km, com o trecho partindo da Praça Fausto Cardoso, passando pela Rua Itabaianinha e chegando até o Cemitério Santa Isabel. Os horsecars da cidade foram adquiridos em segunda mão da cidade de Salvador (Bahia), que começou a eletrificar suas linhas em 1897. Em 1920, 55 animais estavam puxando 17 bondes em 13 km de bitola de 800 mm em Aracaju (MORRISON).

Em 1924, a Empresa Tração Elétrica de Aracaju (ETEA), atual Energisa, é formada por

> [...] um grupo de capitalistas locais que assinou um contrato com João Andrade de Almeida & Companhia de Salvador, que era um agente da Siemens-Schuckertwerke de Berlim. Os engenheiros alemães encomendaram uma frota de 10 vagões de passageiros e dois vagões motorizados da Van der Zypen&Charlier em Colônia (Alemanha) para operar as linhas em Aracaju, que passariam a ser eletrificadas a partir de 1926. A primeira linha de bonde elétrico em Aracaju correu do centro da cidade ao norte até as lojas e garagem da Empresa Tracção Electrica, no distrito Industrial. A bitola da pista era de um metro. Dínamos, turbinas, trilhos, arames e outros materiais começaram a chegar ao Brasil no final de 1924. Os 10 carros de passageiros e dois carros de trabalho chegaram em dezembro de 1925. Os primeiros testes na linha ocorreram em março de 1926, o serviço de receita começou em 2 de junho e o bonde elétrico de Aracaju foi formalmente inaugurado em 13 de agosto de 1926, na presença de Washington Luís Pereira de Souza, o recém-eleito Presidente do Brasil (MORRISON).

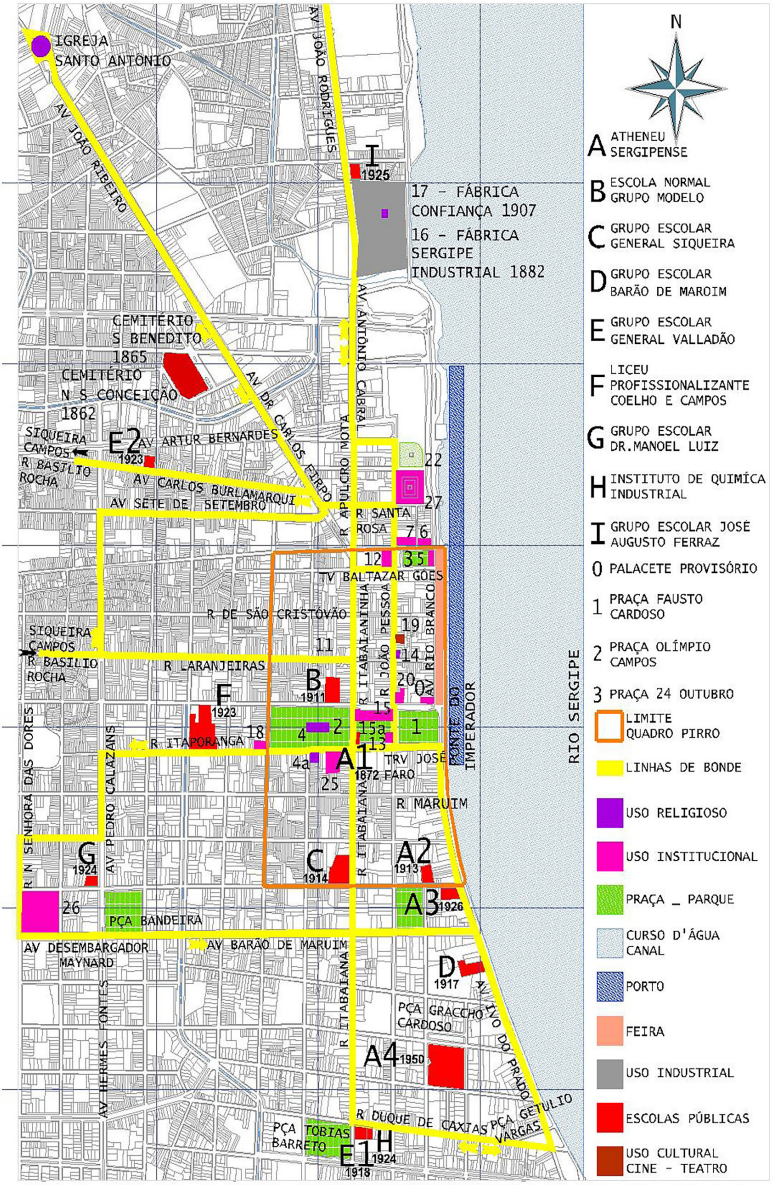
Esses registros, com o mapa de Aracaju e as linhas de bondes elétricos retirados do site de Allen Morrison, tornaram-se a fonte principal para desenhar e interpretar o sistema de bondes estruturado em 6 linhas. Elaborou-se o mapa 8 - Linhas de Bonde de Aracaju (1908-1951), seguindo o mesmo princípio dos anteriores, desenvolvidos para ilustrar o avanço da consolidação urbana no território do Quadro de Pirro e suas áreas adjacentes.

A operação de bondes passou em 1936 para os serviços públicos de luz e força. Em 1951, esse sistema foi abandonado, com o aumento da circulação de automóveis e marinetes na cidade.

Percebe-se que o traçado das linhas ocorre justamente nas áreas mais consolidadas do espaço urbano e aponta a presença de alguns equipamentos urbanos como vetores desta ligação. Apesar de não existir identificação das linhas no mapa de Morrison nem a data de sua abertura e fechamento.

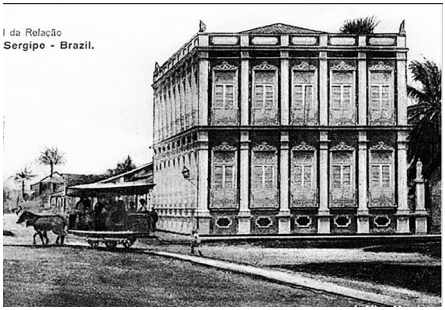
O site de Allen Morrison na internet tem como ponto forte seu extraordinário acervo de imagens sobre os bondes na América Latina e algumas imagens de Aracaju. Selecionaram-se duas que se distinguem pelo tipo de tração, a primeira, na década de 1920, a segunda, na década de 1930, como ilustram as figuras 28 e 29.

Mapa 8 - Linhas de Bonde (1908 - 1951)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

**Figura 28** - Bondes Tração Animal em Aracaju (década de 1920)




Fonte: Allen Morrison

**Figura 29** - Bondes Tração Elétrica em Aracaju (década de 1930)



Fonte: Allen Morrison

## AUTOMÓVEIS

O primeiro automóvel chegou a Sergipe em 1913; até a década de 1920 não existiam revendedoras de automóveis, todos eram trazidos de outras localidades, e os jornais anunciavam a venda de

veículos usados (MAYNARD, 2009). Era preciso normatizar a convivência conflituosa entre os pedestres, bondes e automóveis. Por isso, em 1912, o Código de Posturas proibiu estacionar nos passeios, abandonar veículos em qualquer lugar e parar em pontes, pontilhões e bueiros, conforme consta na 3ª seção do capítulo II.

Segundo Pesavento (1995), é através da materialidade das formas urbanas que se identifica sua representação icônica preferencial ou hegemônica, seja pela arquitetura das edificações, seja pelo perfil ou silhueta do espaço construído, seja ainda pela malha de artérias e vias a entrecruzar-se em uma planta ou mapa. E de posse dessa representação, esses traços não podem apagar os conflitos e as contradições daqueles que viveram aqui.

A cidade não possuía condições favoráveis para a circulação de veículos motorizados. Somente a partir das obras de embelezamento e melhorias da infraestrutura urbana, iniciadas em 1919, para as comemorações do centenário de emancipação política de Sergipe, calçaram-se as principais ruas e avenidas com pedra bruta.

O Código de Posturas de Aracaju de 1926 determinou, no segundo capítulo, como deveria ocorrer o trânsito de veículos. "[...] Apesar de querer regulamentar o trânsito de pedestres e veículos para evitar acidentes, as cidades contavam ainda com um grande número de veículos a tração animal, ou mesmo equinos e muares que eram usados como meio de transporte" (MAYNARD, 2009, p. 149).

A oferta crescente de automóveis e as transformações ocorridas na cidade atestam o sucesso desse tipo de transporte, que se expandiu a partir da década de 1950, privilegiando a mobilidade por meio de

transporte individual motorizado.

## TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A primeira e única estrada de ferro que alcançou Aracaju chegou em 1913, como extensão do ramal de Timbó[103], que, em 1887, ligou a estação de São Francisco, em Alagoinhas, à cidade de Timbó, atual Esplanada, estendendo-se, em 1915, de Aracaju até a cidade de Propriá, às margens do rio São Francisco.

Segundo Porto (2011), a estação, ilustrada na figura 30, foi locada nas proximidades da rua do Araçá e era ponta de linha. O edifício da primeira estação ficava sobre plataforma elevada com rampas nas extremidades. Construído com linhas arquitetônicas muito simples, na fachada sul, voltada para a praça Inácio Barbosa, havia frontão mais rebuscado, para marcar a entrada principal, ladeado por duas pequenas plataformas de dimensões bastante modestas, com alpendre, para proteger as pessoas da chuva, com telhado aparente e mão francesa[104].

103 Inicialmente administrada pela Compagnie des Chemins de Fer Federaux du l'Est Brésilien (1913-1922); e depois pela Companhia Ferroviária Este Brasileiro (1922-1935); Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (V. F. F. Leste Brasileiro) (1935-1975); Rede Ferroviária Federal (RFFSA) (1975-1996); Companhia Ferrovia Centro Atlântico (1996 até os dias atuais).

104 Mão Francesa - peça disposta obliquamente unindo dois elementos da construção para reforço da estabilidade de um deles. Aqui ela está apoiando a ripa do beiral até o frechal. Também conhecido como escora (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

**Figura 30** - Estação de Trem de Aracaju (1923)



Fonte: Revista Ilustração Brasileira de 2 de junho de 1923

Constitui edifício com pavilhão central que podia receber o trem pelo lado sul ou norte e se caracteriza pela simetria. Seu acesso ao interior é reforçado por platibanda que esconde o beiral do telhado, posicionado no centro do edifício.

A entrada principal da estação apresentava três frontões com cimalha e modenatura simples, dois frontões abatidos[105], com três pináculos, em formato pinha alongado no arremate de cada pilar, posicionados nas extremidades e no ponto mais alto do arco. No centro, o frontão mais alto, com o arco abatido, encontra-se um óculo e uma marcação em alto-relevo, acima da entrada principal com a inscrição

105 Frontão abatido - contorno tem a forma aproximada de um arco abatido ou de um triangulo obtusângulo acentuado. Também conhecido como frontão esparramado (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

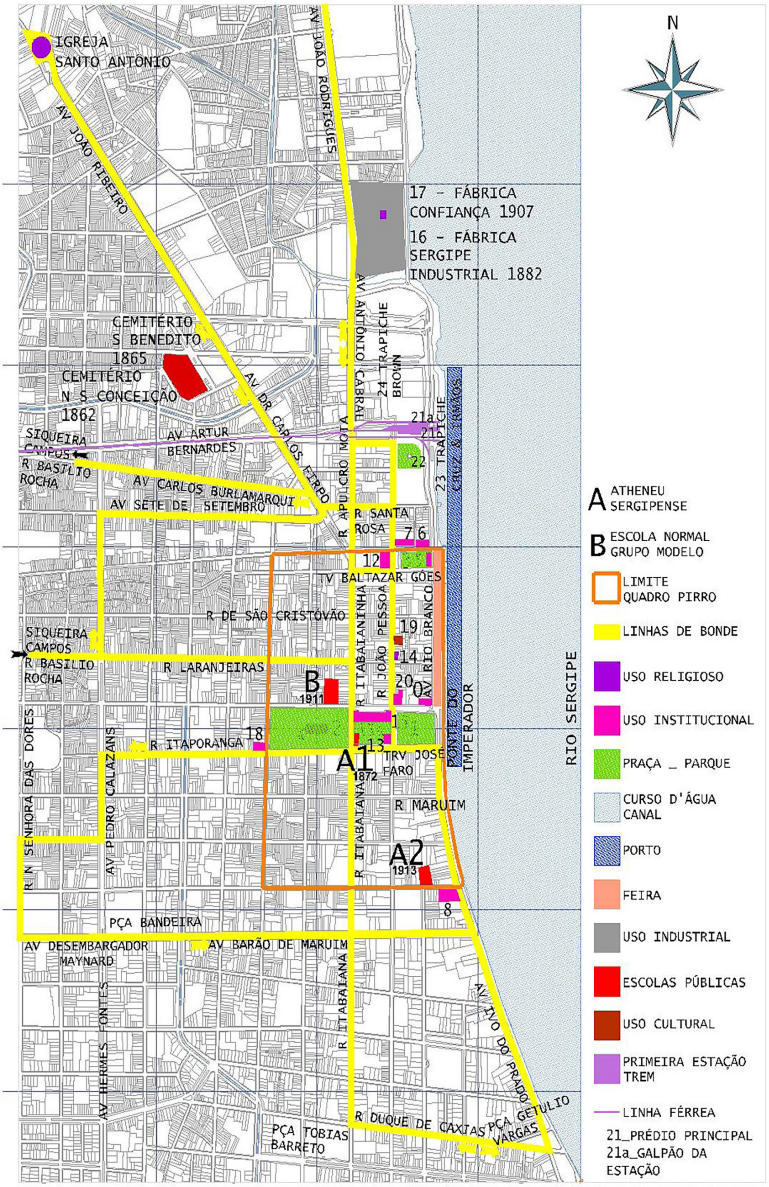
"ARACAJU - 1911" (data de sua construção). No arco superior outro pináculo. No vão de abertura de acesso da porta principal, entre as ombreiras do vão, encontra-se arco de meio-ponto ou pleno. Patamar de chegada, para demarcar a escadaria externa, existia diferença de nível entre a calçada e a plataforma. Em estilo neoclássico, com suas colunas destacadas em meio-relevo do pano da alvenaria, com cornija e moldura. Continha, segundo Melins (2001), salões para passageiros de 1ª e 2ª classes; salão de bilheteria; sala de telégrafo; inspetoria e alguns sanitários.

Segundo Jesus (2017), a primeira Estação de Trem em Aracaju se localizava entre os atuais mercados Tales Ferraz e Albano Franco, próximo ao antigo cais do porto fluvial da rua da Frente (atual avenida Rio Branco com avenida Coelho e Campos), nas imediações do antigo Trapiche Brown (atual mercado governador Albano Franco) e entreposto ou Trapiche Cruz & Irmãos, em frente à praça Pereira Lobo (atual mercado Thales Ferraz - 1949), conforme ilustrado no mapa 9. O trem chegava à estação, que se enquadrava como tipologia terminal ou de ponto final, pela antiga avenida Artur Bernardes (atual Coelho e Campos).

A estação operava passageiros e mercadorias, sendo os principais produtos ali embarcados agrícolas (açúcar, algodão e coco); animais de tração (cavalos) e maquinário (tratores). Essa estação de trem também interligava o transporte marítimo através do porto fluvial, com a chegada e saída de produtos via oceano, ampliando o fluxo de mercadorias com as outras linhas que se interceptavam em Timbó e Propriá.

Essa estação ferroviária, tinha, na fachada norte, em toda a extensão do edifício, uma segunda plataforma, com alpendre que se posicionava em frente ao galpão de locomotivas, e armazém de expedição e recepção de mercadorias, um galpão de linhas simples; ao fundo deste, localizava-se o Trapiche Brown (JESUS, 2017). O prédio das oficinas de reparo de locomotivas e vagões da ferrovia ficavam no bairro Aribé (atual Siqueira Campos), que depois viria a abrigar a segunda estação de trem, inaugurada em 7 de setembro de 1950 e desativada em 2013.

Mapa 9 - Primeira Estação de Trem (1913)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

A linha Estrela do Norte (Salvador - Aracaju - Propriá), expresso de luxo que trafegava por extensão de 320 km, seguia o seguinte roteiro: Salvador - Simões Filho - Camaçari - Dias d'Ávila - Mata de São João - Pojuca - Catu - Sítio Novo - Alagoinhas - Entre Rios - Esplanada - Rio Real - Cardeal da Silva - Aracaju - Rosário do Catete - Propriá. Aos domingos, quartas e sextas o trem chegava da Bahia e partia com destino à cidade de Propriá. Às terças, quintas e sábado, o trem chegava de Propriá e partia com destino à Bahia (MELINS, 2001). As informações sobre horários e valor das passagens eram amplamente divulgadas nos jornais sergipanos e baianos.

Identificam-se, na narrativa apresentada por Jesus (2017), algumas críticas sobre as condições da estação, principalmente em relação a seu formato e tamanho e aos atrasos constantes nos horários de chegada e partida, o que ensejou que, na década de 1940, surgisse corrente na imprensa local para a mudança da localização do edifício para mais bem acomodar os usuários e armazenar cargas. Outra preocupação apresentada pelo autor refere-se à ligação que a estação tinha com a linha de bondes que ligava a Estação à praça Pinheiro Machado (atual Tobias Barreto), cobrindo percurso de grande concentração populacional, conforme ilustrado no mapa 5 - Linhas de Bonde.

Durante os primeiros 30 anos de funcionamento dessa estação, ela impulsionou seu entorno, no eixo norte, as novas indústrias (fábricas de tecido), a área comercial e a feira no centro; no eixo sul, o polo político-administrativo nas três praças centrais (Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos) e, no eixo oeste, o bairro

Aribé.

> Como não havia espaço suficiente na Estação para se fazer o retorno das locomotivas, porque se tratava de uma estação final ligada ao Porto fluvial, as manobras eram efetuadas no local das Oficinas da Ferrovia, localizadas no Bairro Aribé (atual Siqueira Campos), a cerca de dois quilômetros da Estação, e os comboios voltavam em marcha a ré para a Estação. Quando os trens chegavam à Estação Ferroviária e seguiam para o Norte do Estado, paravam na parte da frente da Estação; os que seguiam com destino ao Sul do Estado, paravam na parte do fundo da Estação (JESUS, 2017, p. 46).

Depois da inauguração da segunda estação, em 1950, a primeira foi desativada para embarque e desembarque de passageiros, passando a operar somente embarque e desembarque de cargas até 1968. A partir da década de 1970, a área e seu entorno sofreram processo de degradação urbanística que se agravou com a demolição do edifício em 1976. Somente com a construção do atual mercado governador Augusto Franco, no final da década de 1990, a área foi reurbanizada pelo poder público.

Apesar dos diversos planos elaborados entre 1869 e 1882, através das técnicas de circulação disponíveis: estradas, vias férreas e vias fluviais, cada um, a seu tempo, defende proposta de circulação para o Brasil: integração prioritária no sentido leste-oeste ou norte-sul, a ligação das vias férreas com os portos litorâneos ou com as nascentes dos rios, divisão das bacias hidrográficas e suas interconexões, trilhos feitos de madeira ou outros materiais, bitolas largas

ou estreitas para as vias férreas. Pouco se concretizou e, ainda hoje, sente-se o reflexo, as poucas ações efetivadas se pulverizaram e se fragmentaram, reforçando a sensação de descontinuidade tão presente até os dias atuais.

Em Sergipe isso também foi - e é - realidade, a mudança de prioridades no sistema de transporte, que se iniciou com o fluvial, seguido do ferroviário e por último o rodoviário, demonstrou como esse abandono foi prejudicial à interligação entre as localidades e as comunidades.

A evolução dos meios de transporte reverbera na cidade através das diversas ligações e descontinuidades geradas, que comprometem a mobilidade dos usuários do espaço urbano. Assim, identificar essas ligações fez o olhar focar nessas linhas, cicatrizes urbanas que podem ser percebidas até os dias atuais. Apresenta-se panorama das interferências geradas por cada tipo de transporte, primeiro, transferência da capital - Ligação Fluvial – Porto; segundo, bonde com tração animal e depois elétrico; terceiro, trem e, por último, automóvel. Não se considerou o transporte realizado através das "marinetes", por não estar no marco temporal delimitado.

Segundo Santos (2014), Aracaju assumiu centralidade em relação aos outros centros urbanos, perceptível através do Mapa de Distâncias de Sergipe, elaborado pelo Engenheiro Francisco Pereira da Silva por ordem do presidente Manoel da Cunha Galvão, em 1860, e publicado, em 9 de maio de 1860, pelo periódico conservador Correio Sergipense. Não se pode deixar de registrar a utilização destes percursos como forma de articulação entre os diversos atores que

moraram ou precisaram de algum serviço só ofertado na cidade de Aracaju como capital da Província ou do Estado.

## ÁGUA POTÁVEL – FONTES

Em Aracaju, transformou-se em prática corriqueira o combate aos casebres de taipa e cobertos com palha, presentes antes mesmo da demarcação do Quadro de Pirro. Assim, esse tipo de construção foi objeto de regulação em todos os instrumentos normativos de 1856 até 1938, analisados e apresentados neste trabalho.

> Em 1905, o Regulamento de Serviços de Higiene do Estado de Sergipe de 1892 foi substituído, através do decreto nº536. Com 236 artigos, criava o Conselho Geral Sanitário formado pelo Inspetor de Higiene, o Médico de Saúde do Porto e o Intendente da Capital. Nesse novo código percebe-se um maior afinamento com o que havia de novo no campo do combate as epidemias, como a preocupação com a demografia sanitária, um laboratório de análise química, um serviço geral de desinfecção e um hospital de isolamento. Porém, na prática, muitas dessas medidas não foram concretizadas (SOUZA, 2011, p. 49).

A água encanada em Aracaju, disponível somente a partir de 1908, impôs à população, nos primeiros 53 anos, a utilização de dois métodos de coleta e uso da água. O primeiro era a extração através do lençol freático, bastante imprópria para o consumo; o segundo era a compra de barris de água de duas qualidades, uma mais transparente

e outra mais avermelhada, assim a população pagava por esse serviço que era oferecido pelas ruas pelos aguadeiros (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012).

A prática de banhar o corpo apresenta hábitos diferentes em razão da população a que se destina. Os banhos pagos a proprietários de fontes também foram alvo de espaços próprios destinados para esse fim. Assim, na cidade eram oferecidos banheiros públicos e a fonte de José da Mota Maia oferecia serviço de banho público. O banheiro de Dona Carolina Pessoa cobrava 40 reis por usuário, com a possibilidade de adquirir sabonete de alcatrão por 20 reis. A prática era a pessoa se banhar, com cuia, sem contaminar o poço ou a fonte (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012).

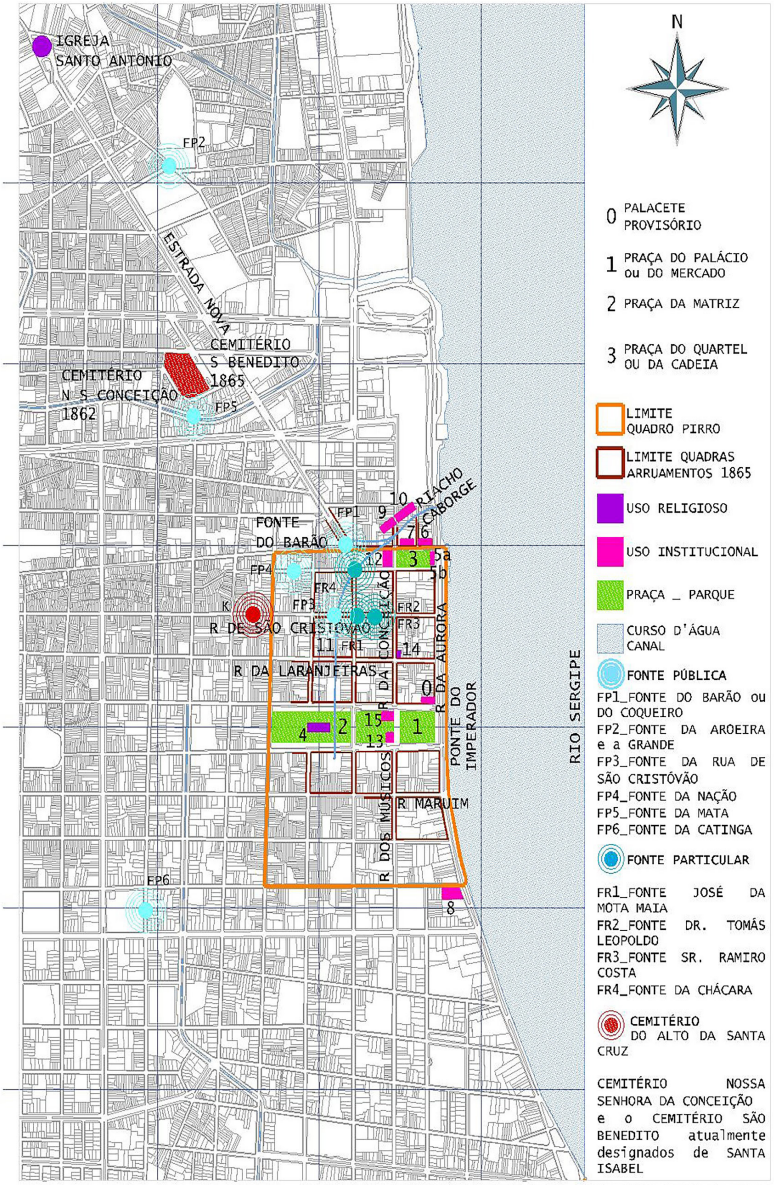
Porto (2011) apresenta a história e localização das fontes públicas e particulares e, de posse dessas informações, entendeu-se que elas são essenciais para identificar esses vetores da proximidade das edificações com o uso residencial. Inicia-se breve relato, primeiro com as fontes públicas, depois com as particulares para melhor compreensão de suas características. A do Barão, a primeira a ser construída na cidade e assim denominada por ter sido construída pelo Barão de Maroim, que, por ele não ter boa relação com Pirro, a designou de Fonte do Coqueiro, localizava-se no início da Estrada Nova, atual João Ribeiro e Apulcro Mota; às fontes da Aroeira e a Grande se situavam nas proximidades das ruas São João e do Arame, atual Sargento Duque, nos primórdios de sua fundação.

Esses espaços se vão multiplicando em virtude da demora na oferta de água encanada. Surgem a Fonte da rua de São Cristóvão,

que se localizava em seu terceiro trecho, lado norte; a da Nação, situada no meio da rua Geru com a rua Santo Amaro; a da Mata, no cruzamento entre a rua Simão Dias e a avenida Airton Teles; a da Catinga, na praça da Bandeira.

As de uso particular abrangem a de José da Mota Maia, na esquina da rua Itabaianinha com São Cristóvão; as do Dr. Tomás Leopoldo e do Sr. Ramiro Costa, ambas no segundo trecho da rua de São Cristóvão; a da Chácara, do capitão Guerra, localizada na rua Itabaianinha com Geru. A partir dessa narrativa, Porto (2011) auxiliou na geração do mapa 10 - Localização das Fontes, que amplia a percepção de que a população que estava na periferia do Quadro de Pirro também era abastecida pelas fontes públicas. A localização das fontes também auxiliou a percepção do posicionamento das áreas vizinhas a elas. Assim, através desse vestígio, infere-se que as fontes deveriam estar próximas da população que ali se abastecia, com suas casas e pequeno comércio.

Mapa 10 - Localização das Fontes




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

Primeiro indício de que, por mais que o Estado não desejasse legislar sobre a área periférica, a população ali residente era percebida, vigiada, e que a ordem do Quadro de Pirro também se expandia além do seu limite.

> Ler a cidade dos excluídos, pobres e marginais conduz o historiador a 'escovar a história a contrapelo', como diz Benjamin[106], buscando os cacos, vestígios ou vozes daqueles que figuram na história como 'povo' ou 'massa' ou que se encontram na contramão da ordem, como marginais. [...], nos acontecimentos singulares que quebram a rotina da vida urbana que podemos encontrar suas 'vozes' ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem, chegando às representações coletivas de uma 'outra' cidade (PESAVENTO, 1995, p. 284).

Os relatos dos memorialistas falam de maneira mais ampla, principalmente para as casas mais modestas, onde a população das camadas médias e do povo deveria residir, assim, "[...] o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam" (PESAVENTO, 2007, p. 285), permitindo a leitura dessas linhas.

Coube aos médicos e aos engenheiros a tarefa de transformar as cidades onde ainda predominavam a estrutura colonial e torná-las símbolos do progresso e da civilização (FARIA, 2015). Apesar de Aracaju não apresentar características de cidade-colônia, era preciso consolidar a infraestrutura urbana com a pavimentação de ruas, ser-

106 BENJAMIN, Walter. 1989. "Paris, capitale du XIX siècle", Le livre des passages. Paris, CERF.

viços e obras de embelezamento, além da construção dos edifícios públicos. O superávit da balança comercial do Brasil, na primeira década do século XX, possibilitou aos governos federais e estaduais contratar grandes obras de urbanização e infraestrutura.

Em Aracaju, o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, foi o responsável, no governo Mauricio Graccho Cardoso (1922 – 1926), pelo projeto dos canais urbanos, que apresentavam duas funções importantes e indissociáveis: embelezamento urbano e o saneamento, com visão técnica e econômica; Saturnino defendia que o traçado deveria obedecer à topografia do sítio, hidrografia e vegetação nativa.

Os canais deveriam ser margeados por avenidas e estas deveriam ser arborizadas, pontes deveriam permitir a passagem de pedestres e veículos e a ligação entre o sistema viário existente e os bairros. Em Aracaju as avenidas Engenheiro Gentil Tavares, Gonçalo Prado Rollemberg, Deputado Airton Teles, Visconde de Maracaju, Anísio Azevedo, Pedro Paes Azevedo são exemplos dessa proposta (ver no Apêndice A - Mapa Nomenclatura dos Bairros e Logradouros Públicos). Todas romperam com a regularidade do Quadro de Pirro e transformaram a paisagem urbana e natural dos espaços vizinhos.

Outro marco que merece ser destacado foi a inauguração do Hospital de Cirurgia, em maio de 1926, por influência do médico Augusto César Leite no governo de Mauricio Graccho Cardoso. Oficialmente destinado aos doentes de afecções cirúrgicas, veio a se constituir anos mais tarde em verdadeiro complexo hospitalar (SILVA, 2006). Dessa forma, ampliou-se a rede de assistência à saúde, que contava até esse momento somente com o Hospital Santa Isabel, que funcionava de

maneira precária e em condições bastante insalubres com atendimento ambulatorial (enfermaria) e amputações de membros.

Mesmo com a oferta de serviços básicos de infraestrutura instalados a partir de 1908 com o abastecimento de água, em 1913, e a primeira rede de esgoto e drenagem na área central, percebe-se um papel em branco na exatidão dessas informações, uma vez que não se logrou êxito na identificação exata e sua forma de expansão até 1930. Mais provavelmente, essa oferta se concentrou nas áreas mais nobres da cidade, ou seja, no Quadro de Pirro e se foi espraiando à medida que os bairros iam se consolidando.

## Uso e Ocupação do Solo 1855-1926

A forma como a não[107] (grifo nosso) ocupação planejada do solo em Aracaju esteve posta, nesse marco temporal, demonstra que a ausência denota preocupação dos engenheiros-arquitetos e poderes públicos somente com o controle e a racionalidade técnica, comprovada pelo traçado retilíneo, a configuração viária do Quadro de Pirro e pela legislação que regulamentou o signo de cidade moderna e sua manutenção com essa identidade. Essa situação só foi alterada em 1995, quando se elaborou o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

A inexistência de plano anterior de uso e ocupação do solo que

107 Para identificar que essa ausência de planejamento é o padrão da época.

promovesse a cidade-capital fez com que sua administração obedecesse às diretrizes vigentes, segundo as quais, de acordo com Cacciari (2009), as cidades, entre os séculos XV e XX, se configuraram ou se transformaram em cidade mercado-indústria, e o espaço urbano do negócio e das relações do capital se impôs e modificou as características das cidades barrocas brasileiras, e as novas cidades ditas planejadas, como Aracaju, eram meramente projetadas, com esboço cartográfico inicial, e deixadas seguir livremente, à revelia do que pensa Certeau (1994, p 172) "[...] planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular".

Entender essas relações, compreender a forma de nascimento desse espaço próprio, que aqui se apresenta através dos condicionantes naturais e da análise da mobilidade urbana e da legislação local, somam-se o uso e a ocupação do solo - do Quadro de Pirro e áreas adjacentes - identificados nos seguintes aspectos: institucional, industrial, a feira, o mercado e o porto (não se tem informação suficiente para apresentar o uso comercial), religioso, educacional (escolas públicas), áreas de lazer e espaços de cultura. A área residencial também foi excluída pela dificuldade de recuperação e apresentação desses dados.

Assim pude perceber em Aracaju a cidade da ordem (grifo nosso), em que se permite mapear e classificar, combinam-se as marcas e as ausências, mas a cidade da desordem (grifo nosso), esta continuará escondida atrás do véu do descuido e do descaso da manutenção e organização dos registros históricos (mapas e documentos) e das

próprias lacunas das narrativas que nunca permitiram apresentá-las (SANTOS, 2014).

Dessa forma, identificou-se, como signo da cidade da ordem, a ocupação das quadras de 110 x 110 m, a consolidação do traçado das ruas e avenidas, que pode ser identificada nos diversos mapas aqui apresentados e que demonstram que as 32 quadras originais do Plano de Pirro, Mapa 2, não se consolidaram de acordo com o projetado. Pode-se perceber que essas mudanças se impuseram e se entrecruzam, apresentando "[...] história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra" (CERTEAU, 1994, p. 171).

Reconheceu-se inconsistência entre a legislação local e o desenho do miolo das quadras - o formato dos lotes e a ocupação das quadras de Pirro, principalmente nas quadras mais ao sul da praça Fausto Cardoso em que alguns lotes chegam a ter de 4 m a 5m de largura e profundidades de até 50m, sendo a maioria das casas térreas construídas em alinhamento com calçadas, naquela tipologia vernacular porta e janela. Outra característica do miolo das quadras é o beco com ruelas, travessas e vilas. O beco do Açúcar[108], o primeiro a se configurar na cidade, foi remodelado por Teófilo Dantas, em sua primeira gestão como Intendente da Capital, em 22 de junho de 1929, pelo Ato nº 22.

> Para quem manuseia os documentos oficiais dos primeiros tempos da vida aracajuana e percebe o firme vigor com que eram aplicadas as rígidas linhas do plano de Pirro para a

108 Atual travessa Deusdedith Fontes.

> nova capital, será uma surpresa verificar o aparecimento de um beco, num dos primeiros e principais quarteirões que foram edificados. [...] O nome primitivo foi Beco do Açúcar, oriundo de uma pequena refinaria de açúcar montada na esquina com a Rua de Laranjeiras, do lado leste, e que funcionou até princípios do século XX.[...] amontoado de pequenas oficinas de funileiros, sapateiros, marceneiros e outros ofícios, e bem assim de pequenas bodegas, infecto e mal pavimentado, com água a escorrer por suas pedras (PORTO, 2011, p. 15).

A vila, que ocupa os espaços centrais das quadras, as "[...] dimensões exageradas permitem a sua configuração" (LOUREIRO, 1983, p. 56), foi onde parte da camada menos abastada se instalou, permanecendo algumas com a mesma configuração até os dias atuais. Através da leitura dos mapas, podem-se extrair as vilas mais próximas ao núcleo central: vila José Domingos Fontes, na rua Lagarto, entre o trecho da São Cristóvão e Laranjeiras; vila Rosângela, na rua Siriri, entre o trecho da Boquim e Estância; vila Angélica, na rua Arauá, entre o trecho da Barão de Maruim e Boquim; a vila Eunice, na rua Boquim, entre o trecho da Siriri e Gonçalo Rollemberg Leite; vila Marta Maria, na rua Itabaiana, entre o trecho da Barão de Maruim e Senador Rollemberg.

Apesar não estarem inseridas no Quadro de Pirro, as vilas estão nas quadras adjacentes, e se percebe espraiamento da continuidade do sistema viário com as mesmas dimensões (110 x 110 m) das primeiras. Assim "[...] essas vilas vão acompanhando o surgimento dos bairros e escondem a população pobre que se abriga em pequenos quartos, desprovidos de conforto e de condições sanitárias adequa-

das" (FRANÇA, 2005, p. 96).

Entre as ruas e avenidas que ganharam destaque durante a reforma urbana de Pereira Lobo (1918-1922), a avenida Rio Branco chamou a atenção da população aracajuana. Nesse local, às margens do rio Sergipe, foi construído, segundo Cruz (2016, p. 54), "[...] cais de proteção, com balaustrada e passeio em grande extensão da avenida Ivo do Prado, e também da avenida Rio Branco". O próprio Pereira Lobo, em mensagem à Assembleia Legislativa, elucidou a importância de Aracaju possuir avenida bela e charmosa, no momento em que ela passava por obras de embelezamento e remodelação urbana.

As antigas ruas já não são mais identificadas e denominadas como na aurora de sua designação[109], assim muito se perdeu e muito se ganhou. A cidade sem (grifo nosso) passado, sem vícios, porque se assentou em área inóspita, sobre poucos casebres, de um ponto de vista criou a sua própria história, mas também perdeu, porque o antigo não se eternizou. Para a população que aqui chegou e se fixou, tudo era novo e tudo se transformou, a paisagem natural deu lugar a ruas batidas no chão de terra que depois foram sendo pavimentadas, a ocupação urbana retilínea e simétrica impôs ordem e padrão estético a seus moradores.

O movimento dos barcos, trens e bondes deu lugar ao automóvel e à marinete, modificando e consolidando a vida urbana. O morar na cidade já não é novidade, é regra, e seus moradores criam estratégias para eternizar o tempo, o registro fotográfico demarca essa cronolo-

109 A população que aqui já residia quando da elevação do Povoado à capital, em 1855, não consegue perpetuar os signos.

gia, que, apesar do acervo reduzido, é capaz de perpetuar as feições iniciais da cidade e proporcionar regressão no tempo-espaço para que esta micronarrativa pudesse ser desenhada.

As principais características da forma e estruturação básica da cidade são edificações de uso privado, edificações de uso público, espaços livres públicos e espaços livres privados, que se interligam através das avenidas, ruas e travessas. É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e como a arquitetura perpetua o pensamento, as crenças e valores da sociedade que a produz e que assim deixa seus vestígios, que podem ser lidos e interpretados pelas gerações seguintes.

Os edifícios se agrupam em diferentes tipos e estilos, decorrentes de sua função, de sua estética e das tecnologias construtivas neles aportados. O traçado da rua estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território, além de ligar os vários espaços, designados como zonas, e partes da cidade, definindo o plano e intervindo na organização da forma urbana em diferentes dimensões (PMA, 2015).

Identificaram-se 6 usos: praças/parques, religioso, institucional (edifícios de uso do Estado), instrução pública (apesar de poder estar contida no uso institucional, essa separação permite melhor compreensão do objeto de estudo), cultural e industrial. Algumas informações precisaram ser ampliadas para melhor compreensão dessa evolução, organizadas seguindo lógica cronológica, onde os números do mapa significam uma edificação, e as letras, os edifícios-escola. Assim, criou-se o quadro 2 - para apresentar cronologia e distinção

entre as edificações apresentadas e permitir melhor compreensão e leitura do mapa 11.

**Quadro 2** - Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais)

| | |
|---|---|
| 0 PALACETE PROVISÓRIO 1855 | Antiga Delegacia Fiscal Federal; atualmente o prédio encontra-se desativado; sob a tutela da Secretaria do Ministério da Fazenda |
| 1 PRAÇA do PALÁCIO ou do MERCADO 1855 | Atual Praça Fausto Cardoso |
| 2 PRAÇA da MATRIZ 1855 | Atual Praça Olímpio Campos |
| 3 PRAÇA do QUARTEL ou da CADEIA | Urbanizada em 1869, atual Praça General Valladão |
| 4 MATRIZ de NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO 1856 | Catedral de Aracaju, inaugurada em 1875 |
| 4a CÚRIA METROPOLITANA da ARQUIDIOCESE DE ARACAJU | Antiga residência do Industrial Italiano Sr. Nicola Mandarino (1917 a 1958) em estilo eclético |
| 5 ALFÂNDEGA 1928 | Antiga Receita Federal; atual Centro Cultural da Cidade; sob a tutela da Prefeitura Municipal de Aracaju |
| 5a ALFÂNDEGA 1855 | Demolido para a construção do novo prédio da Alfândega em 1928 |
| 5b MESA de RENDAS PROVINCIAIS 1855 | Câmara Municipal de Aracaju 1858 - 1870<br>Primeiro edifício ocupado pelo Atheneu Sergipense entre 1871 – 1872<br>Tipografia Provincial 1863 – não identificado se ela permanece até a demolição do prédio em 1928 |
| 6 TESOURARIA PROVINCIAL da FAZENDA 1855 a 1869 | Demolido para a Construção da Cadeia Pública (1869-1930) |

**Quadro 2 -** Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais) (continuação)

| | |
|---|---|
| A1 ATHENEU SERGIPENSE<br><br>1872 a 1913 | Após passar por obras de ampliação, funcionou a Biblioteca Pública; Tesouro do Estado; Juizado de Menores; Procuradoria do Estado; Secretaria de Justiça; Secretaria de Justiça e Bem-Estar Social; atual Câmara de Vereadores de Aracaju. |
| 7 CADEIA PÚBLICA 1869 a 1930 | Câmara Municipal de Aracaju 1871 – 1873<br><br>Demolido; atual Palácio Serigy – construído na década 1950 |
| 8 QUARTEL da POLÍCIA 1855 a 1926 | Demolido; construído prédio que abrigou o Atheneu Sergipense 1926 a 1969; recebeu diversas instituições e órgãos públicos até ser totalmente desativado em 1996, entre elas a Secretaria do Estado da Educação; abandonado durante 15 anos; atual Museu da Gente Sergipana, 2011 |
| 9 BARRACÃO da TROPA de LINHA 185? | Demolido |
| 10 ENFERMARIA MILITAR 185? | Demolido |
| 11 RIACHO CABORGE | Vala da cidade, antes da canalização do riacho |
| 12 QUARTEL do EXÉRCITO ou 1º LINHA, depois designado de 28º BC 185? - 1962 | Demolido; Hotel Palace 1962 – ocupado nos três primeiros andares com área comercial com a torre de apartamentos atualmente abandonada; sob a tutela do Governo Federal |
| 13 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL | Em conjunto com a Câmara Municipal de Aracaju até 1858.<br><br>Com algumas interrupções, até 1874; antigo Tribunal de Contas do Estado; atual Palácio Fausto Cardoso; Tombado pelo Decreto nº 8.313, de 18 de fevereiro de 1987 |

**Quadro 2** - Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais) (continuação)

| | |
|---|---|
| 14 CASA de ORAÇÃO SÃO SALVADOR 1856 | Atual Igreja São Salvador |
| 15 PALÁCIO do GOVERNO 1863 | Atual Palácio Museu Olímpio Campos; Tombado pelo Decreto nº 6.818 de 28 de janeiro de 1985 |
| 15a PALÁCIO da JUSTIÇA | Antiga Vice Governadoria; atual Procuradoria Geral do Estado |
| 16 FÁBRICA SERGIPE INDUSTRIAL 1884 a 20?? | Demolido; Aracaju Parque Shopping somente a Igreja foi preservada |
| 17 FÁBRICA CONFIANÇA 1907 - 20?? | Demolido; Aracaju Parque Shopping |
| 18 TRIBUNAL da RELAÇÃO 1890 | Atual Fórum Desembargador Vasconcelos |
| 19 CINE TEATRO CARLOS GOMES 1904 - 2002 | Antigo Cine Teatro Rio Branco (1912 - 1961); Cine Rio Branco (1961); demolido em 2002 |
| 20 DELEGACIA FISCAL 1906; INTENDÊNCIA MUNICIPAL 1908 | Demolido; atual Edifício Walter Franco |
| B ESCOLA NORMAL RUI BARBOSA 1911 a 1950 | Atual Museu do Artesanato; Tombado Decreto nº 6.129, de 06/01/1984; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fls.7 e 8 |
| 21 ESTAÇÃO de TREM – PRÉDIO PRINCIPAL 1913 - 1976 | Demolido; atual Praça dos Mercados |
| 21a GALPÃO da ESTAÇÃO 1913 - 1976 | Demolido; atual Praça dos Mercados |
| 22 PRAÇA INÁCIO BARBOSA 191? – 194? | Demolido; atual Mercado Thales Ferraz |
| 23 TRAPICHE CRUZ & IRMÃOS | Demolido; em construção o Terminal Pesqueiro |

**Quadro 2** - Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais) (continuação)

| | |
|---|---|
| 24 TRAPICHE BROWN | Demolido; atual Mercado Albano Franco |
| A2 ATHENEU SERGIPENSE<br><br>1913 a 1949 | Funcionou em conjunto com a Escola de Comércio, e, na década de 1940, também no turno diurno, um anexo do Atheneu Sergipense (que não mais comportava o número de alunos que ocupavam o terceiro prédio), Faculdade de Ciências Econômicas. Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, passou a integrar seu patrimônio, instalando-se o Centro de Civismo e Educação Física até a transferência para o campus universitário em 1981; atual Juizado Especial Federal |
| C GRUPO ESCOLAR GENERAL SIQUEIRA 1914 a 1925 | Atual prédio do Comando Geral da PM de Sergipe; Tombado pelo Decreto nº 18.775, de 02/05/2000; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 28 |
| D GRUPO ESCOLAR BARÃO de MARUIM 1917 a 1950 | Faculdade de Direito (1950 até 1970); atual prédio do CULTART; Tombado pelo Decreto nº 4.989, de 23 de abril de 1981, inscrito no Livro de Tomo nº 01 – Geral – fls. 5 e 6 |
| E1 GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO 1º localização 1918 a 1924 | Faculdade Livre de Direito 'Tobias Barreto' (1924 – 1926); nele foram alojados também os alunos do Grupo Escolar General Siqueira, cuja sede havia sido transformada em Quartel da Força Pública. Em 1926, o edifício passou a sediar a Diretoria de Segurança Pública, posteriormente transformado em Departamento de Segurança Pública e, na década de 1960, em Secretaria de Estado da Segurança Pública; Tombado pelo Decreto nº 6.821, de 28/01/1985; inscrição no Livro de Tombo nº 01 – Geral – fl. 9 |

**Quadro 2** - Cronologia dos Edifícios (1855 – até os dias atuais) (continuação)

| | |
|---|---|
| E2 GRUPO ESCOLAR GENERAL VALLADÃO 2º localização 1923 | Até os dias atuais. Escola Fundamental General Valladão |
| 25 PALÁCIO INÁCIO BARBOSA 1923 | Prefeitura Municipal; Atualmente o prédio encontra-se desativado, sob a tutela da Prefeitura Municipal |
| 26 HOSPITAL de CIRURGIA 1926 | Até os dias atuais |
| 27 MERCADO ANTÔNIO FRANCO 1926 | Até os dias atuais |
| F LICEU PROFISSIONALIZANTE COELHO E CAMPOS 1923 | Antigo Lyceu Profissional Coelho e Campos e atual SENAI Coelho e Campos |
| G GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL LUÍS 1924 | Até os dias atuais. Escola Fundamental Dr. Manoel Luiz |
| H INSTITUTO de QUÍMICA 1924 a 19?? | Atual Palácio Governador Albano Franco |
| I GRUPO ESCOLAR JOSÉ AUGUSTO FERRAZ 1925 | Até os dias atuais. Escola Fundamental José Augusto Ferraz |
| A3 ATHENEU SERGIPENSE<br>1926 a 1950<br>1961 a 1969 | Arquivo Público (1970); EMSETUR (1971);<br>Secretaria de Educação e Cultura (1976 – 1994);<br>Atual Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Deda, sob a tutela do Instituto BANESE, 2011<br>Tombado Decreto nº 6.820, de 28/01/1985. |

Fonte: Elaborado pela Autora, fev. 2020

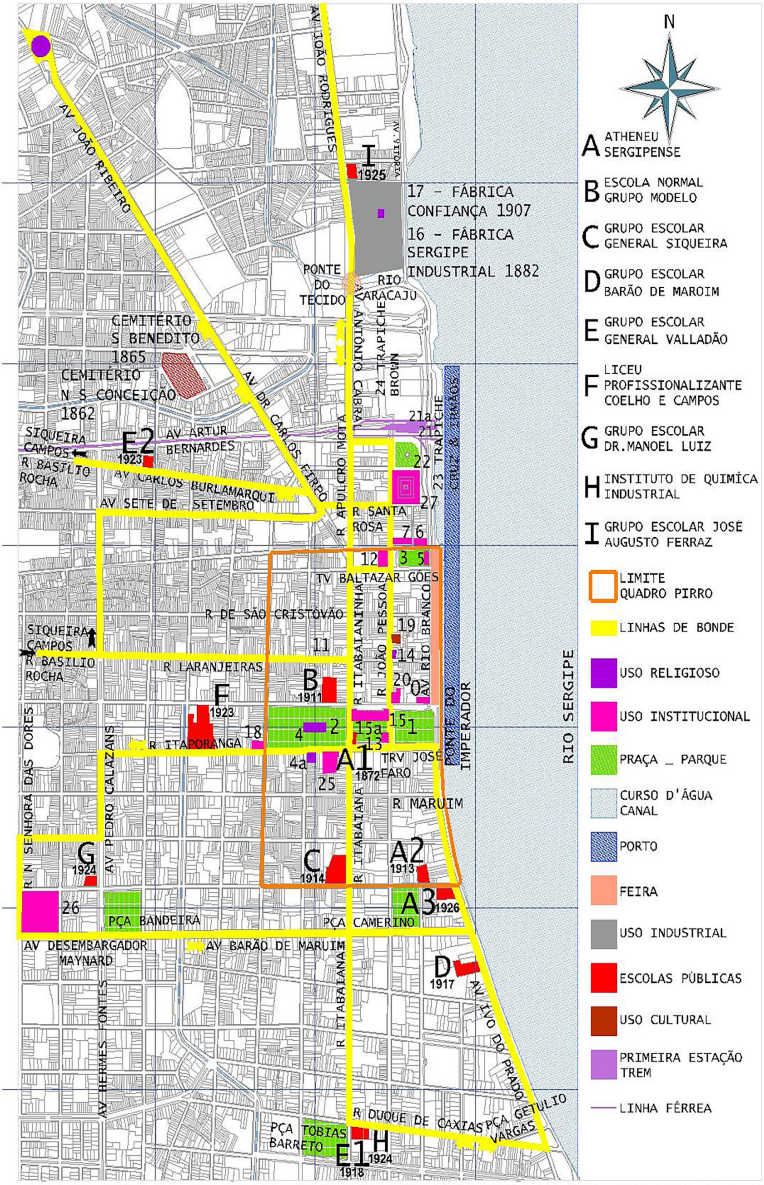
Com base nessas informações e nas leituras realizadas, elabo-

rou-se o mapa 11 - Uso e Ocupação do Solo (1855-1926), posicionando os edifícios para registrar a ocupação e, através das linhas, perceber como a configuração da cidade recebeu as edificações e o uso de seu espaço público e privado e foi por eles modificada.

Os cidadãos livres que se fixaram e se reuniram para dar vida a esse lugar, que nele foram escolarizados, que nele deixaram suas vidas em virtude das epidemias e que viveram e contribuíram com a expansão do território inicial do Quadro de Pirro são homenageados nesta narrativa, pois só a partir desses caminhos pude resgatar a narrativa e construir esta cena.

> [...] a 'circularidade cultural' que permite a troca de signos entre o que se poderia chamar a 'cidade real vivida' dos consumidores da urbe e a 'cidade sonhada' dos produtores do espaço, ou ainda entre a contra cidade dos excluídos do sistema, na 'contramão' da vida, e a cidade ordenada, bela, higiênica e segura das propostas burguesas (PESAVENTO, 1995, p. 284).

Mapa 11 - Uso e Ocupação do Solo (1855 - 1926)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

Trazer os vários aspectos e condicionantes para compor este segmento e os reconectar nesta fala, traduz a certeza de que a cidade é organismo vivo e complexo. Não se pretendeu congelar ou valorizar determinado aspecto em detrimento de outro, mas, sim, apresentá-los e construir novas inter-relações entre eles, descortinar e apresentar os eventos que marcaram a face da evolução urbana, sua gente, seu modo de viver, de se apropriar, de se acomodar com as teias invisíveis que moldam e fazem repetir velhas posturas e códigos, que não são mais normatizados pelos instrumentos legais e, sim, pelos valores sociais e culturais.

## Demarcação do Lugar

A cidade e os edifícios-escolares impuseram linguagem e estrutura que pode ser percebida pela linha que, a princípio, os delimita: o muro. Segundo Faria Filho (2010, p.25), "[...] o muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de espaço próprio, apartado da rua e que se auto institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquele como lugar maléfico às crianças". A rua, local de distração, de brincadeiras, de encontro entre a família e amigos nas portas para a conversa no início da noite. Em Aracaju, essa cena foi sendo modificada ao longo da construção dos edifícios que sediaram o Atheneu Sergipense.

O segundo e terceiro edifícios tinham, como fronteira entre a

rua e o edifício, gradil vazado, que permitia a integração visual entre o interno e externo, e a criação da percepção da monumentalidade e suntuosidade do edifício estava preservada por essa transparência. Identifica-se o espaço de transição - o jardim frontal. Todos os acessos principais estão posicionados no limite com a calçada, na via de maior visibilidade, impondo formas legítimas ou não de sua apropriação e de sua utilização.

O primeiro edifício, no alinhamento oeste e sul, sem recuo, a entrada demarcada pelo pórtico, alvo de críticas e de mudanças, e do início da formação desse repertório, desse modelo – edifício-escolar, com estética modesta, mas já com monumentalidade expressiva, pois dividia sua quadra com dois edifícios públicos significativos para a vida pública da Capital – Palácio do Governo (poder executivo) e a Assembleia Legislativa (poder legislativo), além da igreja matriz - Nossa Senhora da Conceição (poder religioso), que, de frente para o colégio, abençoava-o e o protegia.

A relação entre a cidade e o edifício-escolar deve ser compreendida como produtora e produto, como lugar e território, entretecidos para criar, de maneira renovada e articulada, a representação coletiva desse espaço especializado em seus usuários. Assim, a mesma imagem de exuberância e modernidade que se impôs ao edifício deveria ser percebida no território onde o edifício foi construído. Segundo Viñao (2005, p. 17), a configuração como território está baseada "[...] na ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam", e Faria Filho (2010, p. 69) afirma que no "[...] momento de sua cons-

tituição, foi o palco e a cena de apropriações diversas, produzindo e incorporando múltiplos significados para um mesmo lugar projetado pela arquitetura escolar".

Que significados podem ser destacados nesse entrelaçamento? Buscou-se estruturar este segmento de forma a descrever a relação estabelecida pela similaridade que se percebe entre eles ou não.

Os três edifícios escolares do Atheneu Sergipense situados em lugares privilegiados da cena urbana central da cidade de Aracaju, os dois primeiros posicionados em frente a praças - Olímpio Campos e Camerino, e o terceiro, na avenida de frente para o rio Sergipe. Essa necessidade do homem de domar o espaço natural, atende a propósito educacional, segundo Tuan (1983, p. 125), " [...] a natureza é demasiado difusa, seus estímulos demasiado poderosos e conflitantes, para serem diretamente acessíveis à mente e sensibilidades humanas". Assim, as cidades e as paisagens são modificadas em prol dessa racionalização – o espaço arquitetônico revela e instrui.

O Atheneu, desde sua constituição, deveria atender alunos de Aracaju e das cidades vizinhas, exercer essa centralidade fez com que ele sempre permanecesse no Quadro de Pirro, ou em seu limite sul[110]. Assim, a posição geográfica que ocupou, em pontos muito próximos uns dos outros, do primeiro para o terceiro, distância de 550 m entre eles. O bairro São José, antigo presidente Inácio Barbosa, limite sul do bairro Centro, abrigou e ainda abriga residências de classe abastada, ainda se encontram casarões onde a elite criou o

110 O quarto edifício, construído e inaugurado em 1950, localiza-se na praça Graccho Cardoso - bairro São José. Em funcionamento até os nossos dias.

bairro nobre (grifo nosso) de Aracaju. Reforça a relação de poder e de proximidade da escola com a população que ali residia e que, na primeira fase de consolidação do ensino secundário, eram seus alunos.

A cidade cria a identidade dos espaços qualificados e apropriados, na arquitetura dos edifícios (monumentais ou não) e na forma e adequação dos espaços urbanos de circulação e convivência: as avenidas e ruas, os meios de transporte, as praças, a arborização, a paisagem natural, a feira, o porto, a fábrica, a igreja, a assembleia legislativa e a escola, espaço este que expande saber não visível, que forma culturalmente o meio social e é por ele influenciado.

A localização dos edifícios na malha urbana da cidade deve ser entendida como a melhor escolha, diante dos desafios apontados e os desejos idealizados. Percebe-se que os critérios de locação do edifício e posicionamento das salas somente levou em consideração o melhor ângulo de visibilidade entre ele e a cidade.

O conforto térmico (calor e ventilação natural) ainda não eram condicionantes considerados importantes na implantação dos edifícios nesse período. Vale, no entanto, o registro da forma como esses edifícios estão posicionados em relação à incidência do sol, considerando a fachada principal. O primeiro posicionado na fachada oeste, que recebe maior incidência de sol no turno da tarde; o da Ivo do Prado posicionado na fachada leste, maior incidência de sol na parte da manhã e o da praça Camerino, na fachada sul, que recebe muito pouco sol durante todo o dia.

Em relação à ventilação natural, eles também apresentam alguns

padrões que perduram até nossos dias: bandeiras vazadas acima das portas internas, para promover a circulação cruzada, porque todos eles apresentam janelas de dimensões e quantidade generosas em todas as faces. Todas as janelas apresentam parte de vidro para entrada da iluminação natural e parte de veneziana, responsável pela entrada permanente das correntes de ar, que, em Aracaju, são predominantes nas faces leste e sudeste.

Organizar e compreender as linhas dos edifícios-escola, com sua arquitetura e sua inserção na cidade, permitiu perceber como essa representação coletiva foi sendo construída de maneira lenta e gradual.

A legislação imposta à cidade e as instituições educativas devem ser entendidas como movimentos pendulares de força entre os diversos interesses contidos nesses fenômenos. Para as cidades, as posturas e depois os códigos de postura, que, em Aracaju, foram promulgados entre 1856 e 1938, moldaram a cidade, segregaram seus moradores, impuseram elementos estéticos para distingui-los.

Percebe-se nessas falas da legislação sempre o zelo com a sala de aula; os materiais que deveriam ser adquiridos para dar suporte às atividades e práticas pedagógicas; a formação do professor e seu enquadramento administrativo.

O espaço-escolar nunca deixou de se reinventar, e essa micronarrativa apresenta o nascimento destes edifícios, que vão se ampliando ou mudando de localização para permitir a especialização de seus espaços e criando a lógica-social. O espaço da escola contém o caminhar e sentir, a separação entre os sexos, o espaço proibido, o encontro não permitido, as memórias afetivas, que foram sendo cons-

truídas para consolidar esse modelo, em expansão no percurso entre a casa e a escola, nas festas cívicas. Não restrito aos saberes científicos, mas vinculado ao homem urbano contido nesse espaço-território, a vontade de pertencimento e de representatividade social começa a ser fortalecida.

Finalizando, conclui-se a análise do espaço escolar baseado nos três aspectos elencados por Viñao (2005) como caminhos obrigatórios.

A estrutura morfológica e a forma como se constituiu o edifício, o primeiro aspecto é percebido pela tipologia ou padrão que se mantém entre a forma do edifício e o posicionamento das salas de aula, nesse período, em formato de "U", presente no edifício da praça Camerino e na Ivo do Prado.

A função e as atividades que nele se realizavam, segundo aspecto da tríade, podem ser percebidas nos Regulamentos da Instrução Pública para o ensino secundário e normal; na alteração do curso humanista para o enciclopédico; na segregação entre as seções – lado das meninas e lado dos meninos ou separado por edifícios; no silêncio do posicionamento dos espaços de administração, apoio e instalações sanitárias. Importante confirmar que o programa de necessidades, instrumento essencial na elaboração do projeto de arquitetura e urbanismo, deve ser elaborado em conjunto, de forma multidisciplinar, o que não pode ser comprovado no objeto deste estudo, em que esse processo se desenvolveu de maneira muito peculiar, baseado também em modelos importados de países como França, Inglaterra e Estados Unidos.

O terceiro e último aspecto relaciona os diferentes espaços e funções, ou seja, ele entrelaça o primeiro com o segundo. É então que se percebe que a arquitetura promoveu esse encontro - e pouco além - quando o modelo serve de base para promover melhorias ao longo da própria existência do edifício-escola. Quando se fala de arquitetura, não se a desassocia do urbano nem do homem que a ocupa, pois, a partir dessa ocupação, o espaço determina como os valores, as condutas e as práticas serão decodificados e identificados para as próximas gerações, constituindo-se na lógica social.

A arquitetura utiliza o estilo para imprimir o seu tempo, criando, com isso, identidade que a distingue. Somente a partir dessa percepção, pode-se compreender porque o estilo eclético foi beber da fonte dos elementos das ordens clássica e aplicado para marcar esses edifícios, exceto o primeiro, que se classifica como neoclássico. O resgate dos valores de beleza e proporção, até hoje percebidos nos edifícios que utilizam esses ornamentos, mostra que o ecletismo reflete bem os dilemas vividos nesse espaço-tempo. A descrição dos elementos arquitetônicos e o desenho da fachada principal de cada edifício amplificam esses valores estéticos e demonstram que nem sempre o resultado formal é proporcional e ritmado no conjunto.

Mas essa é a força desses edifícios, sua riqueza e diversidade de elementos estéticos - imponentes, rebuscados e majestosos; posicionados no invólucro mural - nas principais fachadas posicionadas para as vias de circulação, sempre mais ricas em ornamento. Porém, o espaço interno também se faz importante, sem ele não se tem arquitetura, que, segundo Zevi (1996), caracteriza o espaço encerrado,

em que o homem interage, anda e se apropria, que nos rodeia e nos inclui, essencial para distinguir a arquitetura das outras artes. E apesar de não termos esses elementos descritos aqui, ele foi ocupado por gerações de alunos e professores ao longo desses 150 anos.

A representação coletiva desses edifícios-escola se apoiou nos elementos estéticos que criaram a identidade de "palacete" de cada edifício, ou seja, ele tinha distinção estética e classificação muito próxima dos palácios ocupados pela nobreza, por serem edificados no estilo eclético – pautado na dicotomia racional e fantasia - pobre e rico - manual e industrial; e estarem estrategicamente posicionados nas esquinas – praça da Conceição e Ivo do Prado; onde a visibilidade podia ser mais bem evidenciada.

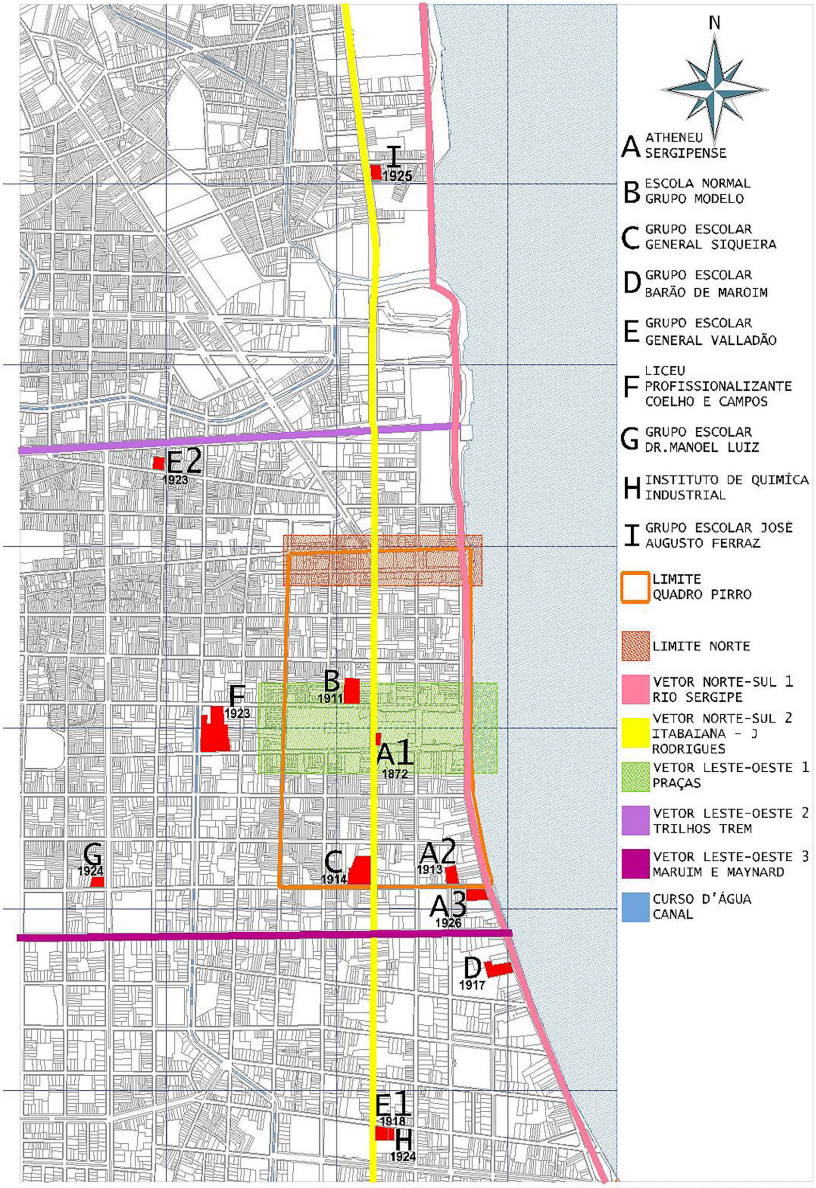
Baseado nesses valores estéticos, o primeiro deles não apresentava harmonia e proporção no uso de seus volumes e adornos, comprovados pelas reformas realizadas no edifício após a mudança para o prédio da praça Camerino, mas, nem por isso, pode-se deixar de mencionar que cada ornamento tinha sua exuberância, que o distinguia ou ainda o distingue - exemplo é o restauro realizado no edifício da Ivo do Prado, que, com a inauguração do Museu da Gente Sergipana (2011), comprova seu valor, já aludido por Graccho Cardoso no discurso de inauguração "[...] um prédio capaz de corresponder aos seus fins por mais de um século", ou seja, 2026. Segundo Sá (2005), o estilo eclético se diferencia dos anteriores, pela imitação, mas não a fidelidade e, sim, a fantasia e a recriação.

Essa percepção do invólucro mural exuberante não se incorpora quando se analisa o espaço edificado – sala de aula, gabinetes, sani-

tários e demais espaços, sobre os quais existe ausência de registros ou, de fato, ausência física. Os espaços de jardim e do pátio, que se traduzem em espaços de convivência, de contato com o meio externo, vigiado e controlado pelo formato do pátio, pela configuração da lógia e dos muros, foi o espaço que se incorporou e se consolidou de forma definitiva nos edifícios-escola desse período.

Segundo Lefebvre (2001), Viñao (2005) e Faria Filho (2010), as relações entre os edifícios escola e a vida cotidiana urbana se entrelaçam e se modificam, uma impactando e impulsionando a outra, numa interação complexa e vital para a sobrevivência de ambas. A localização dos edifícios-escola pode ser melhor visualizada e compreendida através do mapa 12 - Descontinuidades e Vetores de Crescimento (1926).

Mapa 12 - Vetores de Crescimento e Expansão (1926)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2019

Apresentar a leitura desse encontro da cidade e dos edifícios que foram construídos para abrigar as escolas, aqui ampliadas para os doze edifícios públicos – seis grupos escolares, três edifícios ocupados pelo Atheneu Sergipense, pela Escola Normal Rui Barbosa, pelo Instituto de Química Industrial e pelo Liceu Profissionalizante Coelho e Campos[111], identificaram-se uma descontinuidade e cinco vetores de crescimento e expansão da cidade, que não se limitou ao Quadro de Pirro e sim a localização dos principais edifícios públicos construídos neste marco temporal. Utilizou-se a nomenclatura atual dos logradouros públicos e bairros para facilitar a precisão e compreensão dessas informações[112].

**LIMITE NORTE.** A partir do extremo norte do Quadro de Pirro, as quatro quadras limítrofes não possuem as dimensões exatas no sentido norte-sul – aqui se faz referência ao conjunto formado entre a praça General Valladão (leste) e a rua Capela (oeste), que apresenta diferença de 60 m menor que o previsto. Uma das justificativas apresentadas por Porto (2011) foi o limite natural do riacho Caborje, que impediu, num primeiro momento, a demarcação exata e, após a consolidação de alguns prédios públicos, como a Cadeia, o Quartel e a Alfândega, construídos nos primeiros anos de fundação da cidade, não permitiu essa alteração. A configuração da avenida João Ribeiro, que rompeu com o traçado paralelo ao rio Sergipe, também imposta pela articulação com o povoado inicial e a capela de Santo Antônio do Aracaju, é mais uma das características desse entorno. Mais ao

111 Lyceu Profissional Coelho e Campos, localizado na esquina da rua Itaporanga com Siriri.

112 Apêndice A - Mapa de divisão dos bairros e nomenclatura atual dos logradouros públicos (2018).

norte, encontra-se o morro do Urubu, formação do tabuleiro costeiro e dos vales entalhados nos sedimentos da Formação Barreiras, encostados nas falésias fósseis da mesma formação, que tem como variação de altitude 50 m, contido entre o cume e o sopé da serra. Acidente geográfico que limitou, até final do século XX, a expansão urbana no sentido norte, além das fábricas de tecido.

**VETOR NORTE-SUL 1: RIO SERGIPE.** Composto pela paisagem natural mais emblemática e significativa da cidade, as águas calmas do rio Sergipe e a linha de coqueiros da ilha de Santa Luzia - Barra dos Coqueiros, confirmando o forte valor simbólico de sua maior riqueza - cidade das águas. Percebe-se que Pirro, quando locou a rua Aurora, pressionado por Inácio Barbosa (1855), acompanhou a leve curva convexa do leito do rio no sentido sul. Identificou-se que os condicionantes naturais impuseram, sim, mudança da racionalidade técnica projetada no papel. Registra-se a primeira ausência na paisagem urbana atual com a mudança do porto para o município de Barra dos Coqueiros (198?), além da mudança da feira (1926, que se concentrava nos primeiros trechos da avenida Rio Branco e atualmente se encontra no entorno dos mercados e dentro deles). A linha de bonde somente circulou entre os trechos da praça Getúlio Vargas (sul) e mercado Thales Ferraz (norte) – a demolição da praça Inácio Barbosa para implantação do segundo mercado e a eliminação dos trilhos eletrificados em todo o percurso que o bonde elétrico se fizeram presentes. Dois edifícios-escola estiveram posicionados no trecho da avenida Ivo do Prado – entre a praça Fausto Cardoso e a praça Getúlio Vargas, a terceira sede do Atheneu Sergipense (1926-1969)

e o Grupo Escolar Barão de Maroim (1917-1950), que foi construído sobre os alicerces do Asilo Nossa Senhora da Pureza (década de 1870-1891). Atualmente os dois edifícios abrigam, respectivamente, o Museu da Gente Sergipana e o Cultart.

**VETOR NORTE-SUL 2: RUA ITABAIANA e AV. JOÃO RODRIGUES.** Interligando as duas áreas que se expandiram além do Quadro de Pirro, para o norte com as indústrias têxteis (1882) e para o sul com o palacete dos Rollemberg - esquina da praça Getúlio Vargas com avenida Ivo do Prado - lugar das famílias de posse - burguesia. Nesse corredor, tem-se a construção de quatro edifícios-escola, a primeira sede do Atheneu Sergipense (1872-1913), e os Grupos Escolares – General Valladão, primeira localização (1918-1923), General Siqueira (1914-1925) e José Augusto Ferraz (1925), reforçando que os edifícios escolares se posicionaram para potencializar esses percursos e acompanhar a ocupação residencial nessas áreas, constituindo também corredor utilizado pelas linhas de bonde, o que ressalta importância desse eixo até os dias atuais. O José Augusto Ferraz é um dos três edifícios-escola construídos para abrigar grupos escolares que ainda permanecem com o mesmo uso.

**VETOR LESTE-OESTE 1: PRAÇAS.** Formado pelas praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos, configura-se desde o primeiro momento com a construção do palacete Provisório no Paço Imperial – lugar da corte dos príncipes, dos reis, dos imperadores, que, mesmo após a República, continuou como um dos principais e mais ricos edifícios públicos em termos de ornamentos arquitetônicos, perpetuando-se como símbolo do statu quo do Poder

Público. A interrupção no sentido norte-sul das ruas de Santa Luzia e Santo Amaro criou descontinuidade para os veículos que precisavam se deslocar nesse sentido, mas imprimiu convite aos pedestres e alunos que aqui circulavam. Nesse entorno, foram edificados dois importantes edifícios-escola, a primeira sede do Atheneu Sergipense (1872-1913) e a Escola Normal (1911-1950), com as linhas de bonde que circulavam desde 1908, e a imponente matriz de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira, abençoando sua gente. É também a área mais arborizada, com os jardins Olympio Campos e o parque Teófilo Dantas. Nesse entorno se instalaram os primeiros cinemas, o precursor na rua João Pessoa, no trecho entre Laranjeiras e São Cristóvão – cine teatro Carlos Gomes (1904).

**VETOR LESTE-OESTE 2: TRILHOS DO TREM.** Com a chegada da primeira estação de trem (1913) em Aracaju, esse eixo de ligação leste-oeste se torna a via de escoamento que permite a ligação, através das estradas de ferro, entre o interior do Estado, sua cidade-capital e seu porto. Apesar das características, já apresentadas, o trem manobrava no pátio de serviços (localizado na praça dos Expedicionários) e percorria de ré o corredor da avenida Coelho e Campos até chegar à estação. Essa área e seu entorno se consolidaram de maneira simultânea como área de comércio com os trapiches e as primeiras oficinas de manutenção e ofícios. O desenho da linha do trem também causou descontinuidade das ruas no sentido norte-sul e a interligação entre os bairros Santo Antônio e Centro ocorre até os dias atuais pelo corredor das avenidas Dr. Carlos Firpo e João Rodrigues, entre os bairros Industrial e Centro também ocorre até os

dias atuais via rua Apulcro Mota. A ligação entre o bairro Centro e o Siqueira Campos, que ocorria via avenida Carlos Burlamarqui, atualmente é feita pela avenida Coelho e Campos. Na Carlos Burlamarqui, esquina com a rua Siriri, encontra-se em funcionamento o Grupo Escolar General Valladão (1923). Quando a estação foi abandonada, na década de 1970, esse trecho se transformou, e hoje não se percebe a passagem desse importante meio de transporte. Atualmente a rede ferroviária que atravessou Aracaju está totalmente abandonada, e as avenidas, que antes se caracterizaram por esse uso, estão órfãs desse movimento. Nas proximidades dessa área estão o primeiro cemitério de Aracaju - Santa Isabel - e os antigos Trapiche Brown (atual mercado governador Albano Franco) e Entreposto ou Trapiche Cruz & Irmãos, em frente da praça Inácio Barbosa (atual mercado Thales Ferraz - 1949).

**VETOR LESTE-OESTE 3: AV. BARÃO DE MARUIM e AV. DESEMBARGADOR MAYNARD.** Apesar desse arruamento começar a se consolidar na década de 1930, não se pode desvalorizá-lo. Sua importância se fez através da implantação e calçamento da primeira avenida - Barão de Maruim. No encontro com a praça da Bandeira, no trecho acima com a rua Permínio de Souza, localiza-se o Grupo Escolar Dr. Manuel Luís (1924), um dos três edifícios-escola construídos para abrigar os grupos escolares que ainda permanecem com o mesmo uso, próximo ao Hospital Cirurgia (1926), confirmando mais uma vez que essa expansão buscava racionalização de investimentos. Registre-se a posição da fonte da Catinga nos arredores da praça da Bandeira, que oferece indícios da ocupação residencial

nesse entorno. E a linha de bonde este-sul percorria a avenida Barão de Maruim até o trecho da rua N. S. Das Dores, esquina do Hospital Cirurgia.

A inquietação que definiu a construção desta micronarrativa e que se traduz na hipótese confirmada pela formação de uma relação renovada e apropriada dessa representação coletiva, comprova os traços e indícios aqui apresentados e analisados das relações de entrelaçamento entre o espaço urbano, a localização dos edifícios-escola do Atheneu Sergipense, os discursos regulatórios das medidas deliberativas do Estado na organização administrativa e pedagógica da instrução pública na modalidade ensino secundário e normal, na cidade de Aracaju.

Buscou-se elaborar nesses novos registros, através da construção paulatina, compondo primeiro a pesquisa documental e, na sequência, a elaboração dos mapas, com base nos achados aqui identificados. Essa ousadia só foi possível porque as diversas fontes indicaram o caminho para promover esse encontro, que se fundamenta na definição de estar diante da tríade espaço-escolar, legislação e cidade, que compõe esta narrativa. Segundo Carpintéro e Cerasoli (2009), essa perspectiva da história serve de suporte necessário e incontestável, repleto de conceitos cristalizados no tempo, um passado fragmentado, mas possivelmente 'recuperável' pelos historiadores.

E assim hoje me percebo historiadora e construo essa narrativa como uma contribuição para a história da educação e da cidade de Aracaju, neste marco temporal, que se inicia com a decretação da fundação da cidade de Aracaju em 1855 e se encerra com o fim do

mandato do Governador Mauricio Gracho Cardoso em 1926. Escrita que se consolida após a minha participação como arquiteta e urbanista na equipe que desenvolveu o Projeto de restauro e retrofit do Museu da Gente Sergipana (2007-2011) que restabeleceu para a cidade a convivência deste edifício tombado pelo poder público e que através da mudança de uso e restauro de seus ornamentos e requalificação dos seus espaços também perpetua o Atheneu Sergipense e se reconecta com a memória de todos que em algum momento fizeram parte dessa história.



Grupo Escolar Barão Maruim 1917, atual CULTART

Agripino Neto

# Referências

ABREU, A. A. D.; BELOCH, I. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), 2015. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica. Acesso em: 07 set. 2018.

AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro Extensão - Remodelação - Embelezamento.** Tradução de Francesca de Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1355316/or1355316.pdf. Acesso em: 05 mai. 2018.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura - J até Z.** Rio de Janeiro: PróLivros, v. II, 1998. Disponível em: https://pt.slideshare.net/LetiziaBertone/dicionario-ilustrado--de-arquitetura-vol1. Acesso em: 28 maio 2018.

ALMEIDA, F. C. D.; FREIRE, E. O. D. L. E**ntre a Terra, o Rio e o Mar:** A tradição de aterros dos Ecossistemas de Manguezais Aracajuanos - Sergipe (1855 - 1923). III Encontro da ANPPAS. Brasília: [s.n.]. 2006.

ALVES DE LIRA, L.; NETO, M. F. D. S. Planos para o Império: Os Planos de Viação do Segundo Reinado (1869-1889). **Investigaciones Geográficas**, México, v. 80, p. 137-141, abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112013000100012. Acesso em: 27 jan. 2018. Resenha do livro elaborado por Neto, M. F. de S. (2012).

ALVES, E. M. S. **O Atheneu Sergipense:** Uma Casa de Educação Literária Examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908). São Paulo, 2005. Disponível em: http://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10576/1/O%20Atheneu%20Sergipense%20%20%28tese%29.pdf. Acesso em: 29 abr. 2018.

ALVES, E. M.S.; SANTOS, W. S. A Arquitetura do Saber: O primeiro prédio do Atheneu Sergipense do Século XIX. **Revista Tempo e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 10, p. 59-68, mai/ago 2017. ISSN 22. Disponivel em: http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6426 |. Acesso em: 23 fev 2020.

AMORIM, S. S. **Configuração do Trabalho Docente:** A Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889). Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ANDRADE, É. B. D. **Nas Trilhas da Co-Educação e do Ensino Misto em Sergipe (1842-1889).** São Cristóvão: UFS, 2009. Disponível em: https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/1788/1/ELIA_BARBOSA_%20ANDRADE.pdf. Acesso em: 1 out. 2017.

AZEVEDO, C. B. O **Ideário Modernizador do Governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma da Instrução Pública de 1924 em Sergipe.** Natal, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14266. Acesso em: 25 set. 2018.

AZEVEDO, C. B. ARQUITETURA E GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE: Uma Relação entre Espaço e Educação na Escola Primária. **Outros Tempos**, São Cristóvão, v. 7, p. 119-142, 2010. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18817/ot.v7i10.93. Acesso em:

17 ago 2017.

AZEVEDO, C. B. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a Reforma de Implantação dos Grupos Escolares em Sergipe. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 37, p. 134-150, 11. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639670. Acesso em: 12 jul 2020.

BARREIRA, I. A. F. Narrativas do Olhar: Fortaleza em cartões postais. In: LEITE, R. P. **Cultura e Vida Urbana:** Ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: UFS, 2008.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e Espaço Escolar: O Exemplo dos Primeiros Grupos Escolares de Curitiba (1903 - 1928). In: BENCOSTTA, M. L. A.; (ORG) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.** São Paulo: Cortez, 2005.

BERGER, M. A. **O Ingresso da Instrução Pública na Modernidade:** Lendo os Arquivos do Grupo Escolar Dr. Manoel Luís. cbhe2. [S.l.]: Sociedade Brasileira de História da Educação. [20--?] Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3135.pdf. Acesso em: 17 out. 2018

BITTENCOURT, A. C. S. P. et al. Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e da Costa Sul do estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 13(2), p. 93-97, 1983. Disponível em: Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e da Costa Sul do estado de Alagoas. Disponível em: http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_35-36/41892.pdf. Acesso

em: 17 mar. 2018

BOTO, C. **Instrução Pública e Projeto Civilizador:** o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CACCIARI, M. **A Cidade**. Tradução de José J. C. SERRA. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2009.

CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. A cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61 - 101, jan./jun. 2009. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672. Acesso em: 17 dez. 2018.

CARTOLANO, M. T. P. Benjamin Constant (1890) e Hoje? **Pró-Posições**, Campinas, v. 5, n. 3, novembro de 1994. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644303. Acesso em: 26 maio 2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, M. D. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Nova Edição - estabelecida e apresentada por Luce Giard. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia:** A História entre Incertezas e Inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHING, F. D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHOU, J. W. T. Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação. In: FRANÇA, V. L. A.; FALCON, M. L. D. O. **150 anos de vida urbana.** Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

CRUZ, J. A. D. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro:** Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926). Alagoas, 2016. Disponivel em: http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1376/1/Uma%20m%C3%A3o%20de%20verniz%20sobre%20o%20Tabuleiro%20de%20Pirro%3A%20Ecos%20da%20Belle%20%C3%89poque%20em%20Aracaju%20%281918-1926%29.pdf. Acesso em: 21 out. 2017.

DINIZ, D. N. L. **Aracaju:** A Construção da Imagem da Cidade. São Paulo, 2009.

ESCOLANO, A.; FRAGO, A. V. **Currículo, Espaço e Subjetividade:** A Arquitetura como Programa. 2º. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Disponível em: http://www.edufrn.ufrn.br/bitstream/123456789/130/41/ARQUITETURA%20COMO%20PROGRAMA.%20Curr%C3%ADculo%2C%20espa%C3%A7o%20e%20subjetividade.%20FRAGO%2C%20Antonio.%20ESCOLANO%2C%20Aust%C3%ADn.%202001.pdf. Acesso em: 17 ago. 2017.

FARIA FILHO, L. M. D. **Dos Pardieiros aos Palácios:** Cultura Escolar e Urbana em Belo Horizonte na Primeira República. 1ª. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

FARIA, T. D. J. P. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pes-**

**quisa**, v. 19, n. Especial, p. 115 - 122, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/19375/pdf. Acesso em: 2 set. 2018.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. I, 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295. Acesso em: 10 abr. 2018.

FIGUEIREDO, P. K.; PEREIRA, M. S. Histórias do corpo e da água em Aracaju (1871 - 1875). **Atos de Pesquisa em Educação,** PPGE/MEFURB, v. 7, n. 2, p. 436-453, mai/ago 2012. Disponível em: http://gorila.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/3159/1993. Acesso em: 06 fev 2018.

FRANÇA, V. L. A. O Direito à cidade de Aracaju. In: FALCÓN, M. L. D. O.; FRANÇA, V. L. A. **Aracaju 150 anos de vida urbana.** Aracaju: SEPLAN, 2005. p. 95 - 118.

FRANCO, J. F. **Atheneu "Pedro II" Memória e Restauro**. Aracaju: Edise, 2015.

IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=441038. Acesso em: 17 mar 2018.

JESUS, A. L. S. D. **Uma história da primeira estação ferroviária de Aracaju (1910 - 1976)**. São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/6799. Acesso em: 24 mar. 2018.

KOWALTOOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura Escolar:** O Projeto do Ambiente de Ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KRUFT, H.-W. **História da Teoria da Arquitetura**. Tradução de Oliver Tolle. São Paulo: Edusp, 2016.

LIMA A. A. A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense (1847-1855). **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2277. Acesso em: 12 jul. 2020.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 08 dez. 2018.

LEITE, J. **ARQTEXTOS - A cidade como escrita:** O aporte da comunicação na leitura do espaço urbano, 2005. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.067/400. Acesso em: 16 ago. 2018.

LEMOS, C. A. C. **Como nasceram as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2016.

LIMA, S. M. D. **Saneamento e higiene como signos de uma urbs moderna:** Uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju. São Cristóvão: TOMO, 2001. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4999/4132. Acesso em 19 mar. 2018.

LOUREIRO, K. A. S. **A Trajetória Urbana de Aracaju, em Tempo de Intervir.** Aracaju: 1983, 1983.

MAGALHÃES, J. P. D. **Tecendo Nexos:** História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Fran-

cisco, 2004.

MAYNARD, A. S. C. **A Caserna em polvorosa:** A Revolta de 1924 em Sergipe. Recife: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7247/1/arquivo3298_1.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

MAYNARD, A. S. C. A 10 quilômetros por hora: automóveis em Sergipe no início do Século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 2009. ISSN N-38. Acesso em: 01 set. 2018.

MELINS, M. **Aracaju romântica que vi e vivi nos anos 40 e 50.** 2ª. ed. Aracaju: UNIT, 2001.

MORRISON, A. Disponível em: http://www.tramz.com/br/ac/acm.html. Acesso em: 17 mar. 2018.

NUNES, M. T. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, M. T. **Sergipe Provincial I** (1820-1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

OLIVEIRA, D. M. A. D. **Legislação e Educação:** O Ideário Reformista do Ensino Primário em Sergipe na Primeira República (1889 - 1930). São Carlos, 2004.Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2371?show=full. Acesso em: 12 mar. 2018.

PEDRO, A. P. G. **A Ideia de Ordem:** Symmetria e Decor nos Tratados de Filarete, Francesco di Giorgio e Cesare Cesarino. São Paulo: Edusp, 2014.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 279 - 290, 1995. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008. Acesso em: 21 dez. 2018.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, Jan./Jun 2007 2007. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002. Acesso em: 20 dez. 2018.

PMA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju - Diagnóstico Municipal**. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju, p. Capítulo III - Dinâmica Urbana. 2015.

PORTO, F. F. **A Cidade do Aracaju 1855 - 1865:** Ensaio de Evolução Urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

PORTO, F. F. **Alguns Nomes Antigos do Aracaju**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2011.

REIS-ALVES, L. A. D. O Conceito de lugar. **ARQUITEXTOS,** ago 2007. ISSN 087.10. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225. Acesso em: 15 jan 2020.

ROTHE, L. M. **Entender a Arquitetura Seus Elementos, História e Significados.** Tradução de Joana CANÊDO. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2017.

SABOYA, R. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. **Urbanidades Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**, São Carlos, 2008. Disponível em: https://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-

-1875-a-1992/. Acesso em: 19 dez. 2018.

SANTOS, M. E. **A Congregação do Atheneu Sergipense**. São Cristóvão, 2016. Disponivel em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4782/1/MARIA_EDNA_SANTOS.pdf. Acesso em: 20 fev 2020.

SANTOS, M. F. D. J. **Ecos da Modernidade - A Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926).** São Cristóvão, 2009. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/handle/tede/1865. Acesso em: 02 abr. 2017.

SANTOS, M. F. D. J. O Grupo Escolar Barão de Maroim e a Política Educacional na Primeira Metade do Século XX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. v. 2, p. 37-52, jan./jun 2009. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2202/1873. Acesso em: 03 jan. 2019.

SANTOS, W. R. D. **A. Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. São Cristóvão, 2007. Disponível em: http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4107. Acesso em: 17 mar. 2018.

SANTOS, W. R. D. **A. Modernização Centralizadora:** Território e Desenvolvimento Urbano na Província de Sergipe (1855-1860). Recife, 2014. Disponível em: https:/repositorio.ufpe.br/handlle/123456789/11875. Acesso em: 24 jan. 2018.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, H. B. História da Medicina em Sergipe. **Editoração Eletrônica**, 2006. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/

stories/biblioteca/a%20histria%20da%20medicina%20em%20sergipe.pdf. Acesso em: 12 maio 2018.

SILVA, J. C. D. **Aracaju e outros temas sergipanos. Esparsos de José Calazans Brandão da Silva.** Aracaju: Governo de Sergipe - FUNDESC, 1992.

SIQUEIRA, L. **De La Salle a Lancaster:** Os Métodos de Ensino na Escola de Primeiras Letras Sergipanas (1825 - 1875). São Cristóvão, 2006. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/handle/tede/1732. Acesso em: 02 abr. 2017.

SOUZA, A. L. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. **Ponta de Lança**, p. 43-53, 2011 Abr - Out 2011. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3078/2700. Acesso em: 28 abr 2018.

SOUZA, R. F. D. **Templos de Civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São paulo: Difel, 1983. Disponivel em: http://www.artevisualensino.com.br/index.php/textos/send/16-textos/481-yi-fu-tuan--espaco-e-lugar-a-perspectiva-da-experiencia. Acesso em: 27 jan 2020.

VALENÇA, C. D. A. **Entre Livros e Agulhas:** Representações da Cultura Feminina na Escola Normal em Aracaju (18711 - 1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As Lentes da História:**

Estudos de História e Historiografia da Educação. Campinas: Autores Associados, 2005. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/32773799/as_lentes_da_hist_cap02_%281%29.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548035057&Signature=e4kV%2BinXRM3567BCMKrU0NK11hc%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename %3DDados_Int. Acesso em: 07 set. 2018.

WOLFF, S. R. S. **Escolas para a República. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas.** São Paulo: Edusp, 2010.

ZEVI, B. **Saber Ver a Arquitetura.** Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaêtan Martins de Oliveira. 5º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZOTTI, S. A. O ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: Considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 29-44, jun. 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf. Acesso em: 20 fev 2020.

**Imagens Internet**

**Assembleia Legislativa (1931)**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1105959.html Acesso em: 23 fev. 2020.

**Jardim Olímpio Campos (década de 1900)**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464448/icon1464448.html. Acesso em: 23 fev. 2020.

**Tribunal da Relação (1920)**

Disponível em: https://www.antonioferreira.lel.br/peca.asp?ID=22746. Acesso em: 23 fev. 2020.

**Escola Normal (1931)**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104448.jpg Acesso em 23 fev. 2020.

**Edifício Atheneu Sergipense (1914)**

Disponível em: https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=3253979. Acesso em: 23 fev. 2020

**Praça Camerino**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1105963.html. Acesso em: 23

fev. 2020.

**Residência Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite**

Disponível em: https://slideplayer.com.br/slide/5921157/19/images/9/Aracaju+Antiga+pra%C3%A7a+camerino.jpg Acesso em: 24 fev. 2020.

**Praça Camerino**

Disponível em: http://sergipeemfotos.blogspot.com/2012/10/antigo-postal-da-praca-camerino-em.html Acesso em: 24 fev. 2020.

**Atheneu Sergipense – 1926**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104442.html Acesso em: 23 fev. 2020.

**Avenida Ivo do Prado**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104443.html. Acesso em: 23 fev. 2020.

**Avenida Barão Maroim**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1105973.html. Acesso em: 23 fev. 2020

**Chalé Fábrica Sergipe Industrial (década 1900)**

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465658/icon1465658.html Acesso em: 23

fev. 2020.

**Vista Aérea Vetor Leste-Oeste Praças (1924)**

Disponível em: https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/img/pm12.jpg. Acesso em: 16 ago. 2018.

**Praça Fausto Cardoso (1931)**

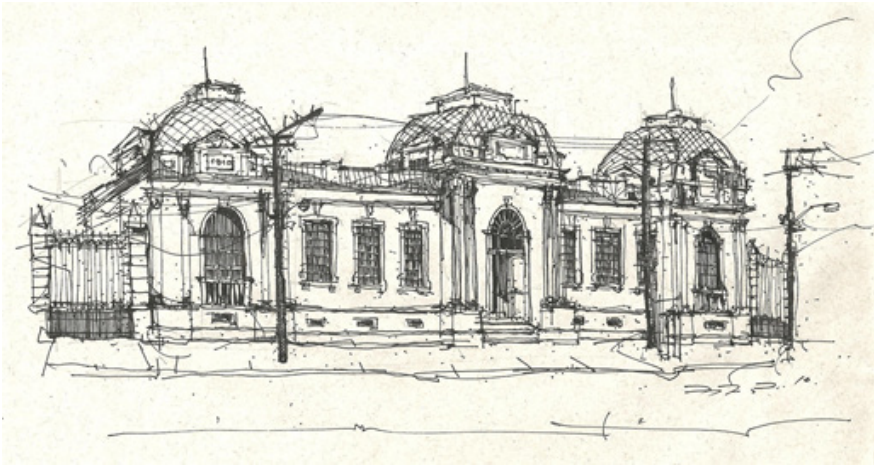
Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104439.html Acesso em: 23 fev. 2020.

**Vista Aérea de Aracaju (1971)**

Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/historico. Acesso em: 23 fev. 2020.

**Mercado Antônio Franco**

Disponível em: http://liboriogandara.arq.br/category/portfolio/mercado-antonio-franco-e-thales-ferraz/ Acesso em: 23 fev. 2020.



Escola Normal 1911, atual
Museu do Artesanato
Agripino Neto

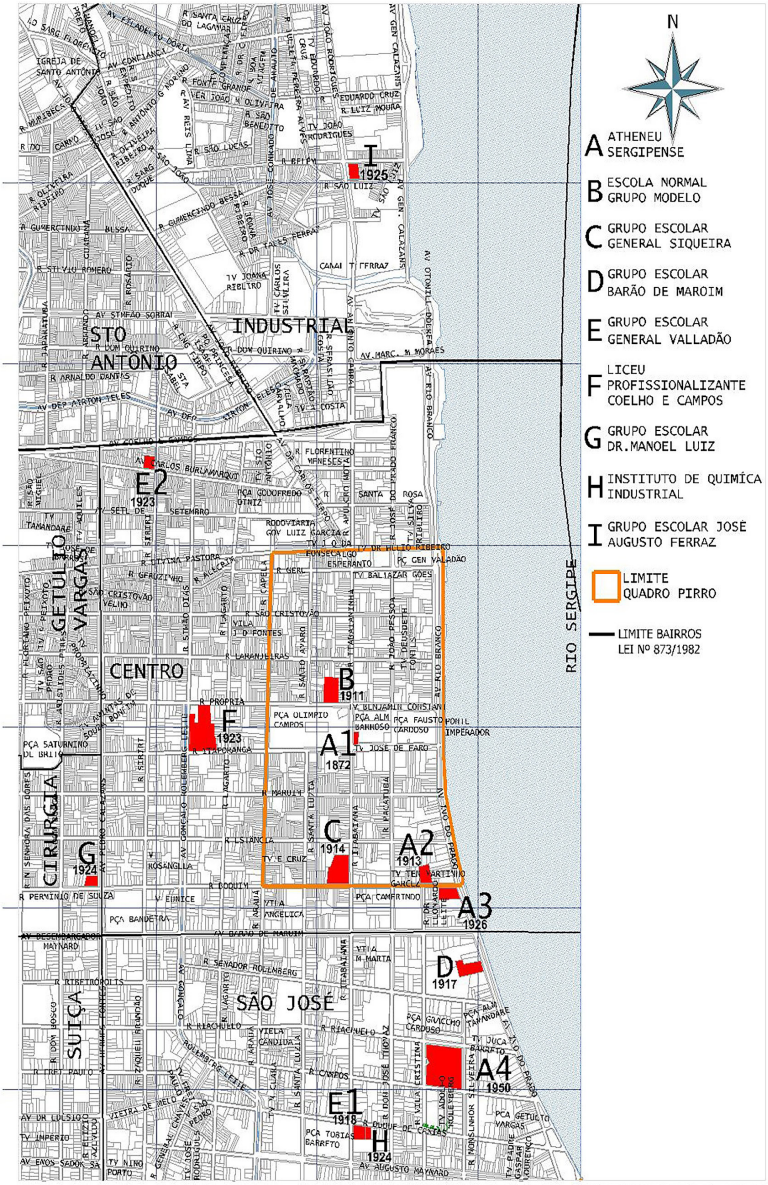
# APÊNDICE A-
# BAIRROS E LOGRADOUROS PÚBLICOS 2018

# APÊNDICE A - Aracaju – Bairros e Logradouros Públicos (2018)

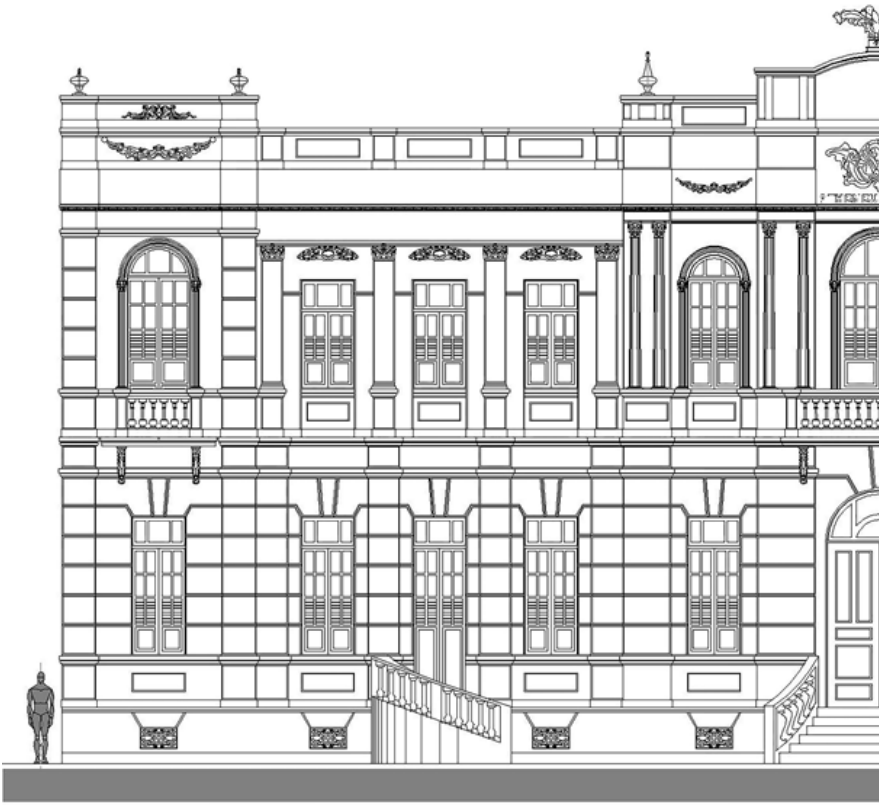
O mapa 13 - recorte do MUB - base cartográfica digital (arquivo extensão dwg) disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju em março de 2018, com os limites territoriais, lotes, bairros, meio ambiente natural e construído, cadastro técnico dos principais equipamentos urbanos. Fruto da necessidade de atualização das informações coletadas em Jesus (2017); Loureiro (1983); Porto (1991 e 2011); Nunes (1984), dos limites dos bairros e logradouros públicos.

O mapa foi elaborado com base na Lei nº 873/82 de 01 de outubro de 1982, estabelece nova delimitação dos Bairros de Aracaju. O bairro Centro – que incorporou o Quadro de Pirro e limita-se ao norte com o Industrial, Noroeste com o Santo Antônio, Leste com Getúlio Vargas e Cirurgia, Sudoeste com o Suiça ao Sul com o São José.

Mapa 13 - Identificação dos Bairros & Logradouros Público (2018)




Fonte: Recorte do Mapa Urbano Básico (MUB) - Prefeitura Municipal de Aracaju
Modificado pela autora - fev. 2020



Fachada Principal – Atheneu Pedro II 1926

Dayse Araujo Lapa

daysearaujolapa@gmail.com